

# TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens - PPGEL  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

VOLUME 9 – Dezembro de 2015  
ISSN: 2176-5782



## **UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**

### **REITOR**

José Bites de Carvalho

### **VICE-REITORA**

Carla Liane Nascimento Santos

### **PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - PROGRAD**

Marcus de Almeida Gomes

### **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PPG**

Atson Carlos Souza Fernandes

### **PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - PROEX**

Marta Valéria Almeida Santana de Andrade

### **PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD**

Jairo Luiz Oliveira de Sá

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGENS - PPGE**

Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral

**Coordenador Pró - Tempore do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens - PPGE**

Profa. Dra. Márcia Rios da Silva

**Coordenadora da Linha de Pesquisa 1: Leitura, Literatura e Identidades**

Profa. Dra. Lúcia Pellon de Lima Bulhões

**Coordenadora da Linha de Pesquisa 2: Linguagens, Discurso e Sociedade.**

## **REVISTA TABULEIRO DE LETRAS**

**Editor-Chefe:** Prof. Dr. Ricardo Oliveira de Freitas

### **COMISSÃO EXECUTIVA**

**Editora de texto:** Lígia Péllon de Lima Bulhões

**Editora de Layout:** Cláudia Valéria Alves dos Santos

**Revisor:** Reinaldo Alves de Miranda

### **COMISSÃO EDITORIAL**

Adelaide Augusta de Oliveira, Universidade do Estado da Bahia

Celina Márcia Abbade, Universidade do Estado da Bahia

Gilberto Sobral, Universidade do Estado da Bahia

Márcia Rios, Universidade do Estado da Bahia

### **PARECERISTAS ad hoc (VOLUME 9, n. 1)**

Prof. Dr. Adeítalo Manoel Pinho - Universidade Estadual de Feira de Santana

Prof. Dr. Gilberto Sobral - Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Maurício Beck - Universidade Estadual de Santa Cruz

### **CONSELHO CONSULTIVO**

Prof. Dra. Alana de Oliveira F. El Fahl (Universidade Estadual de Feira de Santana)

Prof. Dra. Alba Valéria Silva (UFBA – Universidade Federal da Bahia)

Prof. Dr. André Luiz Gaspari Madureira (UFBA – Universidade Federal da Bahia)

Profa. Dra. Denise Zoghbi (UFBA – Universidade Federal da Bahia )

Profa. Dra. Elisangela Santana (UFBA – Universidade Federal da Bahia)

Prof. Dr. Elmo Santos (UFBA – Universidade Federal da Bahia)

Prof. Dra. Enivalda Nunes Freitas Souza (Universidade Federal de Uberlândia)

Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB – Universidade do Estado da Bahia)

Prof. Dr. José Henrique Santos (UNEB – Universidade do Estado da Bahia)

Profa. Dra. Lígia Péllon de Lima Bulhões (UNEB – Universidade do Estado da Bahia)

Profa. Dra. Lígia Negri (Universidade Federal do Paraná)  
Profa. Dra. Lívia Maria Natália de Souza (UFBA – Universidade Federal da Bahia)  
Profa. Dra. Márcia Rios da Silva (UNEB – Universidade do Estado da Bahia)  
Profa. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira (UFBA – Universidade do Estado da Bahia)  
Profa. Dra. Nancy Rita Ferreira Vieira (UFBA – Universidade Federal da Bahia)  
Profa. Dra. Norma Suely Pereira (UFBA – Universidade Federal da Bahia)  
Prof. Dr. Paulo de Assis de A. Guerreiro (UFBA – Universidade Federal da Bahia)  
Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel (UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana)  
Prof. Dra. Regina Kohlrausch – (PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)  
Profa. Dra. Renata Maria de Souza Nascimento (UNEB – Universidade do Estado da Bahia)



**TABULEIRO  
DE LETRAS**

VOLUME 09 – Dezembro de 2015  
ISSN: 2176-5782

# TABULEIRO DE LETRAS





# TABULEIRO DE LETRAS



Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 3.0](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/).

TABULEIRO DE LETRAS | Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia (PPGEL - UNEB) | ISSN 2176-5782

# TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Departamento de Ciências Humanas – DCH I  
Volume 09/ Número 2 – Dezembro de 2015  
ISSN: 2176-5782

## APRESENTAÇÃO

Prezad@s Leitores,

Apresentamos o *Volume 9, número 2*, da Revista TABULEIRO DE LETRAS, organizada e dirigida pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, da Universidade do Estado da Bahia.

O objetivo da Revista é contribuir com os estudos da literatura, da língua e da cultura, os estudos das linguagens. Por isso, neste número vocês encontrarão artigos e textos que versam sobre os mais diversos e variados temas, produzidos por autores das mais variadas e distintas instituições de ensino e pesquisa. Tal fato ilustra o comprometimento da Revista com a diversidade e a pluralidade na representatividade de autores, de temas, de interesses e instituições.

No primeiro artigo, intitulado *O ethos de um ídolo do basquete brasileiro na biografia “Wlamir Marques: O Diabo Loiro”*, os autores Deisiane Maria Moreira Cabral e Rafael Duarte Oliveira Venancio analisam a referida obra e a imagem construída sobre o atleta citado com base nas discussões acerca de biografia, jornalismo esportivo, livro-reportagem e *ethos* discursivo.

O segundo artigo, que tem como título *O evangelho segundo Machado*, de autoria de Alana de Oliveira Freitas El Fahl, reflete sobre os contos machadianos que remetem à presença da matriz bíblica como elemento de diálogo. A autora defende a ideia de que, por meio do princípio da intertextualidade, o autor construiu narrativas que recriam ou alteram passagens bíblicas consagradas pela tradição.

No terceiro artigo, intitulado *O ensino de inglês no pós-método: as contribuições dos objetos digitais*, Rodrigo Camargo Aragão e Michele Santos abordam as contribuições da inserção dos objetos digitais para o ensino de inglês, a fim de revelar a importância dos objetos digitais para o ensino de inglês no pós-método.

Isabela Ferreira de Pinho, no quarto artigo, intitulado *Por uma puríssima eliminação do indizível na linguagem: de Walter Benjamin ao Bartleby de Giorgio Agamben*, apresenta a proposta benjaminiana de uma “puríssima eliminação do indizível na linguagem”, tal como foi herdada por Giorgio Agamben. Para tanto, a autora verifica a relação de culpa que acomete o homem falante em relação ao que o filósofo chama de *médium* da linguagem.

O quinto artigo intitula-se *Pressupostos Semióticos na Análise do Discurso para o Estudo da Publicidade Contemporânea: As Contribuições e as Perspectivas para Pesquisas Futuras*. Nele, a autora Fernanda Carrera faz um mapeamento dos estudos que pensaram o discurso publicitário, apoiados na Análise do Discurso e na Semiótica, a fim de contrapor as perspectivas maniqueístas sobre tal discurso e defender a importância do reconhecimento da complexidade simbólica e situacional da publicidade contemporânea.

No sexto artigo, intitulado *Negropoéticas e negropolíticas na Literatura negro-feminina brasileira contemporânea*, a autora Livia Maria Natália de Souza Santos apresenta considerações acerca do conceito de negropoética, conciliando pressupostos da Teoria Literária em composição com a produção literária negra feminina.

No sétimo artigo, intitulado *O percurso da constituição do sujeito na crônica de Arnaldo Jabor*, os autores Ana Cristina Santos Peixoto, Diocles Igor Castro Pires Alves e Ramony Maria da Silva Reis Oliveira analisam o percurso do sujeito discursivo, com base nas Formações Discursivas e Ideológicas encontradas na obra do referido autor.

O número é, ainda, composto por duas resenhas. A primeira, de autoria de Karine Correia dos Santos de Oliveira, discorre sobre o livro intitulado *Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua maternal*, de Celso Ferrarezi Jr.

A segunda resenha, de autoria de Márcia Moreira Pereira, versa sobre o livro *O irmão alemão*, de Chico Buarque.

Por fim, o número apresenta uma entrevista feita com o sociólogo Murilo Mota, em maio de 2015, época em que o pesquisador participou de Seminário na nossa Universidade, logo após o lançamento do seu livro intitulado *Ao sair do armário, entre na velhice... Homossexualidade masculina e o curso da vida*, lançado no mesmo ano pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ e pela Editora Mobile. A obra trata da construção do envelhecimento entre homens gays com base em reflexões sociológicas, analisando os seus modos de sociabilidade, afetividade, seus medos, angústias e o enfrentamento das mazelas distintivas das concepções entre velhice e homossexualidade, solidificadas e construídas por esta sociedade, que segrega e despreza todos aqueles que, de alguma maneira, ousaram ser o que são em meio à heteronormatividade.

Torço para que os temas aqui abordados contribuam com seus interesses.

Tenham todos uma leitura prazerosa!

Ricardo Oliveira de Freitas  
Editor-Chefe da Revista Tabuleiro de Letras



# TABULEIRO DE LETRAS

## **O *ethos* de um ídolo do basquete brasileiro na biografia “Wlamir Marques: O Diabo Loiro”**

## **The *ethos* of an idol of Brazilian basketball biography "Wlamir Marques: The Devil Blonde"**

Deisiane Maria Moreira Cabral<sup>1</sup>  
Rafael Duarte Oliveira Venancio<sup>2</sup>

### **RESUMO:**

Trajetórias de vida rendem muitas obras nas editoras brasileiras. Não é à toa que existem tantas biografias de pessoas notórias nas mais diversas áreas. No cenário esportivo, atletas de diferentes modalidades esportivas possuem suas histórias de vidas estampadas em livros. O presente artigo procura analisar o *ethos* do ídolo do basquete Wlamir Marques construído na obra biográfica “Wlamir Marques: O Diabo Loiro”. Com a análise da obra, poderemos compreender qual é a imagem de Wlamir apresentada na narrativa sobre o atleta. Para tanto, discussões sobre livro-reportagem, biografia, jornalismo esportivo e *ethos* discursivo foram traçadas no decorrer deste trabalho.

**Palavras-chave:** Livro-reportagem; Biografia; Jornalismo esportivo, *Ethos*; Wlamir Marques.

### **ABSTRACT:**

Life trajectories yielded much business in the Brazilian publishers. No wonder there are so many biographies of notable people in several areas. The sports scene in different sports athletes have their stories printed lives in books. This article analyzes the basketball idol ethos Wlamir Marques built in biographical work "Wlamir Marques: The Devil Blonde." With the analysis of the work, we can understand what the image Wlamir presented in the narrative of the athlete. To this end, discussions on book-entry, biography, sports journalism and discursive ethos were drawn during this work.

Keywords: Book-entry; Biography; Sports journalism, *Ethos*; Wlamir Marques.

## 1. Introdução

Estamos nos anos 2000. Como algo que aconteceu na década de 1950 pode ser lembrado pelos que viveram nessa fase ou conhecido por quem nem sequer era nascido nessa época? Estamos falando de um período em que a televisão tinha acabado de chegar ao Brasil e

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação. [deisianecabral@yahoo.com.br](mailto:deisianecabral@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutor em Meios e Processos Audiovisuais pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Professor do Curso de Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo e do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). [rdovenancio@gmail.com](mailto:rdovenancio@gmail.com)

que não existe um acervo de imagens dos jogos de basquete. É nesse contexto que, nas quadras do esporte de bola ao cesto, brilha um jovem jogador: Wlamir Marques, apelidado de Diabo Loiro. Como um ídolo do basquete que atuou no esporte há mais de 50 anos pode ter sua trajetória conhecida nos dias de hoje, mesmo por quem não acompanhou sua carreira?

O livro-reportagem é uma resposta para essa pergunta. Por meio desse veículo, é possível conhecermos histórias, pessoas, lugares e acontecimentos da época atual ou que aconteceram no passado. O livro-reportagem é um formato jornalístico que, como o próprio nome indica, é composto por reportagens. Trata-se de narrativas de realidade, pois o que se reporta é algo concreto, que de fato aconteceu. Além disso, o discurso presente no texto nesse formato é híbrido, visto que podemos observar o uso de elementos do jornalismo e da literatura em sua composição.

Existem diversas modalidades de livro-reportagem, segundo Lima (2009). Uma delas é a biografia. As biografias são histórias de vida de alguém, pessoas célebres ou não conhecidas, cuja trajetória denote importância e mereça, no ponto de vista do biógrafo ou da editora responsável pela publicação, ser contada ou se tornar pública. Falamos em biografias jornalísticas quando essas obras são produzidas sob a ótica jornalística, ou seja, quando elementos do jornalismo são empregados no processo de produção de uma obra com esse formato.

Histórias de vida rendem muitas obras nas editoras do Brasil. Existem biografias de cientistas, escritores, músicos, atores, cientistas, políticos, pensadores e outras tantas. No universo do Jornalismo Esportivo também existem inúmeras publicações de ídolos do esporte. Pelé, Garrincha, Ayrton Senna, Gabriel Medina, Giba, Oscar, Wlamir Marques tiveram suas trajetórias narradas em livros. Aliás, na prática do Jornalismo Esportivo podemos observar que há a construção de ídolos esportivos. Estamos falando dos chamados Olímpianos, de Edgar Morin.

Este artigo aborda as noções de livro-reportagem, biografia e suas características. Além disso, é apresentada uma análise baseada no *ethos* sobre o livro-reportagem-biografia “Wlamir Marques: O Diabo Loiro”. A obra narra a trajetória de vida de um ídolo do basquete brasileiro, o jogador Wlamir Marques. O livro foi escrito por Auri Malveira, administrador de empresas, executivo e escritor. O *ethos* é uma noção que está ligada ao “tom” dado a um texto, seja ele oral ou escrito. Com a análise da obra, poderemos compreender qual é o discurso de si, a imagem de Wlamir apresentada na narrativa sobre o atleta.

Vamos iniciar a discussão, neste artigo, apresentando o referencial teórico. Assim, os conceitos e características de livro-reportagem e biografia são apontados. Em seguida, abordamos o cenário da biografia e o universo do jornalismo esportivo. Depois, apontamos o referencial metodológico, apresentamos a obra, que é objeto da nossa análise, e trazemos a análise do livro “Wlamir Marques: O Diabo Loiro”. Para efeito conclusivo do trabalho, procedemos às considerações finais.

## 2. Livro-reportagem e Biografia

O livro-reportagem pode ser definido como um veículo de comunicação de narrativas de realidade. Trata-se de um produto em que podemos encontrar histórias de pessoas, lugares, eventos e acontecimentos que, de fato, existem ou existiram. O conteúdo vai além do relato simples e preso à fórmula clássica do *lead* presente no jornalismo periódico. Aliás, o formato é um meio não-periódico que possibilita trabalhar temas em profundidade. Como afirma Edvaldo Pereira Lima (2009), o veículo cumpre uma função importante: “prestar informação ampliada sobre fatos, situações e ideias de relevância social, abarcando uma variedade temática expressiva” (LIMA, 2009, p. 1).

Para Lima, o livro-reportagem é um subsistema do sistema jornalismo. A construção de uma obra desse formato inclui técnicas do fazer jornalístico, como o processo de produção, redação, edição e revisão. Ainda segundo o autor, quem produz o livro é, geralmente, um jornalista.

Assim, levando em conta a sua face dinâmica, o livro-reportagem é um subsistema por incorporar elementos procedentes do jornalismo — os próprios autores, sua narrativa por excelência, que é a reportagem, seus recursos técnicos — e, em menor escala, do sistema editorial — os meios de produção específicos do setor, as condições peculiares de produção de livros e suas condicionantes, as editoras, o mercado editorial, o público, os esquemas de distribuição do produto livro, e assim por diante (LIMA, 2009, p. 39).

O livro-reportagem é um formato jornalístico que, como o nome sugere, é composto por reportagens. Reportagem é uma categoria do jornalismo em que a abordagem ampliada

acerca de um tema, evento ou pessoa ganha projeção. É justamente com o intuito de ir além do tratamento raso dado à notícia que surge a reportagem no jornalismo. É o que afirma Lima:

Por isso, visando atender a necessidade de ampliar os fatos, de colocar para o receptor a compreensão de maior alcance, é que o jornalismo acabou por desenvolver a modalidade de mensagem jornalística batizada de *reportagem*. É a ampliação do relato simples, raso, para uma dimensão contextual. Em especial, esse patamar de maior amplitude é alcançado quando se pratica a *grande-reportagem*, aquela que possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto, oferecendo, a seu autor ou a seus autores, uma dose ponderável de liberdade para escapar aos grilhões normalmente impostos pela fórmula convencional do tratamento da notícia, com o *lead* e as pirâmides já mencionadas (LIMA, 2009, p. 18).

Produzir um livro-reportagem significa utilizar os recursos da prática jornalística para se construir narrativas de realidade. Narrar significa relatar acontecimentos reais ou imaginários, logo, “a narrativa não é privilégio da arte ficcional” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 11), pois o discurso narrativo é também usado na não ficção. Seguindo essa concepção, de acordo com Lima, a narrativa é:

[...] o relato de um conjunto de acontecimentos dotados de sequência, que capta, envolve o leitor, conduzindo-o para um novo patamar de compreensão do mundo que o rodeia e, tanto quanto possível, de si mesmo, pelo espelho que encontra nos seus semelhantes retratados pelo relato (LIMA, 2009, p. 138).

Lima explicita que o livro-reportagem apresenta uma série de liberdades: temática, de angulação, de fontes e temporal. Na produção de uma obra desse formato jornalístico, diversos temas podem ser explorados. Ademais, o enfoque dado ao que se narra também é livre. É o autor que determina como abordará o tema escolhido e quais recursos utilizará, além do que o autor também pode usar fontes variadas. Vale dizer que o livro-reportagem não se prende à atualidade, pois há uma liberdade temporal. Por falar em liberdade temporal, existem livros-reportagem produzidos a partir de algo que repercute na atualidade e obras cujas temáticas envolvam o passado de algo ou alguém, levando em conta o tempo histórico daquilo que se narra.

O fato de explorar temas do passado traz um saldo positivo para o livro-reportagem, pois este “elimina, parcialmente que seja, o aspecto efêmero da mensagem da atualidade praticada pelos canais cotidianos da informação jornalística” (LIMA, 2009, p.4). O livro-reportagem não possui caráter passageiro, isto é, o conteúdo veiculado tem valor no presente e

possui, ainda, significado no futuro, uma vez que a modalidade comunicativa pode eternizar uma história de vida, pessoa ou acontecimento.

A arte de produzir um livro-reportagem vai além de se utilizar os elementos da prática jornalística para construir narrativas de realidade. Isso porque se trata de um meio híbrido, pois, geralmente, apresenta recursos do jornalismo e da literatura. Assim, na produção de uma obra em que se contam histórias reais, o jornalismo literário é bastante utilizado. Pena (2006) discorre sobre a importância em empregar este recurso na prática jornalística:

Significa potencializar os recursos do Jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lead, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos. No dia seguinte, o texto deve servir para algo mais do que simplesmente embrulhar o peixe na feira (PENA, 2006, p. 13).

Para Felipe Pena, o jornalismo literário está ligado à linguística. E mais: é uma forma que nos permite dar “musicalidade” ao texto. De acordo com o autor, “estamos sempre ‘empalavrando’ o mundo. O que falta é valorizar a musicalidade” (PENA, 2006, p. 21). Assim, a forma literária possibilita a construção de um texto mais leve e agradável aos leitores. Em uma obra na qual aparecem narrativas longas, esse tratamento dado ao conteúdo é importante, pois contribui para prender a atenção do leitor ao longo da narrativa.

Lima (2009) explica que existem diferentes categorias de livros-reportagem, e estes se distinguem quanto ao tema ou ao tratamento narrativo. Segundo a classificação do autor, os tipos de obras desse formato são: livro-reportagem-perfil, livro-reportagem-depoimento, livro-reportagem-retrato, livro-reportagem-ciência, livro-reportagem-ambiente, livro-reportagem-história, livro-reportagem nova consciência, livro-reportagem-instantâneo, livro-reportagem-atualidade, livro-reportagem-antologia, livro-reportagem-denúncia, livro-reportagem-ensaio e livro-reportagem-viagem.

Neste trabalho vamos abordar sobre dois tipos, em virtude de o objeto de análise do artigo se enquadrar nessas categorias: o livro-reportagem-perfil, focalizando uma variante deste tipo – a biografia – e o livro-reportagem-história.

O livro-reportagem-história, conforme o nome indica, é aquele que traz uma história que tem significado para o presente. Nessa perspectiva, o livro-reportagem-história “[...] focaliza um tema do passado recente ou algo mais distantes no tempo. O tema, porém, tem em geral algum elemento que o conecta com o presente, dessa forma possibilitando um elo

comum com o leitor atual” (LIMA, 2009, p. 54). No livro-reportagem-história há uma reconstrução de algo que aconteceu. Para isso, utiliza-se da memória, e “entendido como resgate de riquezas psicológicas e sociais, esse método de captação encontra melhor aplicabilidade no livro-reportagem” (LIMA, 2009, p. 127).

Nesse contexto, a memória é um elemento utilizado para a coleta de fatos que irão compor uma história. Segundo Jacques Le Goff, “tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 1924, p. 49).

Já no livro-reportagem-perfil o foco da obra é uma pessoa, conforme explanação de Lima:

Trata-se da obra que procura evidenciar o lado humano de uma personalidade pública ou de uma personalidade anônima que, por algum motivo, torna-se de interesse. No primeiro caso, trata-se, em geral, de uma figura olimpiana. No segundo, a pessoa geralmente representa, por suas características e circunstâncias de vida, um determinado grupo social, passando como que a personificar a realidade do grupo em questão. Uma variante dessa modalidade é o livro-reportagem-biografia, quando um jornalista, na qualidade de ghostwriter ou não, centra suas baterias mais em torno da vida, do passado, da carreira da pessoa em foco, normalmente dando menos destaque ao presente (LIMA, 2009, p. 51-52).

Considerando que o livro-reportagem é um veículo de construção de narrativas de realidade, o livro-reportagem-biografia é, assim, uma narrativa de personagem. Conta-se uma história real de vida de alguém. A biografia é uma modalidade que traça o retrato de um personagem. O foco é justamente uma pessoa e o relato se volta para o passado, abordando o que aconteceu, como aconteceu a trajetória de vida de determinado indivíduo.

Uma trajetória de vida possui inúmeros acontecimentos, características e detalhes. É fato que aquilo que se narra é algo real, mas uma história pode ser abordada sob diversos ângulos, e a forma como essa história é contada depende de quem a está contando. Vilas Boas traz uma definição exata desse ponto de vista: “Ponto pacífico que biografia é o biografado segundo o biógrafo. Em outras palavras, um trabalho autoral” (VILAS BOAS, 2002, p.11).

Assim, podemos afirmar que nem todo livro-reportagem-história é uma biografia, mas que toda biografia é também um livro-reportagem-história. Uma obra biográfica traz à tona uma história do passado que tem algum significado no presente. Há uma reconstrução da história de vida de uma personalidade por meio da narrativa e, nesse processo, “o biógrafo enfrenta acontecimentos que moldaram seu biografado ou foram por ele moldados. Sem

passado não há biografia, como não há história com agá maiúsculo” (VILAS BOAS, 2002, p. 18).

### 3. O cenário da Biografia: trajetórias de vidas célebres

As narrativas de trajetória de vida são famosas nas prateleiras das livrarias de todo o Brasil e estão entre as obras preferidas pelos leitores. A pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, realizada pelo Instituto Pró-Livro e Ibope Inteligência em 2011, aponta que 40% da população brasileira, mais de 88 milhões de pessoas, leem biografias frequentemente.

O setor explora personagens variados, estampando histórias de vida de pessoas de diversos segmentos. Narram-se histórias de vidas, geralmente de pessoas notórias – ou por terem conseguido êxito em alguma área de sua vida ou por terem realizado algum feito importante para um lugar ou determinado campo. Não é à toa que existem inúmeras obras sobre astros da música, políticos notáveis, cientistas que fizeram descobertas importantes, esportistas que obtiveram grandes conquistas na sua modalidade de atuação, escritores famosos, atores e apresentadores celebrizados na grande mídia. Como aponta Vilas Boas, “livros sobre vidas célebres despertam a atenção de grupos heterogêneos de leitores” (VILAS BOAS, 2002, p. 18).

São pessoas cuja trajetória de vida chama a atenção, despertando a curiosidade do público leitor para conhecer tal história. “A vontade de conhecer detalhes da vida de pessoas que, pelo bem ou pelo mal, se tornaram notórias faz parte da natureza humana. Desde sempre. Não é de se admirar, então, que leitores pelo mundo incluam tantas biografias ao seu hábito de leitura” (PEREIRA, 2011, s.p).

Muitas vezes, o caminho percorrido pelo biografado vai do início difícil ou precoce até atingir o ápice: a conquista de algo. A identificação por parte do público, muitas vezes, vem desse fator. A história contada serve de espelho, de inspiração para o leitor. O início difícil, as lutas enfrentadas ao longo do caminho se aproximam da realidade das pessoas. É aquela história, o biografado é gente como a gente, se ele correu atrás dos seus sonhos ou venceu dificuldades na vida em busca de conquistar um sonho, de realizar um projeto, nós podemos fazer isso também.

Os biografados são os chamados Olimpianos de Edgar Morin. Eles “não são os deuses da mitologia grega, mas são relacionados e vistos como tal. São os campeões, os príncipes, os artistas renomados, reis, e muitos outros, endeusados e mitificados pela cultura de massa”,

(MARTIN, 2015, p. 3). Os olímpianos são divinos e humanos e circulam no universo da projeção e no da identificação, segundo descreve Morin:

Concentram nessa dupla natureza um complexo virulento de projeção-identificação. Eles realizam os fantasmas que os mortais não podem realizar, mas chamam os mortais para realizar o imaginário. A esse título os olímpianos são condensadores energéticos da cultura de massa. Sua segunda natureza, por meio da qual cada um se pode comunicar com sua natureza divina, fã-los participar também da vida de cada um. Conjugando a vida cotidiana e a vida olímpiana, os olímpianos se tornam *modelos de cultura* no sentido etnográfico do termo, isto é, modelos de vida. São heróis modelos. Encarnam os mitos de autorrealização da vida privada (MORIN, 1997, p. 107)

O que foi colocado aqui sobre o cenário da biografia se encaixa com narrativas de vida de personagens de diversos campos, mas é algo inerente ao esporte. Os atletas se configuram em heróis. É herói o jogador que salvou a partida, fez o gol ou a cesta, defendeu gol, que ganhou o jogo, o título, que foi campeão na sua modalidade esportiva, conquistou medalhas e troféus. É herói para o torcedor. É herói na mídia, que o caracteriza como tal.

#### 4. Jornalismo Esportivo e Biografia

“Jornalismo Esportivo: relatos de uma paixão”. Este é o título do livro de Celso Unzelte sobre a prática jornalística esportiva e diz muito sobre o que é o Jornalismo Esportivo. Mais do que a definição óbvia de que o jornalismo esportivo é uma especialidade do jornalismo dedicada à cobertura esportiva, a editoria de esportes é uma cobertura de paixão. Paixão de quem relata, muitas vezes, e paixão de quem lê, ouve ou vê matérias esportivas. Estamos falando de uma paixão de milhares de pessoas. Logo, tratar de esportes é lidar diretamente com emoção. Como afirma Celso Unzelte, “a paixão é inerente ao esporte, e, por extensão, à atividade do jornalista esportivo. Mais inteligente do que negá-la é saber lidar tanto com sua paixão quanto com a dos outros” (UNZELTE, 2009, p. 15).

O fato de lidar com emoção e paixão não exclui a característica de que Jornalismo Esportivo é jornalismo. E isso significa que a prática jornalística esportiva possui técnicas que norteiam o seu fazer:



Antes de tudo, o Jornalismo Esportivo é um jornalismo técnico. De números, de fatos, de jogo e de dinâmicas próprias. Possui suas interfaces com a História, com a Sociologia e com a Economia, mas sua atividade-fim é relatar o jogo, opinar de acordo com os parâmetros postos e entrar na lógica de interesse público que o esporte demanda. Como o esporte é pura competição, essa situação permeia o Jornalismo Esportivo, especialmente no desenvolvimento de subjetividade. A opinião jornalística de esportes pressupõe não só um time que você torce, mas também todos os outros que você não torce (VENANCIO, 2014, s.p).

Como já mencionado, o setor das biografias explora inúmeras trajetórias de vidas de pessoas de diversos campos: música, literatura, cinema, política, entre tantos outros. No cenário esportivo isso não é diferente. Ídolos do futebol, basquete, atletismo, surfe, UFC, Fórmula 1, entre outros, têm sua trajetória de vida estampada em páginas de livros. Os biografados são atletas renomados, campeões, referência na modalidade esportiva que pratica. As biografias retratam a trajetória vitoriosa dos esportistas. Para citar algumas das muitas obras existentes, no Brasil podemos citar as biografias de Mané Garrincha (“Estrela Solitária”), Pelé (“Pelé: A Importância do Futebol”), Giba (“Giba Neles”), Ayrton Senna (“Ayrton Senna, uma lenda a toda velocidade”), Gabriel Medina (“A Trajetória do Primeiro Campeão Mundial de Surfe do Brasil”), Oscar (“Oscar Schmidt: 14 Motivos Para Viver, Vencer e Ser Feliz”) e Wlamir Marques (“Wlamir Marques: O Diabo Loiro”).

“Wlamir Marques: O Diabo Loiro” é uma biografia de um ídolo do basquete brasileiro, escrita pelo administrador de empresas, executivo e escritor Auri Malveira. Trata-se de um livro-reportagem sobre a história de vida de Wlamir Marques no esporte de bola ao cesto. Na obra conta-se a trajetória do jogador no basquete, desde o início da sua carreira nessa modalidade esportiva até sua profissão atual como comentarista de basquete na televisão. O livro contempla não somente aspectos da vida profissional do apelidado Diabo Loiro, mas também fatos de sua vida privada, quais sejam: casamento, nascimento de filhos, problemas de saúde e empregos paralelos à carreira esportiva, como o seu trabalho nos Correios, uma vez que o basquete era um esporte que contava com atletas amadores. Os jogadores recebiam apenas uma ajuda de custo, e para complementar a renda, geralmente tinham uma profissão paralela à carreira esportiva.

Na obra, enfatizam-se as glórias do jogador atribuindo qualidades ao ídolo do basquete, discorre sobre conquistas e também derrotas. Narra-se a convocação precoce do jogador, aos 16 anos de idade, para integrar a Seleção Brasileira de Basquete. Conta-se sobre o nascimento de Wlamir em 16 de julho de 1937, sua família, um pouco da sua infância

quando já se aventurava pelo mundo do esporte. Antes de se tornar um ídolo do esporte de bola ao cesto, Wlamir praticou natação, futebol, vôlei e também atletismo.

No basquete, Wlamir Marques começou jogando no time infantil da Escolinha do Tumiaru com 13 anos de idade. Depois atuou no XV de Piracicaba, equipe na qual se eternizou como ídolo do esporte, no Corinthians e no Palmeiras. Ficou famoso pelos seus *jumps*<sup>3</sup> e bandejas<sup>4</sup>. Wlamir participou de inúmeras competições entre mundiais, olimpíadas, pan-americanos, sul-americanos, campeonatos regionais e jogos amistosos.

##### 5. Metodologia: o *ethos* na biografia de Wlamir Marques

O nosso intuito, neste artigo, é verificar o discurso de si construído na biografia de Wlamir Marques, por meio do *ethos*. Segundo Maingueneau, o *ethos* “constitui uma dimensão de todo ato de enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p.12). A primeira noção de *ethos* conhecida vem da retórica antiga. Na visão aristotélica, o *ethos* está ligado ao modo de enunciação dos oradores. Assim, “a prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança”, (MAINGUENEAU, 2008, p.13).

Esta era uma dimensão bem conhecida da retórica antiga, que entendia por *ethos* as propriedades que os oradores se conferiam implicitamente, não pelo que diziam de si mesmos, mas pela aparência que lhes conferia o próprio modo de enunciarem seus discursos: o ritmo, a entonação, a escolha das palavras e dos argumentos revelavam determinadas características desses oradores (MUSSALIM, 2008, p. 70).

Para Maingueneau, o *ethos* não é uma característica apenas do discurso oral. Ele está presente na modalidade escrita também: “Todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma “vocalidade” que pode se manifestar numa multiplicidade de “tons”, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo enunciador...” (MAINGUENEAU, 2008, p.17-18).

A partir desse entendimento, uma análise do discurso presente em determinado texto nos mostra qual é a imagem de si construída pelo autor naquele texto. Na obra biográfica “Wlamir Marques: O Diabo Loiro” observamos as escolhas lexicais para sabermos qual é o

<sup>3</sup> Jogada típica do basquete. Trata-se do “arremesso executado durante o salto” (UNZELTE, 2009, p. 144).

<sup>4</sup> Jogada típica do basquete. Refere-se ao “arremesso feito no ar e em movimento executado nas proximidades do aro”, (UNZELTE, 2009, p. 144).

discurso apresentado sobre o biografado. Por meio das marcas discursivas, podemos conhecer qual a imagem construída do esportista nas páginas do livro-reportagem.

## 6. Wlamir Marque: o excelente jogador e o bom ser humano

Logo na apresentação da obra pelo autor, Auri Malveira, já temos indícios da imagem do biografado que será estampada no decorrer da obra. Isso significa que ao longo da trajetória de vida narrada há uma construção do *ethos* do biografado. O autor engendra um discurso de Wlamir Marques, que pode ser percebido por meio dos enunciados e das escolhas lexicais de Auri Malveira. Mas que *ethos* é esse? Quem é o Wlamir Marques apresentado no livro-reportagem-biografia em questão?

No decorrer da narrativa biográfica, o autor utiliza diversas expressões para se referir a Wlamir Marques no cenário do basquete: “ícone”, “célebre jogador”, “fenômeno”, “estrela mais cintilante”, “jogador genial”, “craque”, “um dos maiores jogadores de basquete do Brasil e do mundo”, “ídolo”, “herói”. Na Introdução, Auri Malveira apresenta o “ícone” que será estampado nas páginas da obra:

O personagem aqui retratado foi o mais célebre jogador da história do basquete brasileiro, tendo edificado sua carreira sob o signo das glórias, palavra que no vocabulário do esporte traduz o maior sonho do esportista. Aos 16 anos, ainda juvenil, notabilizou-se como titular da Seleção Brasileira de adultos; aos 17, foi o fenômeno do II Campeonato Mundial, em 1954, no Rio de Janeiro, o que lhe valeu os batismos de Diabo Loiro e Disco Voador, rótulos que ficaram para sempre indissociados do seu nome (MALVEIRA, 2013, p. 17).

O trecho transcrito acima revela dois apelidos que Wlamir Marques recebeu: “Diabo Loiro” e “Disco Voador”. O próprio título “Wlamir Marques: O Diabo Loiro” evidencia um dos batismos. Os apelidos estão ligados a quem era Wlamir Marques nas quadras de basquete. Foram suas boas atuações, as quais impressionavam torcedores, profissionais do ramo de basquete e adversários, que renderam tais rótulos ao atleta:

Como reconhecimento de suas boas atuações, a imprensa esportiva do Rio de Janeiro cunhou dois rótulos que davam representatividade a quem tinha sido autor das mais eletrizantes jogadas no Maracanãzinho: Disco Voador e Diabo Loiro. Este último batismo teve origem no Jornal do Brasil (MALVEIRA, 2013, p. 55).

Um aspecto bastante ressaltado na obra biográfica é o talento de Wlamir no basquete. Talento e técnica, na verdade, características que levaram o atleta a ter grandes feitos em sua carreira. Ele é descrito como um jogador completo, que encestava bem de qualquer distância, tinha facilidade de se infiltrar entre os adversários e ainda era veloz. Uma das marcas do atleta no basquete bastante, mencionada no livro, é o *jump*<sup>5</sup>: “Sua estirpe de jogador genial combinava talento e técnica com destreza insuperável, ferramentas que lhe permitiram ser o maior encestador da sua geração e realizar jogadas estonteantes. O *jump*, um arremesso que estilizou quando ainda era juvenil, tinha a sua assinatura”. (MALVEIRA, 2013, p. 17). Outra marca associada a Wlamir Marques é “número 5”, número da camisa que o jogador vestia na seleção.

Wlamir Marques não é só Wlamir Marques. Ele é o “Pelé” do basquete brasileiro. Sua imagem está relacionada à de Pelé, por meio da comparação. Pelé é um marco no futebol, visto como o melhor jogador do esporte de bola nos pés do Brasil. Daí a comparação, para as pessoas, principalmente aquelas que não o viram atuar em quadra, terem a noção da representatividade do atleta para o basquete nacional.

Para não poucos que o viram jogar, ele “foi o Pelé do basquetebol nacional”, e “é fora de dúvida que Pelé no futebol e Wlamir na bola ao cesto constituem-se nas maiores figuras brasileiras...”. Para outros, “foi o mais perfeito jogador brasileiro de todos os tempos”, o “marco do basquete brasileiro, e ainda não apareceu outro igual”; “o mais genial dos alas do basquete mundial”! (MALVEIRA, 2013, p. 17).

Nas páginas da biografia, Auri relata quem era Wlamir Marques, o “cara” que se tornou ícone no basquete. Ele é o garoto prodígio. Aquele que começou sua vida esportiva cedo e mesmo sendo novo já conseguia grandes feitos. Aos 16 anos, o então juvenil disputava jogos no time de adultos e foi convocado para integrar a Seleção Brasileira de Basquete. O atleta é também proativo, que faz inúmeras atividades ou exerce várias funções. É o profissional determinado, dedicado, perseverante e que trabalha muito. No início da carreira, praticava diversos esportes como basquete, vôlei, natação, futebol e atletismo. O basquete ganhou sua preferência e o notabilizou como um craque. Mais tarde, o atleta concilia a prática esportiva com o emprego no Correios e Telégrafos e, depois, de técnico de outros times. Ainda jogando basquete, depois dos 30 anos de idade, volta a estudar, faz supletivo, ingressa no ensino superior e se forma em Educação Física. Depois de formado, torna-se professor da

---

<sup>5</sup> Jogada típica do basquete. Trata-se do “arremesso executado durante o salto”. (UNZELTE, 2009, p. 144).

área em universidades, continua jogando e sendo técnico. Ao abandonar as quadras, Wlamir ainda acumula empregos até se tornar apenas comentarista de TV.

Wlamir é o jogador craque e aquele que possui espírito de liderança. Como apontado em várias passagens do livro, o atleta era respeitado e admirado entre os companheiros. É aquele que não se intimida com os adversários. O discurso de si de Wlamir Marques expondo-o como ídolo do basquete pelas ótimas atuações em quadra e conquistas pode ser comprovado com o reconhecimento dos torcedores e profissionais ligados ao basquete e também por homenagens prestadas. “O Diabo Loiro tornou-se preferência nacional. Some-se a isso o fato de que foi apontado em enquete feita por uma revista especializada em esportes, de São Paulo, como o nono maior atleta brasileiro de todos os tempos, o primeiro na modalidade de basquete”. (MALVEIRA, 2013, p. 19).

Wlamir também recebeu o título de Cidadão Emérito de São Vicente, como uma homenagem, por todos os seus feitos e por ser um símbolo para a juventude. O atleta ganhou, também, o troféu Saci, patrocinado pelo jornal *O Estado de São Paulo* e o troféu Helms Athletic Foundation, por ter sido eleito o melhor jogador das Américas em 1961.

O atleta é também uma pessoa impulsiva, que tem personalidade forte e atitudes explosivas. Em certa ocasião, o jogador deixou a concentração do seu time na véspera de uma competição e retornou para casa, sem permissão, para se encontrar com a esposa. Em outro momento, quando estava competido com a seleção, Wlamir solicitou ao técnico a liberação da seleção para que ele pudesse acompanhar o nascimento do seu filho e teve seu pedido negado. O que ele fez? “Diante da negativa, Wlamir ainda queria mostrar a Kanela “com quem estava lidando”. Sua reação foi fulminante e na mesma moeda. Em plena madrugada, avisou Aumary que estava indo para Piracicaba, com ou sem a autorização de Kanela”. (MALVEIRA, 2013, p. 89).

Wlamir é o atleta que gostava de ditar moda. É o “cara” irreverente, pelo corte de cabelo diferente ou pelas camisas ousadas de tecido atoalhado, amarelas ou vermelhas, que resolveu comprar e desfilar com elas pelas ruas. Ele é também o galã, mesmo sem querer alimentar a imagem de símbolo sexual e sendo recatado. Além da sua bagagem como jogador de basquete, seu porte atlético “e ainda tendo sua figura adornada por olhos azuis e causando invejável atração entre o público feminino, o recatado Wlamir nunca se preocupou em cultivar a imagem de *sex symbol*”. (MALVEIRA, 2013, p. 19).

O Wlamir Marques apresentado é mais que o jogador brilhante nas quadras do esporte de bola ao cesto e o “cara” que tem personalidade forte. Ele é o homem apaixonado pela

esposa Cecília, é sensível, é humilde e não se deslumbra com a fama adquirida. É o sortudo e o homem de bom coração. Como Auri Malveira conta no livro, uma vez os atletas da seleção ganharam uma cozinha montada que deveria ser sorteada entre os jogadores. O vencedor do sorteio foi Wlamir, e ele, ao invés de ficar com o prêmio, o doou para um dos membros técnicos da seleção.

## 7. Considerações Finais

Além do que já foi abordado, vale ressaltar que a biografia “Wlamir Marques: O Diabo Loiro” apresenta mais do que a trajetória de vida do ídolo do basquete. Não é apenas o relato da história da carreira do jogador rumo ao sucesso no esporte de bola ao cesto, seus feitos, conquistas e aspectos da vida pessoal que foram contados. Ao narrar a história de Wlamir, revela-se também um pouco da história do próprio basquete. Histórias de times dos quais o atleta fez parte, histórias da Seleção Brasileira de Basquete.

O livro-reportagem-biografia sobre Wlamir cumpre um importante papel. A reconstrução da história do atleta e, por conseguinte, de fatos da história do próprio esporte de bola ao cesto, contribui para a preservação da memória dessa história. A obra biográfica eterniza um craque do basquete que começou a brilhar nas quadras há mais de 50 anos, colaborando para que sua trajetória venha para o conhecimento daqueles que não o viram jogar e, assim, a sua imagem não caia no esquecimento.

## Referências

LE GOFF, J. **História e memória**. 1924. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, E. P. **Páginas Ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.) **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-29.

MALVEIRA, Auri. **Wlamir Marques**: O Diabo Loiro. São Paulo: Panda Books, 2013.

MARTIN, Lucas Ferreira. A mídia esportiva e o leitor no processo de construção de um ídolo jogador de futebol: uma análise das matérias extracampos do site Globoesporte.com. In: **XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Uberlândia, 2015. Disponível

em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2015/resumos/R48-1062-1.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: Neurose. Trad. Maura Ribeiro Sardinha. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MUSSALIM, Fernanda. Uma abordagem discursiva sobre as relações entre ethos e estilo. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.) **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008, p.70-81.

PENA, F. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

PEREIRA, Inês. A Vida dos Outros. **Portal da Comunicação Uol**. São Paulo: Uol. 2011. Disponível em <<http://portaldacomunicacao.uol.com.br/graficas-livros/47/artigo236379-1.asp>>. Acesso em: 28 set. 2015.

RETRATOS da Leitura do Brasil. In: **Ibope**. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/ptbr/conhecimento/relatoriospesquisas/Lists/RelatoriosPesquisaEleitoral/Job%20102479%20-%20Pr%C3%B3-Livro%20-%20Retratos%20da%20Leitura%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2014.

UNZELTE, C. **Jornalismo esportivo**: relatos de uma paixão. São Paulo: Saraiva, 2009.

VENANCIO, R. D. O. —Nós somos diferentes. **Observatório da Imprensa**. São Paulo. 2014. Disponível em <[http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/\\_ed788\\_nos\\_somos\\_diferentes/](http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed788_nos_somos_diferentes/)>. Acesso em: 13 out. 2015.

VILAS BOAS, Sergio. **Biografias & Biógrafos: Jornalismo sobre personagens**. São Paulo: Summus, 2002.

Recebido em: 23 de novembro de 2015.

Aceito em: 20 de dezembro de 2015.

# TABULEIRO DE LETRAS

## O evangelho segundo Machado

### The gospel according to Machado

Alana de Oliveira Freitas El Fahl<sup>1</sup>

#### RESUMO:

O presente texto tem por proposta apresentar uma leitura de contos machadianos que remetem à presença da matriz bíblica como elemento de diálogo. Por meio do princípio da intertextualidade, o autor fluminense toma a Bíblia Sagrada por base para construir narrativas que recriam ou alteram passagens consagradas pela tradição, movendo os textos preexistentes em direção ao seu projeto literário de análise da alma humana. Em contos como “Adão e Eva”, “Na arca”, “A igreja do diabo” e “Sermão do diabo”, o narrador traz à tona novas versões para o texto canônico, imprimindo sua marca pessimista e irônica e reescrevendo as sagradas escrituras através de novas tintas.

Palavras-chave: Machado de Assis; Bíblia Sagrada; Intertextualidade; Contos

#### ABSTRACT:

This paper presents an analysis of Machado de Assis tales that make reference to some Bible situations in their content. Using intertextuality, the Rio de Janeiro author takes the Bible as a basis to construct narratives that recreate or alter traditionally known biblical passages, approaching the biblical texts of his literary project of human soul analysis. In stories such as " Adam and Eve " , " The ark , " " The Devil's church " and " Devil's Sermon " , the narrator brings out new versions of the traditional sacred texts , leaving his pessimistic and ironic mark and rewriting the sacred scriptures through new perspectives.

Keywords: Machado de Assis; Holy Bible; Intertextuality; Tales

*Existimos sobre o anterior. O movimento da escrita e da leitura exerce-se a partir da menor mutabilidade aparente da pedra e da maior mutabilidade da grafia. O progresso dos textos é epigráfico. Lápide e versão, indistintamente.*

*(Fiama Hasse Pais Brandão)*

## 1. No princípio, era a Bíblia...

Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), cunhado na História da Literatura como Machado de Assis, ou, simplesmente Machado, para os seus leitores e estudiosos, é o autor mais representativo da prosa realista brasileira e continua ecoando na

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta de Literatura da Universidade Estadual de Feira de Santana. [alana\\_freitas@yahoo.com.br](mailto:alana_freitas@yahoo.com.br)



contemporaneidade. Criador de obras que povoam o imaginário dos seus leitores em torno de dilemas morais permeados de ironia e ambiguidade, Machado foi o precursor de genealogias que delineiam tipos representativos da identidade brasileira. Entre *Brás Cubas*, *Marcela*, *José Dias*, *Alferes Jacobina*, *Janjão* e tantos outros tipos, temos uma mostra da sociedade brasileira do final do século XIX, e, para além disso, um painel da própria condição humana.

Autor de grandes romances, cronista acurado, contista de excelência, dramaturgo sazonal, crítico literário contundente, fundador da Academia Brasileira de Letras, foi e continua sendo uma figura de proa de nossas Letras, ainda oferecendo orientação à cultura e à literatura em língua portuguesa.

Em *Memorial de Aires* (1908), último romance da lavra machadiana, o Conselheiro Aires narra suas observações sobre as pessoas de sua convivência e, a partir desse pequeno núcleo social, reflete sobre a existência humana e suas vicissitudes. Apresentado em forma cronológica de um diário, a narrativa é marcada pelo tom outonal e estruturada com ares residuais do passar do tempo. Ao comparar o narrador de *Memórias Póstumas* ao desse romance, Alfredo Bosi observa que “Como Brás Cubas, o Conselheiro põe-se a escrever na situação privilegiada de quem já pode dispensar-se de intervir no jogo duro da sociedade.” (BOSI, 2000, p.129).

Conselheiro Aires, diplomata aposentado, observador de todo o tecido romanescos, faz a seguinte inferência, no capítulo escrito no dia 24 de agosto, acerca de uma possível lágrima derramada por Fidélia, a jovem viúva:

Também, se foi verdadeiramente lágrima, foi tão passageira que, quando dei por ela, já não existia. Tudo é fugaz neste mundo. Se eu não tivesse os olhos adoentados, dava-me **a compor outro Eclesiastes, à moderna, posto nada deva haver moderno depois daquele livro. Já dizia ele que nada era novo debaixo do sol, e se não era então, não o foi nem será nunca mais. Tudo é assim contraditório e vago também** (ASSIS, 1976, p.63, grifo nosso).

Em tal passagem, lançada despretensiosamente num capítulo de menor destaque dentro do romance, encontra-se uma das principais linhas de força da obra de Machado de Assis: o profundo diálogo com a Bíblia Sagrada. Notemos que na passagem em destaque (grifo nosso) o autor mescla às linhas bíblicas as suas observações sobre a humanidade a propósito de um episódio prosaico, encontrando eco no livro sagrado para aquilo que seria o amálgama de suas obras: a complexidade da alma humana, traduzida pelo período “Tudo é assim contraditório e vago também”, pois contraditórias e vagas também são todas as personagens da galeria machadiana.

Notemos que o desejo do narrador em compor outro *Eclesiastes* se concretizará em muitas de suas criações, e, obviamente, não se limitará ao livro de Salomão, avançará por muitas e muitas páginas das sagradas escrituras. E o próprio Aires concretiza seu ideal no registro do dia 14 de setembro: “Tudo é possível debaixo do sol, – e mesma coisa se sucederá acima dele, – Deus sabe (ASSIS, 1976, p.73)”. Aqui o Conselheiro sexagenário, investido da sabedoria do velho rei, que, assim como ele, reflete sobre a vida na velhice, completa o texto sagrado, reescrevendo-o ao sabor de suas observações.

O mesmo livro bíblico é retomado, legitimando sua carga de pessimismo, pautada na vacuidade do mundo, numa crônica, menos conhecida do autor, *Salteadores da Tessália* (1893, *Páginas Recolhidas*). Aqui o narrador, ao refletir sobre a mesmice do cotidiano, espanta-se com uma notícia de jornal sobre a prisão de um deputado na Grécia:

**Tudo isto cansa, tudo isto exaure. Este sol é o mesmo sol, debaixo do qual, segundo uma palavra antiga, nada existe que seja novo.** A lua não é outra lua. O céu azul ou embruscado, as estrelas e as nuvens, o galo da madrugada, é tudo a mesma coisa. Lá vai um para a banca da advocacia, outro para o gabinete médico, este vende, aquele compra, aquele outro empresta, enquanto a chuva cai ou não cai, e o vento sopra ou não; mas sempre o mesmo vento e a mesma chuva. **Tudo isto cansa, tudo isto exaure.** Tal era a reflexão que eu fazia comigo, quando me trouxeram os jornais. Que me diriam eles que não fosse velho? A guerra é velha, quase tão velha como a paz. Os próprios diários são decrépitos. **A primeira crônica do mundo é justamente a que conta a primeira semana dele, dia por dia, até o sétimo em que o Senhor descansou. O cronista bíblico omite a causa do descanso divino; podemos supor que não foi outra senão o sentimento da caducidade da obra.** Repito, que me trariam os diários? As mesmas notícias locais e estrangeiras, os furtos do Rio e de Londres, as damas da Bahia e de Constantinopla, um incêndio em Olinda, uma tempestade em Chicago, as cebolas do Egito, os juizes de Berlim, a paz de Varsóvia, os Mistérios de Paris, a Lua de Londres, o Carnaval de Veneza... Abri-os sem curiosidade, li-os sem interesse, deixando que os olhos caíssem pelas colunas abaixo, ao peso do próprio fastio. Mas os diabos estacaram de repente, leram, releram e mal puderam crer o que liam. Julgai por vós mesmos (ASSIS, 1959, p. 624-625, grifo nosso).

É interessante notar nesse trecho como a narrativa reforça as imagens da repetição mecânica do cotidiano, por meio do encadeamento sucessivo dos períodos curtos. O vai e vem da humanidade vai sendo descrito como uma espécie de moto-perpétuo que faz o mundo girar continuamente em torno da reprodução das ações. O mecanismo será quebrado para introduzir o fato esdrúxulo da prisão do deputado grego, líder de uma quadrilha de salteadores, mas logo depois será retomado.

As passagens por nós destacadas corroboram a intenção do autor em reforçar o tédio da existência, tão magistralmente explorado pelos variados tons do pessimismo presentes em sua paleta. As ocorrências intertextuais na obra machadiana são incalculáveis e se irradiam em toda sua produção. A Bíblia Sagrada, a Mitologia Greco-latina e a própria literatura clássica e moderna são lidas ou relidas, escritas ou rescritas, conservadas ou rasuradas pelo autor em inúmeras de suas produções, compondo a principal tríade matricial da obra do autor fluminense.

Ao trazer o diálogo com sua herança leitora para o centro de sua obra, Machado faz com que seu leitor entre em contato com todo o repertório cultural que construiu a tradição ocidental e também desfrute das fontes que alimentaram sua formação. Em crônica datada de 1865, publicada no Diário do Rio de Janeiro, o próprio Machado aponta as seguintes observações sobre suas influências:

Os leitores nos dispensam de dizer por que a Bíblia é o livro por excelência. Melhor do que ninguém já o disse Lamartine; o grande poeta pergunta o que não haverá nessa obra universal desde a história, a poesia épica, a tragédia e a filosofia, até o idílio, a poesia lírica e a elegia- desde o Deuterônimo, Isaías e o Eclesiástico, até Ruth, Jeremias e o Cântico dos Cânticos. Reuni todas essas formas de espírito humano em uma encadernação de luxo, e dissei se há livro mais precioso e mais digno de figurar no gabinete, entre Milton e Homero (ASSIS apud QUEIROZ, 2008, p.116).

Dentre tantas possibilidades de entendimento da importância e da presença dessas fontes na obra do autor, ficaremos nesse nosso estudo com o caráter literário atribuído à Bíblia pelo ficcionista que, na esteira de Lamartine, vê nas escrituras todo repertório de gêneros e temas literários e saberes distintos, pondo-a lado a lado, em seu gabinete, com a Literatura moderna, representada por Milton e a Literatura Clássica simbolizada em Homero.

## 2. Singulares ocorrências

A obra contística do escritor fluminense excede duas centenas de textos, distribuídos em sete livros e mais alguns dispersos, número já assustador comparado à produção de outros contistas consagrados. Dentro dessa profusão de narrativas, temos toda a sorte de histórias, de temas e tamanhos variados. Classificá-los ou agrupá-los é tarefa sempre inglória, já enfrentada por alguns estudiosos.

Na primeira metade do século XX, Eugênio Gomes os dividiu entre os contos psicológicos e os morais. Já Mário Matos, entre os narrados em modo épico e os narrados em modo dramático. Luis Augusto Fischer (1998), mais recentemente, sugere mais dois polos que podem se mesclar em muitos textos, o ético e o estético. Observamos sempre tentativas classificatórias que tentam mapear o conjunto de contos, ora mais ligadas ao conteúdo, ora mais pautadas na forma. Eficientes para efeitos de análise, mas insatisfatórias para abarcar a variedade de tantos textos que fogem às nossas tentativas cartesianas.

Bem anterior aos três estudiosos, Alfredo Pujol, em 1916, num dos primeiros estudos sobre o autor, também apontou dois conjuntos que, para efeito da presente reflexão, é o mais adequado: “Contos de observação da vida exterior e de análise psicológica, e fantasias, diálogos e apólogos, em que predominam o filósofo e o moralista.” (2007, p. 151). É a partir do segundo conjunto apontado por Pujol que estão os textos reelaborados pelo autor, por meio do **diálogo** com as fontes da tradição com fins filosóficos e/ou moralistas.

Há em sua contística uma quantidade significativa desses diálogos. Um ditado popular prega que quem conta um conto, aumenta um ponto. Tal dito, geralmente aplicado à capacidade humana de sempre alterar a história ouvida na hora de reproduzi-la, encerra uma sábia máxima no que diz respeito à criação literária produzida a partir de narrativas preexistentes. Há um incontável número de obras construídas sobre as bases de outros textos de origens diversas, ou, de certo modo, todas elas o são.

Tal recurso, denominado largamente como Intertextualidade, termo de sentido amplo e difuso que agrupa as mais diversas formas de citação, corporifica-se sob variados aspectos, ora de forma mais explícita, ora de forma mais oblíqua, exigindo do leitor atenção para com as pistas presentes nos textos. Portanto, quem lê um conto, nunca lê apenas um conto, mas lê, simultaneamente, muitos outros textos, autores e obras.

Esse diálogo, entre a obra literária e a grande rede cultural de que dispomos, propicia a construção de novas narrativas ricas em intertextos palimpsésticos, espécie de presença espectral sobre a qual se desenham outros discursos. Para Julia Kristeva (1974, p. 64), a intertextualidade mostra-se como “um mosaico de citações” que continua a se expandir e a se desenvolver. Para Compagnon (1996), escrever é sempre reescrever e o mesmo que citar. Por conseguinte, toda escrita põe em ação o binômio recortar-colar.

Os romances machadianos são repletos de citações, de setas, de paródias, de homenagens, de lembranças, enfim de todos os alargamentos possíveis para o que se entende como intertextualidade. Mas é no conto que tais elementos se corporificam, de forma

magistral, comprovando a máxima de que todo grande autor é, antes de tudo, um grande leitor.

Em muitos de seus contos, o leitor é convidado a reler histórias e personagens já cunhadas pela tradição ocidental, agora reconstruídas a partir de outros fios e, sobretudo, de outras intenções. Sobre esse aspecto, afirma Marta de Senna:

Esse pinçamento de um trecho descontextualizado de um macrotexto de outro autor, geralmente um clássico ou as Escrituras Sagradas, serve ao narrador machadiano de modo particularmente rentável. Às vezes, não chega sequer a citar, limitando-se a aludir a esse ou àquele poeta, de maneira vaga e imprecisa, facultando ao leitor interessado a escolha entre aceitar a imprecisão e tentar precisar a alusão, ou seja, tentar compreender por que e para que aquele determinado autor é convocado ao texto em tal ou qual momento (2008, p. 82).

A observação da estudiosa joga a luz da cena sobre o leitor, pois cremos que a relevância de tal busca reside não apenas em localizar as relações de parentesco ou derivações entre os textos, mas, principalmente, os desvios e deslocamentos que o autor traz ao construir seu novo texto a partir da tradição. É sobre alguns dessas recriações que ora trataremos.

### 3. Filhos da Serpente: o barro machadiano

Obedecendo à cronologia genesíaca, falemos de Adão e Eva e depois de Noé. Machado de Assis compõe o seu conto *Adão e Eva*, do livro *Várias Histórias*, publicado em 1896 a partir das primeiras páginas bíblicas. O casal genesíaco aparece de forma indireta, por meio da narração do Sr. Veloso, um juiz de fora. Em um jantar, na presença da anfitriã D. Leonor, do frade Frei Bento e de outros convivas, a propósito do tema da curiosidade feminina, a conversa flui para a culpabilidade de Eva no episódio edênico. Segundo o juiz, e para grande espanto dos comensais, quem criou o mundo foi o “Tinhoso”:

Seja o Tinhoso. Foi o Tinhoso que criou o mundo; mas Deus, que lhe leu no pensamento, deixou-lhe as mãos livres, cuidando somente de corrigir ou atenuar a obra, a fim de que ao próprio mal não ficasse a desesperança da salvação ou do benefício. E a ação divina mostrou-se logo porque, tendo o Tinhoso criado as trevas, Deus criou a luz, e assim se fez o primeiro dia. No segundo dia, em que foram criadas as águas, nasceram as tempestades e os furacões; mas as brisas da tarde baixaram do pensamento divino. No terceiro dia foi feita a terra, e brotaram dela os vegetais, mas só os vegetais sem fruto nem flor, os espinhosos, as ervas que matam como a cicuta; Deus, porém, criou as árvores frutíferas e os vegetais que nutrem ou encantam. E tendo o

Tinhoso cavado abismos e cavernas na terra, Deus fez o sol, a lua e as estrelas; tal foi a obra do quarto dia. No quinto foram criados os animais da terra, da água e do ar. Chegamos ao sexto dia, e aqui peço que redobrem de atenção. Não era preciso pedi-lo; toda a mesa olhava para ele, curiosa.

Veloso continuou dizendo que no sexto dia foi criado o homem, e logo depois a mulher; ambos belos, mas sem alma, que o Tinhoso não podia dar, e só com ruins instintos. Deus infundiu-lhes a alma, com um sopro, e com outro os sentimentos nobres, puros e grandes. Nem parou nisso a misericórdia divina; fez brotar um jardim de delícias, e para ali os conduziu, investindo-os na posse de tudo. Um e outro caíram aos pés do Senhor, derramando lágrimas de gratidão. "Vivereis aqui", disse-lhes o Senhor, "e comereis de todos os frutos, menos o desta árvore, que é a da ciência do Bem e do Mal" (ASSIS, 1959, p.510-511).

Nota-se que a criação do mundo, segundo esse novo narrador, dá a Deus um papel de lateralidade, uma espécie de colaborador paralelo da obra demoníaca. Ele vai completando o universo com os aspectos positivos da natureza, numa tentativa de equilibrar as forças. Um trabalho em dupla no qual cada um dos criadores desempenha uma função de valor semelhante. Dessa forma, Deus perde o papel de único protagonista, dividindo a cosmogonia com o seu antagonista, versão que relativiza a supremacia do texto fundador. Por intermédio dessas duas forças, dois princípios igualmente criadores pautados no Mal e no Bem, o dualismo humano estaria justificado desde nossas origens edênicas.

O conto prossegue com o casal feliz e obediente usufruindo das prerrogativas paradisíacas. O Tinhoso, revoltado com o fracasso de sua criação, põe em ação a serpente que, após receber as ordens já previstas, tenta Eva, que resiste à sedução da cobra:

Néscia! Para que recusas o resplendor dos tempos? Escuta-me, faze o que te digo, e serás legião, fundarás cidades, e chamar-te-ás Cleópatra, Dido, Semíramis; darás heróis do teu ventre, e serás Cornélia; ouvirás a voz do céu, e serás Débora; cantarás e serás Safo. E um dia, se Deus quiser descer à terra, escolherá as tuas entranhas, e chamar-te-ás Maria de Nazaré. Que mais queres tu? Realeza, poesia, divindade, tudo trocas por uma estulta obediência. Nem será só isso. Toda a natureza te fará bela e mais bela. Cores das folhas verdes, cores do céu azul, vivas ou pálidas, cores da noite, hão de refletir nos teus olhos. A mesma noite, de porfia com o sol, virá brincar nos teus cabelos. Os filhos do teu seio tecerão para ti as melhores vestiduras, comporão os mais finos aromas, e as aves te darão as suas plumas, e a terra as suas flores, tudo, tudo, tudo... (ASSIS, 1959, p. 512).

E para nossa surpresa, o casal não trai as ordens divinas. Eva nem sequer tenta persuadir Adão, como na tradição cristã, mesmo com tanta sedução representada pelas figuras femininas que simbolizam poder, beleza e talento. Aliás, é interessante notar os artifícios oferecidos pelo diabo. Um cardápio variado de benesses simbolizado pelas mulheres

representativas que passeiam entre a história, a literatura e a própria bíblia, ofertando a ela até mesmo a possibilidade de ser futuramente Maria de Nazaré. Mas essa outra Eva não sucumbe às tentações das glórias terrenas.

Eles recebem a morada celeste como prêmio pela obediência, sendo resgatados pelo anjo Gabriel e recebidos por Deus que os parabeniza pela resistência. Assim, reescrevendo o Pentateuco, o narrador nos coloca, não como descendentes de Adão e Eva, mas como filhos legítimos da serpente:

— Entrai, entrai. A terra que deixastes, fica entregue às obras do Tinhoso, aos animais ferozes e maléficos, às plantas daninhas e peçonhentas, ao ar impuro, à vida dos pântanos. Reinará nela a serpente que rasteja, babuja e morde, nenhuma criatura igual a vós porá entre tanta abominação a nota da esperança e da piedade. E foi assim que Adão e Eva entraram no céu, ao som de todas as cítaras, que uniam as suas notas em um hino aos dois egressos da criação... (ASSIS, 1959, p. 513).

Machado parte da matriz bíblica e insere seus cartuchos irônicos no texto matricial, com o propósito de estabelecer a reflexão e a suspeita. O juiz de fora, ao apresentar outra versão para o texto sagrado, afirma que para ele “as coisas no paraíso terrestre passaram-se de modo diferente do que está contado no primeiro livro do Pentateuco, que é apócrifo”. Ao atribuir o termo apócrifo aos livros bíblicos, semeia a dúvida e propõe outras verdades “— Conheço o autêntico, insistiu o juiz-de-fora, recebendo o prato de doce que D. Leonor lhe oferecia, e estou pronto a dizer o que sei se não mandam o contrário”. Portanto, põe em xeque a originalidade do texto canônico ao usar o adjetivo autêntico para sua narração, nesse intrigante jogo que a criação literária permite tornando-se um novo demiurgo.

É interessante observar que um tema tão grave como a origem humana ou a não veracidade do texto bíblico surge a propósito de uma trivial conversa sobre a curiosidade provocada por um doce. Esse recurso de trazer à discussão temas sérios através de de situações prosaicas é uma estratégia narrativa adotada amplamente pelo autor. Sobre esse aspecto, observa Antonio Candido no seu *Esquema de Machado de Assis*:

A sua técnica consiste essencialmente em sugerir as coisas mais tremendas da maneira mais cândida (como os ironistas do século XVIII); ou em estabelecer contraste entre a normalidade social dos fatos e a sua anormalidade essencial; ou em sugerir, sob aparência do contrário, que o ato excepcional é normal, e anormal seria o ato corriqueiro. Ai está o motivo de sua modernidade, apesar do seu arcaísmo de superfície (CANDIDO, 2011, p. 23).

Em acordo com *Candido*, percebemos a tentativa do juiz em construir outra probabilidade plausível para a versão criacionista. Parece-nos que a opção em questionar a criação humana nesse conto coaduna-se com o projeto de crítica às fraquezas humanas que balizam sua obra. A opção machadiana de nos filiar à genealogia da serpente, sem qualquer “nota da esperança ou da piedade”, faz-se presente de muitas outras formas na galeria ficcional do autor. Ele constrói suas personagens por meio de outro barro e de outro sopro que não o divino, mas volta e meia, em meio a tantos aspectos espúrios da alma humana, também nos comove com criaturas de papel que podem despertar em nós sentimentos edificantes, se não nobres ou altruístas, ao menos generosos, como a compaixão e a empatia.

É ainda sobre as páginas vetéro-testamentárias que Machado de Assis mira para escrever *Na arca – Três capítulos inéditos do Genesis*, publicado em 1882, em *Papéis Avulsos*. No conto, a fonte textual já vem exposta no título, aliás, o narrador investe-se novamente da autoridade do escritor do Pentateuco e cria com as tintas da ficção três capítulos que teriam escapado das escrituras. Três irmãos, os filhos de Noé, após terem sobrevivido ao dilúvio, têm a ideia de repartir toda a terra que restou, ou seja, todo o mundo existente, já que eles seriam a única família sobrevivente ao castigo divino.

O conto moldado estilisticamente sobre o texto bíblico, mais precisamente capítulos 8 e 9 de Gênesis, é construído com a linguagem e o formato do livro sagrado, portanto, a estrutura do texto é composta por versículos, em obediência aos padrões que toma por molde. Além disso, há no conto a presença forte das aspas indicando claramente o recurso da citação, que ora confere com a matriz, ora aparece como recriação.

A invenção do autor recai exatamente no que seriam os não ditos do texto bíblico, já que no texto genesíaco os filhos de Noé não têm voz nem ação nessa parte da narrativa. Jafé, Sem e Cam, como personagens machadianas, construídas em solo moderno, dão vazão às fraquezas humanas. A cupidez contamina os descendentes de Noé, os nossos antepassados diretos. A partilha da terra surge como exemplo desmedido da ambição humana. Vejamos um trecho de *Na arca*:

9. - E Sem falou a voz de seu coração, dizendo: "Meu pai tem a sua família; cada um de nós tem a sua família; **a terra é de sobra**; podíamos viver **em tendas separadas**. Cada um de nós fará o que lhe parecer melhor: e plantará, caçará, ou lavrará a madeira, ou fiará o linho".

10. - E respondeu Jafé: - "Acho bem lembrada a idéia de Sem; podemos viver em tendas separadas. A arca vai descer ao cabeço de uma montanha; meu pai e Cam descerão para o lado do nascente; eu e Sem para o lado do poente, Sem ocupará duzentos côvados de terra, eu outros duzentos."



11. - Mas dizendo Sem: - "Acho pouco duzentos côvados" -, retorquiu Jafé: "Pois sejam quinhentos cada um. Entre a minha terra e a tua haverá um rio, que as divida no meio, para **se não confundir a propriedade**. Eu fico na margem esquerda e tu na margem direita;

12. - "E a minha terra se chamará a terra de Jafé, e a tua se chamará a terra de Sem; e iremos às tendas um do outro, e partiremos o pão da alegria e da concórdia."

13. - E tendo Sem aprovado a divisão, perguntou a Jafé: "Mas o rio? a quem **pertencerá** a água do rio, a corrente? (ASSIS, 1959, p.304, grifo nosso):

A passagem evidencia o início da discórdia entre os irmãos que, em nome da posse da propriedade, romperão o elo fraterno. A disputa está apenas começando, muitos serão os motivos da desavença gerada pelo desejo da posse, simbolizada na citação pela terra associada ao nome do dono. O autor abusa da ironia ao trazer para cena bíblica a disputa gerada não somente em torno da terra, mas também em torno do rio e sua correnteza. O desejo de possuir mais que os outros irmãos é quase burlesco, se pensarmos que aquele mundo era só deles.

Outro ponto interessante é que nessa escritura apócrifa, Cam será o irmão que tenta aplacar a ira dos outros dois que "... tinham os olhos do tamanho de figos e cor de brasa, e olhavam-se cheios de cólera e desprezo...". Assim, Machado o redime de ter mostrado as vergonhas de Noé aos irmãos por ocasião da embriaguez do pai como posto na Bíblia (GÊNESIS, 9: 21-27), razão pela qual foi amaldiçoado, mostrando que outras versões são possíveis e que as vítimas podem ser algozes e vice-versa.

A descrição enfurecida dos irmãos, tomados por sentimentos mesquinhos, espelha a quebra do elo afetivo que se espera entre familiares, tema presente em outras passagens bíblicas, tais como Caim e Abel, José do Egito e Esaú e Jacó, estes últimos também eleitos por Machado em seu romance homônimo que explora justamente a rivalidade fraterna. Em *Esaú e Jacó* (1904), o autor potencializa essa desavença e ambienta o tema da rivalidade num contexto social brasileiro dividido entre o Império e a República, fazendo com que cada um dos irmãos, Pedro e Paulo, assumam uma dessas faces políticas.

E assim a disputa pela posse da propriedade continua, levando os irmãos a brigarem violentamente, arrancando sangue um do outro, numa alusão explícita à quebra da fraternidade, já que o sangue é o símbolo maior da união familiar:

5. — "Por que me não mandas logo para os confins do mundo? Já te não contentas com quinhentos côvados; queres quinhentos e dez, e eu que fique com quatrocentos e noventa.

6. — “Tu não tens sentimentos morais? não sabes o que é justiça? não vês que me esbulhas descaradamente? e não percebes que eu saberei defender o que é meu, ainda com risco de vida?”
7. — “E que, se é preciso correr sangue, o sangue há de correr já e já,
8. — “Para te castigar a soberba e lavar a tua iniquidade?”
9. — Então Sem avançou para Jafé; mas Cam interpôs-se, pondo uma das mãos no peito de cada um;
10. — Enquanto o lobo e o cordeiro, que durante os dias do dilúvio, tinham vivido na mais doce concórdia, ouvindo o rumor das vozes, vieram espreitar a briga dos dois irmãos, e começaram a vigiar-se um ao outro.
11. — E disse Cam: — “Ora, pois, tenho uma idéia maravilhosa, que há de acomodar tudo;
12. — “A qual me é inspirada pelo amor, que tenho a meus irmãos. Sacrificarei pois a terra que me couber ao lado de meu pai, e ficarei com o rio e as duas margens, dando-me vós uns vinte côvados cada um.”
13. — E Sem e Jafé riram com desprezo e sarcasmo, dizendo: — “Vai plantar tâmaras! Guarda a tua idéia para os dias da velhice”. E puxaram as orelhas e o nariz de Cam; e Jafé, metendo dois dedos na boca, imitou o silvo da serpente, em ar de surriada (1959, p.303).

De acordo com *Dicionário de Símbolos* de Chevalier e Gheerbrant (2007), o sangue representa todos os valores solidários e a esses valores associam-se tudo que é belo, nobre, generoso e elevado, além de ser universalmente considerado o veículo da vida. Logo, fica claro que a lembrança dessa simbologia tradicional do sangue imprime maior efeito às imagens criadas pelo autor, as quais envolvem os gestos violentos cometidos entre irmãos.

Machado os animaliza por meio da cólera, numa evidente oposição irônica aos animais que agem com mais civilidade que os filhos de Noé. O lobo e o cordeiro, metáfora clássica da desunião, ao assistirem a briga entre os irmãos, começam a prevenirem-se de possíveis ataques entre eles. Nessa arca os humanos são rebaixados e ocupam uma escala abaixo dos animais antagonistas.

A fauna machadiana, descendente da serpente, disputa na arca de Noé um território infinito e impalpável, simbolizando a ambição da humanidade que se desdobrará na obra do autor em suas mais variadas nuances. Nesses dois contos temos uma espécie de genealogia das suas personagens, ou da espécie humana em maior escala, considerando sua visão pessimista sobre a nossa moral.

Brás Cubas disputando com sua irmã a prataria da mãe, subjugando o almocreve ou buscando sua “sede de nomeada” através do seu emplastro é um fiel representante da bíblia segundo Machado de Assis. Nesse evangelho apócrifo temos uma amostra das fraquezas humanas e de suas misérias, mas para mais sabor da obra ela também é pintada com a pena da galhofa.

#### 4. As Sagradas Reescrituras

Há outros dois textos do autor, um conto e uma crônica, que também merecem ser convocados para irmos finalizando esta nossa discussão. *A Igreja do diabo* e *O Sermão do Diabo*. O primeiro, publicado em *Histórias sem data* (1884) e o segundo, na coluna *A Semana* do *Jornal Gazeta de Notícias*, no dia 04 de setembro de 1892, reunidas depois em *Páginas recolhidas* (1893).

Ambos são construídos pelo viés de uma lógica muito semelhante. O mal personificado ganha corpo e se dedica a negar o discurso divino e todas as suas obras. Nesses textos, Machado avança para o Novo Testamento, cenário onde Cristo é o personagem principal. Traz para sua superfície narrativa cenas bíblicas que apresentam o Diabo como personagem e imprime-lhe tintas de protagonismo, novamente dividindo com o Bem o palco sagrado, como já fora posto em *Adão e Eva*. Comportando-se como um quinto evangelista, nosso autor passa a propor uma ordem inversa de valores morais que contradizem o texto bíblico, mas que muito dizem da condição humana.

No primeiro, temos o tinoso construindo sua igreja na terra por meio de fundamentos absolutamente opostos à igreja de Deus. No segundo, temos a reconstrução do Sermão da Montanha sob os mesmos ditames da negação. As virtudes passam a ser vícios e os vícios, virtudes; os pecados capitais passam a ser reverenciados como sentimentos nobres e assim sucessivamente.

Acerca desse processo de inversão nas duas narrativas, aponta Vera Casa Nova:

Assim, as virtudes naturais como a soberba, a luxúria, a preguiça, a avareza, a ira, a gula, a inveja, os famosos pecados são proclamados no centro de sua argumentação. Ao mesmo tempo em que a venalidade, a hipocrisia, a calúnia, o desrespeito, a adulação ocupam o espaço da vida nua e da vida política do indivíduo e da sociedade. Deus e Diabo como forças antagônicas, numa encruzilhada do destino humano, corresponderiam a retóricas particulares, cada um representado pela sua igreja, respectivamente, ora afirmando, ora negando a ação humana, fascinando o humano... Siderações de ouvintes, quando a eloquência torna imóveis escritura contra escritura, breviário contra breviário (NOVA, 2008, p.180).

É visível nos textos a exploração das temáticas morais e de sua relativização, logo, a depender do ponto de vista e interesses de quem as narra, o discurso pode adquirir sentidos diversos. Todavia, o que mais nos chama a atenção nas narrativas é o caráter de reescritura apontado pelo próprio autor nos dois textos. Vejamos respectivamente, as suas introduções:

Conta um velho **manuscrito beneditino** que o Diabo, em certo dia, teve a idéia de fundar uma igreja. Embora os seus lucros fossem contínuos e grandes, sentia-se humilhado com o papel avulso que exercia desde séculos, sem organização, sem regras, sem cânones, sem ritual, sem nada. Vivia, por assim dizer, dos remanescentes divinos, dos descuidos e obséquios humanos. Nada fixo, nada regular. Por que não teria ele a sua igreja? Uma igreja do Diabo era o meio eficaz de combater as outras religiões, e destruí-las de uma vez (ASSIS, 1959, p.367, grifo nosso).

Nem sempre respondo por **papéis velhos; mas aqui está um que parece autêntico**; e, se o não é, vale pelo texto, que é substancial. É um pedaço do evangelho do Diabo, justamente um sermão da montanha, á maneira de S Matheus. Não se apavorem as almas católicas. Já Santo Agostinho dizia que « a igreja do Diabo imita a igreja de Deus. » Daí a semelhança entre os dois evangelhos. Lá vai o do Diabo (ASSIS, 1959, p.624-625, grifo nosso).

É interessante notar que os dois são introduzidos a partir da mesma ideia: a existência de um texto prévio que apenas será transcrito pelo narrador. Tal recurso funciona como um alibi de verossimilhança, já que confere autenticidade à narrativa e absolve o seu autor de possíveis acusações heréticas. O autor seria uma espécie de copista encarregado de dar vida a um documento antigo.

Machado de Assis, esse copista competente e traidor a um só tempo, dialoga com a matriz bíblica tecendo outras verdades possíveis, forjadas por meio de um universo textual sedutor que permite ao leitor ler e reler nosso legado cultural reescrito e ressignificado.

Talvez seja esse um dos pilares da escrita machadiana cingidos pelos fios da intertextualidade: dar seu sopro criador a outros textos da tradição, renovando-os de acordo com seu projeto literário de inquérito da alma humana e suas complexidades, de suas criaturas que vestem capas de veludo com franjas de algodão. Ele põe vinhos novos em odres velhos e escreve torto por linhas certas.

## Referências

ASSIS, Machado de. **Obras Completas**. vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1959.

\_\_\_\_\_. **Memorial de Aires**. Série Bom Livro. São Paulo: Ática, 1976.

BOSI, Alfredo. **Machado de Assis: O enigma do olhar**. São Paulo: Ática, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

CHEVALIER, Jean. e GHEERBRANT, Alain . **Dicionário de símbolos**. Trad. Vera da Costa Silva et al. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2007.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Trad. Cleonice P. B Mourão. Editora UFMG: Belo Horizonte, 1996.

FISCHER, Luiz Augusto. **Contos de Machado**: da ética à estética in Machado de Assis uma revisão. Antônio Carlos Secchin et. al. (org). In- Fólio Editora: Rio de Janeiro, 1998.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à Semanálise**. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LUCAS, Fábio. **O núcleo e a periferia de Machado de Assis**. Barueri: Editora Amariyls, 2009.

NOVA, Vera Casa. Do Sermão do diabo: o avesso da narrativa. Revista **O eixo e a roda**. V. 16. Belo Horizonte: UFMG, 2008. Disponível em: <[http://www.letras.ufmg.br/poslit/08\\_publicacoes](http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes)>. Acesso em: 05 nov. 2014.

PUJOL, Alfredo. **Machado de Assis**. Academia Brasileira de Letras. Imprensa Oficial: Rio de Janeiro, 2007.

QUEIROZ, Maria Eli de. **Machado de Assis e a Religião**. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

SENNA, Marta de. **Alusão e zombaria**: considerações sobre citações e referências na ficção de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

Recebido em: 11 de novembro de 2015.

Aceito em: 18 de dezembro de 2015.

# TABULEIRO DE LETRAS

## O ensino de inglês no pós-método: as contribuições dos objetos digitais

### The English teaching in the post-method: the contributions of digital objects

Michele Santos<sup>1</sup>  
Rodrigo Camargo Aragão<sup>2</sup>

#### RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo abordar as contribuições da inserção dos objetos digitais para o ensino de inglês. Trata-se de um estudo bibliográfico pautado nos Objetos de Aprendizagem (LEFFA, 2006; 2014) e nos Recursos Educacionais Abertos (STAROMBINAS, 2012) e objetiva responder teoricamente aos seguintes questionamentos: A utilização dos objetos digitais é consoante à proposta dos documentos oficiais? Quais as contribuições dos objetos digitais para o ensino de inglês no pós-método? Os estudos encontrados apontam que os Recursos educacionais abertos surgiram como alternativa para superar as limitações dos objetos de aprendizagem, promovendo ações condizentes ao período do pós-método e práticas propícias para contemporaneidade, como a produção do conhecimento em rede e a descentralização do conhecimento.

Palavras-chave: Ensino; Inglês; Objetos digitais

#### ABSTRACT:

This article aims at approaching an integration of digital objects for the teaching and learning of English. We focus on a literature review based upon learning objects (LEFFA, 2006; 2014), open educational resources (STAROMBINAS, 2012), and try to answer the following questions: Is the use of digital objects in accordance with Brazilian official documents that guide the teaching of languages? What are the possible contributions of digital objects to the teaching of English in post-method era? Studies have found that open educational resources have emerged as an alternative to overcome the limitations of learning objects by promoting suitable actions to the period of the propitious post-method practices as related to networked and knowledge based societies.

Keywords: Education; English; Digital objects

## 1. Introdução

É indiscutível que o ensino de inglês apresentou diferentes perspectivas de aprendizagem ao longo do tempo, envolvendo mudanças de metodologias e quanto ao papel

---

<sup>1</sup> Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Especialista em Educação à Distância e Graduada em Letras. Professora Substituta (UESC/UAB). [chelygirl1@hotmail.com](mailto:chelygirl1@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Linguística – UFMG. Pós-doutorando em Linguística Aplicada – UFMG. Bolsista CNPq. Professor no Programa de Pós-Graduação em Letras, no PROFLETRAS e na Licenciatura em Letras da UESC onde lidera o grupo de Pesquisa FORTE (CNPq/UESC). Coordenador do GT de Linguagens e Tecnologias da ANPOLL para o biênio 2014-2016. [aragaorc@gmail.com](mailto:aragaorc@gmail.com)

do professor. A respeito da questão metodológica, observa-se que houve uma mudança no conceito de método, para o pós-método.

A partir da concepção de Leffa (2012a), o conceito de método é entendido como um conjunto de prescrições elaboradas para o professor, de cima para baixo, visto como solução universal. Enquanto que o conceito de pós-método enfatiza o contexto da aprendizagem e reconhece a capacidade de subversão do professor, que acaba invertendo a ordem estabelecida e faz aquilo que rigorosamente tem condições de fazer.

Segundo Leffa (2012a), no passado, fim do século XIX, a necessidade do método surgiu quando se criaram as escolas na época do Império Romano, e se intensificou na Idade Média no ensino de latim, pelo método da Tradução. Portanto, no passado, a abordagem escolhida deveria funcionar para todos, independentemente do professor que a aplicasse, do tempo e do lugar.

No pós-método, Leffa (2012a) indica uma inversão do que se pregava no período em que o método deveria ser rigorosamente seguido pelo professor, ou seja, o ensino de línguas não deve acontecer em um mundo meramente teórico, mas precisa estar situado em um contexto determinado, conforme assevera Kumaravadivelu (2006), ao propor que a pedagogia com base no pós-método deve considerar as particularidades políticas, sociais e linguísticas.

De acordo com Faria (2010), o uso de algumas propostas baseadas nos recursos digitais busca inserir o estudante como centro do processo de ensino e, por isso, a utilização de objetos digitais com finalidades educacionais tem se tornado uma prática cada vez mais comum na sociedade contemporânea.

A partir do entendimento de que, na atualidade, os estudantes possuem agilidade para trocar informações e processar múltiplas tarefas, Leffa (2012a) considera pertinente que os professores que já se encontram inseridos em ambientes escolares onde os alunos têm acesso às tecnologias digitais explorem os objetos digitais em favor do uso de uma gama de estratégias de aprendizagem, de modo que os estudantes passam a colaborar com o professor.

Sobre essa mudança de paradigma no ensino de línguas, Leffa e Irala (2014) também compreendem que a aprendizagem de língua não se restringe ao domínio do código, mas que se estende ao contexto em que vive o aluno, estabelecendo relações com outras disciplinas, interesses da comunidade e com a cidadania. Sob essa ótica, no pós-método, o ensino de inglês adota uma pedagogia dialógica que permite ao professor construir com o aluno o conhecimento linguístico que valoriza o próprio contexto no qual vivem.

Nesse viés, ainda, o ensino de inglês passou a ter como propósito a formação de cidadãos capazes de agir com textos em diferentes contextos sociais e políticos, ou seja, deve-se trabalhar na perspectiva dos letramentos (BRASIL, 2006). Schlatter e Garcez (2012, p. 42) afirmam que “promover oportunidades de letramento quer dizer fomentar a participação em eventos variados que exigem leitura e escrita, e assim o desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais”.

Nesse cenário, entende-se como relevante lecionar de forma integrada e situando as múltiplas competências linguísticas, de acordo com as necessidades e interesses dos estudantes. Schlatter e Garcez (2012) indicam que os professores de Línguas Adicionais<sup>3</sup> devem pensar em metas de aprendizagem que possibilitem aos alunos conhecer, participar, dar contorno à própria realidade, transitar na diversidade, refletir sobre o mundo em que vivem e agir criticamente. Desse modo, os materiais utilizados para a aprendizagem devem explorar experiências personalizadas, relevantes e envolventes com a língua em uso, de forma que seja proposta uma comunicação significativa.

Schlatter e Garcez (2012) salientam a importância de estimular o envolvimento dos alunos com uma diversidade de textos, incentivando a participação pessoal e fomentando a produção dos estudantes com foco em práticas interdisciplinares e interculturais. Propõem, assim, que tal ação seja feita por meio de uma pedagogia de projetos centrada em um método baseado em tarefas.

Convém a ressalva de que a pedagogia de projetos encontra-se relacionada com a utilização dos objetos digitais, pois, segundo Prado (2009), essa pedagogia viabiliza a integração entre os conhecimentos, apoiando-se no uso das mídias digitais disponíveis no contexto escolar.

Schlatter e Garcez (2012) defendem que a pedagogia de projetos deve se pautar inicialmente no planejamento, já que o mundo atual deixou de ser previsível e linear e as atividades precisam estar correlacionadas e direcionadas para um produto final que seja significativo para o aluno. Portanto, nota-se uma tendência no ensino de línguas para incorporação da pedagogia crítica e a aprendizagem baseada em projetos, a partir da compreensão da língua de forma mais ampla, por meio da qual o ensino vai além da sala de aula.

---

<sup>3</sup>Schlatter e Garcez (2012) optam pelo termo “Línguas Adicionais”, em vez de línguas estrangeiras, porque entendem que assim priorizam o acréscimo dessas línguas às outras que o educando já tenha em seu repertório, assumindo-as como parte dos recursos necessários para a cidadania contemporânea.



Neste artigo, optamos por utilizar o termo ‘objeto digital’ para referenciar os objetos em formatos fechados e abertos.

Os objetos em formatos fechados, segundo Granetto e Dal Molin (2013), são definidos de várias maneiras e, na literatura, encontram-se as seguintes terminologias: objetos digitais de ensino e aprendizagem (ODEA), objetos de aprendizagem (OA), objeto educacional (OE), objetos virtual de aprendizagem (OVA), objeto de conhecimento (OC), materiais de aprendizagem online (MAO) etc. Apesar de serem considerados artefatos capazes de aprimorar o ensino de línguas pelas potencialidades apresentadas, sempre possuem restrições para o uso, reuso e modificações, por possuírem direitos autorais reservados, *copyright*.

Os objetos abertos são conhecidos como Recursos Educacionais Abertos (REA) e, de acordo com a UNESCO (2002), podem ser compreendidos como todo material de ensino, aprendizagem e pesquisa, em qualquer suporte, que está sob domínio público e licenciado de maneira aberta, permitindo que qualquer pessoa utilize o recurso e até mesmo faça uma readaptação.

Assim, este artigo pauta-se nos estudos acerca dos objetos de aprendizagem (LEFFA, 2006; 2014) e nos Recursos Educacionais (STAROMBINAS, 2012), com o objetivo de responder teoricamente sobre os seguintes questionamentos: a utilização dos objetos digitais é consoante à proposta dos documentos oficiais? Quais as contribuições dos objetos digitais para o ensino de inglês no período do pós-método?

## 2. A proposta dos Documentos Oficiais

Verifica-se que a perspectiva da integração dos objetos digitais para o ensino de Língua Estrangeira (LE) também está presente nas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCEM) e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Ambas abordam a importância de trabalhar com a cidadania visando à formação de educandos críticos e aptos para atuar não somente no ambiente escolar, mas em todos os contextos sociais. Os documentos também sinalizam que o desenvolvimento dessa competência pode ser feito a partir da utilização dos recursos tecnológicos.

As Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio discorrem que são estas funções educacionais do ensino de línguas: reafirmar a noção de cidadania, discutir o problema da exclusão no ensino em face de valores globalizantes e do sentimento de inclusão frequentemente aliado ao conhecimento de Línguas Estrangeiras, bem como introduzir as

teorias sobre a linguagem e as novas tecnologias (letramento digital, letramento crítico, multiletramento, multimodalidade e hipertexto).

Segundo Takashi (2000), letramento digital é a habilidade necessária para o uso do computador e da internet em favor das necessidades individuais e comunitárias. Nesse sentido, envolve o conhecimento das linguagens tecnológicas, bem como suas formas de interação. Por sua vez, o termo letramento crítico, citado nas OCEM (2006), relaciona-se ao pensamento de alunos enquanto participantes ativos da sociedade, sendo estes capazes de desenvolver seus próprios questionamentos, levando em conta as particularidades de cada situação comunicativa.

Borba e Aragão (2012) apresentam uma ampliação do conceito de letramento, no intuito de contemplar as preocupações em desenvolver no educador outras habilidades, tais como: saber usar as novas tecnologias em contextos múltiplos e ser capaz de refletir sobre o seu lugar, o que se aproxima do conceito de multiletramento. Dessa forma, o “multiletrar” consiste na ação de possibilitar aos alunos o domínio das novas linguagens construtoras de significados.

A multimodalidade, termo apresentado nas OCEM (2006), remete-se ao entendimento de que o sujeito, para ser leitor e produtor de textos, precisa dominar habilidades de leitura e produção de textos que não sejam somente verbais, mas também relacionados a aspectos sonoros, visuais, falados e escritos de um determinado texto. Em relação ao hipertexto, Santana e Aragão (2013) argumentam que esse conceito confere aos usuários a navegação não linear do texto, sugerindo novas formas de organização do pensamento multidimensional e não hierarquizado.

Essas teorias sobre linguagens, tecnologias e novos letramentos devem ser utilizadas no ensino de língua estrangeira (LE), pois “poderão contribuir para ampliar a visão de mundo dos alunos, para trabalhar o senso de cidadania, para desenvolver a capacidade crítica, para construir conhecimento em uma concepção epistemológica contemporânea”. (BRASIL, 2006, p. 113). Portanto, as OCEM (2006) indicam que o conhecimento deve ser apresentado de forma integradora, reconhecendo a linguagem e a cultura como sendo conjuntos abertos e dinâmicos, e por isso o desenvolvimento da leitura, da comunicação oral e da escrita é compreendido como uma prática cultural contextualizada.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) apresenta um conjunto de critérios avaliativos para o livro didático, apontando que esse material deve oferecer atividades que propiciem ao estudante discussões acerca de questões socialmente relevantes. Além disso, o

livro deve favorecer o acesso às múltiplas linguagens e gêneros do discurso, bem como destacar que é preciso oportunizar situações nas quais a fala e a escrita possam ser aprimoradas a partir da compreensão de suas condições de produção e circulação e de seus propósitos sociais.

Desse modo, verifica-se que, no guia do PNLD (2015), utilizado pelos professores para escolher o livro didático, os aspectos estabelecidos para avaliação devem ser levados em consideração, por exemplo, se o material “propõe atividades que criem inter-relações com o entorno da escola, estimulando a participação social dos jovens em sua comunidade como agentes de transformação.” (BRASIL, 2015, p. 13). Assim, nota-se que o texto apresentado no guia do PNLD (2015), de maneira geral, dá centralidade à formação de um leitor crítico, capaz de ultrapassar a mera decodificação de sinais explícitos.

A importância da inserção de objetos digitais ao ensino foi evidenciada no edital do PNLD 2014, pois o Ministério da Educação (MEC), pela primeira vez, incluiu coleções didáticas acompanhadas de recursos multimídias: De acordo com o texto do Programa, “entende-se por conteúdo multimídia os temas curriculares tratados por meio de um conjunto de objetos educacionais digitais destinados ao processo de ensino e aprendizagem” (BRASIL, 2014, p. 2). Entretanto, Santana (2012, p. 136) faz a seguinte crítica: “Os editais encomendam pacotes fechados que os professores e alunos possam utilizar nas escolas sem a possibilidade de adaptação, alteração, melhoria, adequação as realidades locais”.

O edital do PNLD 2014 considera como objetos educacionais digitais: vídeos, imagens, áudio, texto, gráficos, tutoriais, aplicações, jogos educacionais, animações, infográficos, página na web e outros elementos. Ademais, pontua que esses recursos são complementares e devem estar articulados com o conteúdo dos volumes, além de serem elaborados visando ao uso dentro e fora do contexto da sala de aula.

Dessa forma, é evidenciado que o MEC propõe essa ação com o objetivo de integrar os objetos digitais ao trabalho docente. Entretanto, assim como Santana (2012), consideramos que o governo, em vez de implementar a adesão de objetos educacionais digitais (OED), deveria investir para que os próprios professores e alunos produzissem conteúdos (digitais ou não). Tal ação teria efeitos mais profícuos no processo de aprendizagem, visto que a utilização dos OED impossibilita aos indivíduos adaptarem ou modificarem os recursos didáticos disponibilizados em formato fechado.

### 3. A integração dos Objetos Digitais ao Ensino de Inglês

O objeto digital representa um avanço em relação ao objeto analógico, como o livro didático impresso, pois este pode ser modificado com mais facilidade. A respeito disso, Leffa (2014) assevera:

O livro impresso, por exemplo, é feito de átomos, tem alto custo de transporte e está preso ao papel: as letras não podem ser aumentadas ou diminuídas para se adaptar às necessidades visuais do leitor, por exemplo. Já o livro digital, feito de bits, é facilmente transportado de um continente a outro, não tem peso e suas páginas podem ser ampliadas ou diminuídas como aprouver ao leitor. Ao contrário do livro impresso, que é sólido, o livro digital é líquido (LEFFA, 2014, p. 27).

Desse modo, com o desenvolvimento dos objetos digitais, iniciou-se um movimento no contexto educacional que possibilitou uma modificação maior do conhecimento por parte dos usuários, que não precisavam mais ficar presos à versão final impressa. Leffa (2006) argumenta que o objeto de aprendizagem (OA) é um artefato que chama a atenção dos pesquisadores da área de ensino e aprendizagem de línguas e evidencia que há uma necessidade de maior oferta desses recursos.

Para Leffa (2012b), o ser humano pode aprender não apenas com pessoas, mas também pela mediação de objetos de aprendizagem. Entretanto, reconhece que, pela tradição de uso, os indivíduos utilizam os artefatos impressos em detrimento dos digitais, mesmo sabendo das potencialidades dos OA para a aprendizagem de línguas.

Leffa (2012b) define que OA é um arquivo dinâmico que apresenta conteúdo ativo, capaz de dar apoio ao aluno, sugerir estratégias e apontar caminhos os quais podem facilitar a aprendizagem. Para ele, o objeto pode agir não apenas como um suporte de mediação para mostrar o conteúdo, mas às vezes é capaz de simular o papel do professor, tendo a capacidade de interagir, simular e avaliar. De acordo com Granetto e Molin (2013), os objetos digitais de ensino e aprendizagem podem ser utilizados para aumentar a qualidade do ensino e contribuir para uma aprendizagem que faça sentido ao estudante. Desse modo, os autores propõem que, ao desenvolver um OA, deve-se buscar articular a construção de novos conhecimentos, de forma coerente e ultrapassando a mera transposição didática, ou seja, salientam que os objetos precisam ser elaborados, conjuntamente, sob o aspecto transdisciplinar, transversal e hipertextual.

Hinkelman e Gruba (2012) argumentam sobre a importância de materiais customizados para atender às necessidades dos alunos em seus contextos de aprendizagem e indicam, para contornar o problema da falta de tempo do professor, a substituição dos objetos de aprendizagem pelos Recursos Educacionais Abertos (REA).

Os objetos de aprendizagem, aqui abordados, apesar de serem considerados artefatos capazes de aprimorar o ensino de línguas pelas potencialidades apresentadas, sempre possuem restrições para o uso, reuso e modificações, por possuírem direitos autorais reservados. Como alternativa para as limitações encontradas nos OA, surgiram os REA que, de certa forma, se apropriaram das contribuições trazidas pelos objetos fechados para propor formas de possibilitar que os usuários adquiram mais liberdade na utilização desses artefatos.

Os REA consistem na ação de educação que tem crescido no Brasil, por meio da proposta da educação aberta, marcada pela partilha de ideias com educadores e alunos que interagem e colaboram com os materiais disponibilizados na rede (AMIÉL 2012; STAROMBINAS, 2012; PRETTO, 2012). Interessante notar que, nesse contexto, o importante não é apenas disponibilizar materiais para o acesso e uso, mas explorar as possibilidades que todos possuem de intervir no processo de construção do conhecimento, por meio da oportunidade e liberdade de usar, personalizar, aprimorar e redistribuir os materiais educacionais.

Leffa (2014) esclarece que a opção pelo termo “recursos”, em vez de “objetos”, se deve ao fato de não ser confundido com o conteúdo a ser desenvolvido, enquanto que recursos se remetem à mediação para se chegar ao conteúdo. Além disso, afirma que a utilização da palavra “educacional” é para elucidar que o recurso, por si só, não é educacional, carecendo, portanto, da incorporação de elementos que favoreçam o engajamento do aprendiz para atingir o objetivo proposto. Explica também que o termo “aberto” tem dupla significação, sendo abertura a todos que desejarem utilizar e aberto a alterações por outros usuários. Os objetos de aprendizagem, quando se tornam Recursos Educacionais Abertos, possibilitam uma maior liberdade para os usuários na apropriação e utilização dos recursos disponibilizados, conforme explicamos no quadro comparativo a seguir:

<b>Objetos de Aprendizagem</b>	<b>Recursos Educacionais Abertos</b>
Recursos fechados e prontos	Recursos abertos a modificações
Criados para contextos pré-determinados	Criados para serem adaptados a realidades específicas
Direito autoral	Direito de reusar, remixar
Criado por designers distantes da realidade	Modificado por qualquer usuário para adaptar-se à realidade
<i>Copyright</i>	<i>Copyleft</i>

**Quadro 1** - Comparativo entre Objetos de Aprendizagem e Recursos Educacionais Abertos  
Fonte: Elaboração própria (2016)

Na página oficial do REA, é apresentada a existência de quatro liberdades mínimas: *review*, *reuse*, *remix* e *redistribute*. O *review* consiste na liberdade de usar, permite o uso tanto da versão original quanto da nova versão desenvolvida pelo usuário, em uma variedade de contexto. *Reuse* é a oportunidade para adaptar e melhorar o recurso disponibilizado, adequando-o às necessidades dos usuários. Já o *remix* é compreendido com a liberdade para combinar, recombina, fazer colagens de REA com outras REA, construindo, por meio dessas misturas e aproveitamentos de outros recursos anteriormente disponibilizados, a produção de novos materiais. O *redistribute* consiste na liberdade de fazer cópias de recursos originais e de recursos adaptados pelos usuários, possibilitando o compartilhamento.

Assim, a utilização de Recursos Educacionais Abertos para o ensino de inglês no pós-método torna-se produtora, pois ao adotar licenças livres, os professores e alunos têm a oportunidade de fazer diversos rearranjos que poderão ser realizados com o objetivo de atender às necessidades contextuais vivenciadas, e sendo assim possibilita uma mudança no tratamento do conteúdo, que deixa de ser estático e passa a ter caráter dinâmico.

#### 4. Considerações Finais

Neste artigo, por meio da revisão teórica, verificamos que a proposta da utilização dos objetos digitais é consonante à proposta dos documentos oficiais, pois os Recursos Educacionais Abertos (REA) proporcionam avanços significativos no acesso e na circulação de produtos culturais nas diversas formas e estimulam o intercâmbio e o compartilhamento de informação, uma vez que o conceito de *copyright*, de direito autoral, deixa de existir nesse formato.

Portanto, ficou aqui evidenciado que, dentro da proposta REA, há um movimento integrado no fazer contemporâneo que aponta para a produção do conhecimento em rede, a descentralização do conhecimento, mobilidade, criatividade e construção coletiva para o bem comum. Desse modo, culmina em ações que rompem com a ideia de consumo e passividade e contribui para o ensino de inglês no período do pós-método, por favorecer o protagonismo no processo de ensino-aprendizagem e possibilitar a construção de aprendizagens significativas, capazes de motivar e possibilitar que os alunos tomem iniciativas, compartilhem, interajam e produzam, em rede.

## Referências

AMIEL, Tel. Educação aberta: configurando ambientes, práticas e recursos educacionais. In: SANTANA, Bianca; ROSSINI, Carolina; PRETTO, Nelson L. (Org.). **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas políticas públicas**. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012. Disponível em: <<http://livrorea.net.br>>. Acesso em: 08 out. 2014.

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. **Edital Programa Plano Nacional do Livro Didático – PNLD 2014: ensino médio**. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. **Guia do Livro Didático – PNLD 2015: ensino médio**. Brasília: MEC, 2015.

BORBA, M. S.; ARAGÃO, R. Multiletramentos: novos desafios e práticas de linguagem na formação de professores de inglês. **Polifonia**, v. 19, p. 223-240, 2012.

FARIA, Helen de Oliveira. **Socializando e aprendendo: a incorporação da rede social orkut ao ensino de língua inglesa**. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Federal de Minas Gerais.

GRANETTO, J. C.; DAL MOLIN, B. H. Objetos digitais de ensino-aprendizagem: um novo modo de aprender. **Web-Revista Discursividade: Estudos Linguísticos**, v. 02, p. 01-10, 2013.

HINKELMAN, D.; GRUBA, P. Power within blended language learning programs in Japan. **Language Learning & Technology**, v. 16, n. 2 p. 46–64, 2012.

KUMARAVADIVELU, B. TESOL methods: changing tracks, challenging trends. **TESOL Quarterly**, v. 40, n. 1, p. 59-81, 2006.

LEFFA, Vilson J. **Autobiografia acadêmica**. Disponível em:<<http://www.leffa.pro.br/textos/trabal.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

LEFFA, Vilson J. Ensino de línguas: passado, presente e futuro. **Revista de Estudos da Linguagem**. V. 0, n. 2, p. 389-411, jul/dez 2012a.

LEFFA, Vilson J. Nem tudo que balança cai: Objetos de aprendizagem no ensino de línguas. **Polifonia**. Cuiabá, v. 12, n. 2, p. 15-45, 2006.

LEFFA, Vilson J. Sistemas de autoria para a produção de objetos de Aprendizagem. In: BRAGA, Junia (Org.). **Integrando tecnologias no ensino de Inglês nos anos finais do Ensino Fundamental**. São Paulo: Edições SM, 2012b, p. 174-191. (Coleção Somos Mestres; PNBE do Professor, 2013).

LEFFA, Vilson J.; IRALA, Valesca Brasil. O ensino de outra(s) língua(s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas. In: Vilson J. LEFFA; Valesca B. IRALA. (Orgs.). **Uma espiadinha na sala de aula**: ensinando línguas adicionais no Brasil. Pelotas: Educat, 2014, p.21-48.

PAULSEN, M. F. Online education systems: discussion and definitions of terms. In: **NKI Distance Education**, 2002. Disponível em: <<http://nettskolen.nki.no/forskning/Definition%20of%20Terms.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2010.

PRADO, M. E. B. B. **Pedagogia de projetos**: gestão escolar e tecnologias. 2009. Disponível em: <[http://www.eadconsultoria.com.br/matapoio/biblioteca/textos\\_pdf/texto18.pdf](http://www.eadconsultoria.com.br/matapoio/biblioteca/textos_pdf/texto18.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2015.

PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants. In: **On The Horizon**, v. 9, n.5, 2001. Disponível em: <<http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2014.

PRETTO, N. D. L. Professores-autores em rede. In: Bianca Santana; Nelson Pretto; Carolina Rossini (Org.). **Recursos Educacionais Abertos e políticas públicas**. 1ed. Salvador/ Bahia: Edufba e Casa da Cultura Digital, p.89-106, 2012.

PRETTO, Nelson de Luca. Redes colaborativas, Ética Hacker e educação. **Educação em Revista** (UFMG Impresso), v.26, p.305-306, 2010.

ROSSINE, C; GONZALVEZ. O debate em política pública e as oportunidades para o mercado. In: SANTANA, B. et al. (Ed.). **Recursos educacionais abertos**: práticas colaborativas e políticas públicas. São Paulo: Casa da Cultura Digital, Edufba, 2012.

SANTANA, M. O. S.; ARAGÃO, R. C. O hipertexto e a multimodalidade em práticas textuais com blog no ensino de línguas. **Hipertextus**. Revista Digital (UFPE), v. 10, p. 1, 2013.

SANTANA, B. Materiais didáticos digitais e recursos educacionais abertos. In: SANTANA; B., ROSSINI, C. e PRETTO, N. L. (Orgs.). **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas políticas públicas.1. ed. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012. Disponível em: <<http://livrorea.net.br>>. Acesso em: 12 out. 2014.

SCHLATTER, M.; GARCEZ, P. M. **Línguas Adicionais na escola**: aprendizagens colaborativas em inglês. Erechim, RS: Edelbra, 2012.

STAROBINAS, Lilian. REA na educação básica: a colaboração como estratégia e enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem. In: **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas políticas públicas. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012. Disponível em: <<http://livrorea.net.br>>. Acesso em: 04 out. 2013.

TAKAHASHI, T. (org.) **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://www.ssrede.pro.br/livroverde.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2014.



UNESCO. **Fórum on the impact of open courseware for higher education indeveloping countries.** Final report. Paris: UNESCO. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001285/128515e.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

Recebido em: 11 de novembro de 2015.

Aceito em: 18 de dezembro de 2015.

# TABULEIRO DE LETRAS

## Por uma puríssima eliminação do indizível na linguagem: de Walter Benjamin ao Bartleby de Giorgio Agamben

## Pour une purissime élimination de l'indicible dans le langage: de Walter Benjamin au Bartleby de Giorgio Agamben

Isabela Pinho<sup>1</sup>

### RESUMO:

O presente artigo tem em vista a proposta benjaminiana, tal como foi herdada por Giorgio Agamben, de uma "puríssima eliminação do indizível na linguagem". Para pensá-la, teremos em vista a fórmula de Bartleby, "*I would prefer not to*", como possibilidade de fazer uma experiência com a linguagem para além de seu elemento negativo constitutivo: o indizível ou o inefável. Nesse sentido, faremos uma pequena incursão no ensaio "Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem" (1916) de Benjamin, a fim de verificar a relação de culpa que acomete o homem falante em relação ao que o filósofo chama de *Médium* da linguagem. Retornaremos, então, à singular leitura de Agamben acerca da questão da linguagem em Benjamin, para pensar a fala de Bartleby como uma fala livre de sua relação de débito com o indizível constitutivo da linguagem, já que Bartleby, ao ocupar o limiar entre silêncio e fala, não parece ter verdadeiramente nada a dizer, mas simplesmente fala.

Palavras-chave: Linguagem; Indizível; Benjamin; Agamben.

### RÉSUMÉ:

Cet article cible la proposition benjaminienne, telle qu'elle a été héritée par Giorgio Agamben, d'une "purissime élimination de l'indicible dans le langage". Pour y penser, on va prendre en compte la formule de Bartleby, "*I would prefer not to*", comme une possibilité de faire une expérience avec le langage au-delà de son élément négatif constitutif: l'indicible ou l'ineffable. Dans ce sens, on va faire une petite incursion dans l'essai "Sur le langage en général et sur le langage humain" (1916) de Benjamin dans le but de vérifier la relation de culpabilité qui affecte l'homme parlant par rapport à ce que le philosophe appelle *Médium* du langage. On reviendra, alors, à la singulière interprétation d'Agamben concernant la question du langage chez Benjamin pour penser la parole de Bartleby comme une parole délivrée de sa relation de dette par rapport à l'indicible constitutif du langage, dans la mesure où Bartleby, en occupant le seuil entre silence et parole, ne paraît pas avoir vraiment rien à dire, mais parle simplement.

Mots-clés: Langage; Indicible; Benjamin; Agamben.

### 1. *Experimentum linguae*: algumas provocações

---

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia – UFF. Doutoranda em Filosofia – UFRJ. isabelafpinho@gmail.com

Toda obra escrita pode ser considerada como o prólogo (ou melhor, como *a cera perdida*), de uma obra jamais escrita, que permanece necessariamente como tal, pois, relativamente a ela, as obras sucessivas (por sua vez prelúdios ou decalques de outras obras ausentes) não representam mais do que estilhas ou máscaras mortuárias.<sup>2</sup>

É com essa bela frase, que marca a relação entre a escrita e a morte, entre a escrita e a morte das possibilidades de escrita não atualizadas, que Agamben inicia seu prefácio póstumo à edição francesa de *Infância e História, destruição da experiência e origem da história* (1977), intitulado *Experimentum Linguae* (1989). Segundo Agamben, a obra ausente, ou a cera perdida desse livro teria por título *A voz humana* ou *Ética ou da voz* e uma das questões mais prementes por ele levantada seria a questão acerca da relação entre a voz (*phoné*) e a linguagem (*lógos*). Justamente por isso, dirá Agamben, não será por acaso que ali, em *Infância e História*, o conceito de infância tenha sido pensado não como um lugar cronológico ou como um estado psicossomático tratados por uma psicologia e por uma paleoantropologia quaisquer, mas sim como uma tentativa de pensar os limites da linguagem em uma direção que não é aquela, trivial, Agamben nos diz, do inefável.

Ao contrário, para Agamben, o inefável, ou o "inconexo", o "irrelato" seria de fato uma categoria pertencente somente à linguagem humana, pois, longe de assinalar um limite da linguagem, ele exprime seu invencível poder pressuponente, "de maneira que o indizível é precisamente aquilo que a linguagem deve pressupor para poder significar".<sup>3</sup> Isso quer dizer que pensar os limites da linguagem seria pensar a linguagem para além do indizível, ou do inefável, como seu elemento negativo constitutivo. Justamente por isso, Agamben, ainda em seu prólogo, apresenta algumas distinções que, de fato, aparecem como fragmentos em suas inúmeras obras posteriores, que corroborariam o que ele chama aqui de um pensamento trivial acerca dos limites da linguagem.

De maneira geral, assim como apresentado no prefácio, para Agamben, a distinção encontrada em Benveniste entre *langue*<sup>4</sup> e *parole*,<sup>5</sup> entre semiótico e semântico, equivalente aqui, no prefácio, à distinção aristotélica entre potência (*dýnamis*) e ato (*energéia*), pertenceria a uma concepção de linguagem que mantém em si como pressuposto um elemento negativo constitutivo. O que quer dizer que, no momento da fala como expressão individual

<sup>2</sup> AGAMBEN, G. *Infância e História, destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 10.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>4</sup> Língua, como sistema ou como estrutura específica da linguagem humana.

<sup>5</sup> Discurso ou fala como expressão individual.

de um sujeito, este estaria em relação com a língua como estrutura linguística, na forma de uma suspensão, mas que também é, ao mesmo tempo, uma inclusão dessa língua. Mas Agamben parece estar à procura de um *experimentum linguae* que desative a relação pressuponente da linguagem, ou seja, que desative a relação entre língua e fala em que a língua apareça como elemento negativo constitutivo da fala, ou a relação entre *phoné* e *lógos* em que a *phoné* apareça como elemento negativo constitutivo, incluído e imediatamente excluído, do *lógos*. Por isso, Agamben afirma que aquilo de que se tem experiência no *experimentum linguae* não é meramente uma impossibilidade de dizer, pois se trata, para ele, muito mais de "uma impossibilidade de falar a partir de uma língua", isto é, trata-se aqui de "uma experiência – através da morada infantil na diferença entre língua e discurso – da própria faculdade ou potência de falar".<sup>6</sup> Talvez também por isso Agamben se afaste aqui de uma das grandes influências de sua obra, Martin Heidegger, de quem foi aluno nos famosos seminários de *Le Thor*, ao dizer que se a experiência com a linguagem sobre a qual Heidegger fala só é feita "lá onde os nomes nos faltam, onde a palavra se parte em nossos lábios",<sup>7</sup> a aposta da infância seria a de que é "possível uma experiência da linguagem que não seja simplesmente uma *sigética*,<sup>8</sup> ou uma insuficiência dos nomes, mas da qual se possa, ao menos até certo ponto, indicar a lógica e exhibir o lugar e a fórmula".<sup>9</sup>

A pergunta que motiva o presente artigo é então a seguinte: em que sentido a fórmula de Bartleby "*I would prefer not to*", personagem de *Bartleby, the scrivener* de Herman Melville, sobre o qual Agamben escreve seu *Bartleby, ou da contingência* (1993) alguns anos após a escrita do prefácio póstumo (1989) de *Infância e História* (1977), poderia nos remeter a esse *experimentum linguae*? Se o *experimentum linguae* pretende indicar a zona de indeterminação entre língua e discurso ou entre voz e linguagem a partir de uma desarticulação entre esses pares de opostos em que um não mais apareça como o elemento negativo constitutivo do outro, o que Agamben chama de poder pressuponente da linguagem, será justamente nesse sentido que a fórmula de Bartleby será compreendida em *Bartleby, ou da contingência*. Dessa maneira, não só o *Bartleby* de Agamben, como também a sua obra

<sup>6</sup> AGAMBEN, G. *Infância e História, destruição da experiência e origem da história*, p.14.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>8</sup> Transcrevo aqui a nota do tradutor da edição brasileira de *Infância e História*: "*sigética* (al. *Sigetik*, a partir do grego *sigan* 'permanecer em silêncio, calar'): termo introduzido por Heidegger (*Beiträge z. Philosophie* [Contribuições à filosofia], n. 37) que designa a 'ciência ou arte (de falar através) do silêncio', apta a 'construir o silêncio na linguagem'; está vinculado a *Erschweigen* 'silêncio ativo, que diz'. Acerca da experiência com a linguagem (*mit der Sprache eine Erfahrung machen*) em Heidegger, Agamben cita o texto "A essência da linguagem" do mesmo.

<sup>9</sup> AGAMBEN, G. *Infância e História, destruição da experiência e origem da história*, p. 13.

como um todo, podem ser pensados como a cera perdida constitutiva apenas virtualmente em *Infância e História*, o terceiro livro do filósofo italiano, ao qual seu prólogo póstumo faz menção.

Mas, mais ainda, se o único conteúdo do *experimentum linguae* é de que há linguagem, e se Agamben, em um gesto comum em diversas de suas obras, se afasta de Heidegger para se aproximar de Benjamin,<sup>10</sup> teremos também em vista no presente artigo a proposta benjaminiana, citada no prefácio póstumo de *Infância e História* e em diversos outros momentos da obra de Agamben, de uma "puríssima eliminação do indizível na linguagem". Pois, como nos diz Agamben, "a singularidade que a linguagem deve significar não é um inefável, mas é o supremamente dizível, a *coisa* da linguagem".<sup>11</sup>

Para tanto, examinaremos a interpretação agambeniana acerca da questão da linguagem em Walter Benjamin já que essa proposta de "uma puríssima eliminação do indizível na linguagem" é herdada por Agamben, de Benjamin. Justamente por isso, cotejaremos alguns elementos de um hermético ensaio benjaminiano intitulado "Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem", a fim de verificar, em um curto-circuito Benjamin-Agamben, o que expusemos em linhas gerais nestas provocações: a relação entre a linguagem e seu elemento negativo constitutivo, o indizível ou o inefável. Por fim, o que teremos em vista aqui será pensar em que medida a personagem de Melville parece apontar para o lugar e para a fórmula dessa outra experiência, para além do inefável, com a linguagem.

## 2. Bartleby, o escriba que cessou de escrever

Em uma epígrafe de seu *Bartleby, ou da contingência*, Agamben localiza o *Bartleby, the scrivener* de Melville, em uma constelação literária da qual fazem parte diversas personagens, dentre as quais os anônimos chanceleres dos tribunais kafkianos. O que parece ser o diferencial de Bartleby, para Agamben, seria o que ele chama de uma constelação filosófica dessa personagem, constelação esta "que conteria a cifra da figura que a constelação literária somente se limitaria a traçar".<sup>12</sup> Seguindo essa primeira indicação, teremos em vista

<sup>10</sup> Agamben, em uma entrevista, teria dito que "ao veneno heideggeriano, ele ministrou o antídoto benjaminiano". Cf. DURANTAYE, Leland de la. *Giorgio Agamben, a critical introduction*. California: Stanford University Press, 2000.

<sup>11</sup> AGAMBEN, G. *Infância e História, destruição da experiência e origem da história*, p. 11.

<sup>12</sup> AGAMBEN, G. *Bartleby, ou da contingência*. Trad. Vinícius Honesko. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 11.

aqui essa constelação filosófica, no que diz respeito, especialmente, à linguagem, ainda que aqui ela se refira à questão da potência, em um diálogo, sobretudo, com Aristóteles.

Como sabemos, *Bartleby, the scrivener* é um conto de Hermann Melville sobre um pálido e enigmático escriturário que um dia prefere não mais copiar. O conto possui toda a atmosfera de um conto kafkiano, além de um tema em comum, o mundo do direito e da lei. E, assim como em muitos dos textos e parábolas de Kafka, sabemos que também em *Bartleby* o sentido não será inteiramente dado e o leitor deverá se abrir para algo da ordem do inapreensível e do mistério. De início, Bartleby parece funcionar na narrativa como um intermediário entre duas personagens, Turkey e Nippers, os outros dois copistas do escritório. Se Turkey, após o meridiano, fica demasiadamente ativo, inflamado, caprichoso e barulhento, Nippers, na parte da manhã, apresenta certo nervosismo e irritabilidade causados pela má digestão; mudanças de humor que as demais personagens, o chefe e narrador da história, e Ginger Nut, o moço de recados, tinham de saber lidar. Já a figura de Bartleby é apresentada posteriormente e introduzida na narrativa em resposta a um anúncio de jornal demandando contratação.

Bartleby, em seu primeiro aparecimento, é caracterizado como uma figura "*pallidly neat, pitiably respectable, incurably forlorn*"<sup>13</sup> (lividamente asseada, piedosamente respeitável, incuravelmente desvalida!)<sup>14</sup> e já de início, após ser colocado atrás de um biombo, longe da vista dos demais, esse homem quieto e fantasmagórico passa a copiar os documentos legais incessantemente, com uma "*incessant industry*". Mas, no momento em que demandam que ele leia a cópia dos escreventes, ele emite pela primeira vez a enigmática fórmula: "*I would prefer not to*" ("preferiria não"). E logo após, quando ele deveria checar a cópia do documento legal com o original, novamente ele diz: "*I would prefer not to*". A partir de então, essa fórmula é repetida inúmeras vezes, até que Bartleby desista de vez de copiar, e ainda após essa desistência a fórmula germina e prolifera no romance, como nos diz Deleuze em seu comentário.<sup>15</sup> Ainda sem adentrarmos propriamente na interpretação de Agamben, poderíamos pensar que esse "parar de copiar" não é um não fazer, mas sim um fazer que desfaz o nexo entre origem (os documentos legais originais) e cópia (a cópia dos documentos originais), já que na cópia o original estaria sendo mantido em suspenso como seu elemento negativo constitutivo, incluído e ao mesmo tempo excluído, pois a cópia não é o original.

<sup>13</sup> MELLVILLE, H. *Bartleby, the Scrivener*, The Norton Anthology of American Literature, volume 1. New York: W.W. Norton & Company, 2013, p. 1108.

<sup>14</sup> Minha tradução.

<sup>15</sup> DELEUZE, G. "Bartleby, ou a fórmula", *Crítica e Clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2011.

Parece ser justamente esse parar de copiar a partir da fórmula "*I would prefer not to*" que interessa aqui a Agamben.

De fato, a relação entre origem e cópia, que pode ser pensada a partir do conto de Melville, parece servir de referência para Agamben em seu comentário. Por isso, e não por acaso, a primeira parte do livro *Bartleby, ou da contingência* de Agamben se chama "O escriba, ou da criação", e será em uma terceira seção dessa primeira parte que Agamben comentará determinados tratados cabalísticos sobre a criação do mundo, compostos por Abraão Abulafia em Messina, entre 1280 e 1290. O que parece conter de importante nesses tratados, trazidos ao público somente no século XX por Moshe Idel e Gerschom Scholem, para Agamben, é uma concepção da criação divina como um ato de escritura, "no qual as letras representam, por assim dizer, o veículo material por meio do qual o verbo criador de Deus – assimilado a um escriba que move a sua pena – incorpora-se às coisas criadas".<sup>16</sup> E Agamben, por meio de uma citação dos tratados cabalísticos de Abulafia, destacará que "o segredo que está na origem da multidão das criaturas é a letra do alfabeto e toda letra é um signo que se refere à criação".<sup>17</sup>

Para além da discussão central desse livro de Agamben – que é aquela da pura potência do pensamento travada em um diálogo direto com Aristóteles e seus leitores, dentre eles o pouco conhecido autor dos acima citados tratados cabalísticos – o que essa concepção de uma criação divina como escritura, em que a letra aparece como o que está na origem da multidão das criaturas, pode nos trazer é justamente uma relação de exclusão-inclusiva ou inclusão-exclusiva entre letra e escritura. Isso quer dizer que a letra como elemento originário da escritura deve ser mantida em suspensão, suspensão que é ao mesmo tempo e imediatamente uma inclusão, para que a escritura possa significar. Em analogia, tanto na leitura quanto na escrita, para apreender o sentido do escrito ou do lido deve-se abstrair, uma abstração na maneira de uma inclusão, do substrato material do escrito: a letra. Então, o que significa a letra?

Ainda nesse terceiro item dessa primeira seção, intitulada "O escriba, ou da criação", Agamben citará outro autor pouco conhecido para a história da filosofia ocidental, Ibn-Arabi, e sua possível resposta para a pergunta acerca do que significa a letra. No segundo capítulo do livro *As iluminações de Meca*, capítulo dedicado à "ciência das letras", ciência que assinala, segundo Agamben, a passagem do inexprimível para o exprimível, no processo do

---

<sup>16</sup> AGAMBEN, *Bartleby, ou da contingência*, p. 15.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 15.

conhecimento, e a passagem da potência ao ato, no processo da criação, Ibn-Arabi definirá a "existência, o ser puro, que para os escolásticos é simplesmente o inefável", como "uma letra da qual tu és o sentido".<sup>18</sup> Se a letra, como origem da escritura ou da criação, é pensada como um inefável, como um indizível, sabemos que Bartleby, o escriturário que não escreve, renuncia tanto à letra quanto à escritura. O parar de copiar de Bartleby pode ser entendido, então, como um desenlace entre origem e cópia, letra e escritura, inexprimível e exprimível, potência e ato. E também por isso Agamben chegará a afirmar que não a escrita - que se mantém em relação com a letra na maneira de uma exclusão-inclusiva - mas sim "a cândida folha, é o que a filosofia não quer de nenhuma maneira esquecer".<sup>19</sup>

Será justamente nesse sentido que na última seção da última parte de seu livro, intitulada "O experimento, ou da descrição", Agamben recusará a interpretação do homem da lei no conto de Melville acerca do enigma de Bartleby. Ao recusar a explicação psicologizante do homem da lei de que Bartleby teria levado ao extremo sua inata e estranha disposição e de que seu comportamento e sua insensata fórmula poderiam ser explicáveis pelo fato de ter trabalhado no *Dead letters office* de Washington (Departamento das Cartas Mortas), Agamben interroga mais precisamente "o nexos particular que une as 'cartas mortas' à fórmula de Bartleby".<sup>20</sup> As cartas mortas, cartas que nunca foram entregues aos seus destinatários, destinadas porém indistináveis, também podem ser pensadas como letras mortas, pois tanto a palavra inglesa *letter* quanto a palavra italiana *lettera*, podem significar tanto carta quanto letra. Assim, se a letra é a origem, incluída a partir de uma suspensão, da escritura, a letra será sempre morta, apontará sempre para uma negatividade constitutiva, e por isso o parar de copiar de Bartleby aponta para uma ultrapassagem tanto da escritura quanto da letra.<sup>21</sup> Por isso, também, Agamben fala nessa terceira seção de um experimento de descrição, no lugar de uma recriação, ou no lugar de uma cópia eterna da escritura, em que a letra permaneça como elemento negativo constitutivo da escritura. Mas, e essa é a nossa

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 20. Mais adiante chegaremos ao esclarecimento dessa "cândida folha", nas palavras de Agamben, que a filosofia não quer esquecer.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>21</sup> E será por esse motivo que Agamben fará um apontamento a ser desdobrado em sua obra posterior, sobretudo na tetralogia *Homo Sacer*: a possibilidade de uma comunidade para além da lei. Pois como nos diz Agamben, a frase que Melville pôs na boca do homem da lei acerca de tais cartas, "*on errands of life, these letters speed to death*", seria uma camuflagem da passagem em Romanos 7,10 que diz "*and the commandment, which was ordained to life, I found to be unto death*". Para Agamben, no texto paulino o *commandment*, o mandamento, seria aquele da lei, da qual o cristão foi libertado, como se pode ler em outra passagem "*the letter killth, but the spirit giveth birth*". Assim, em diversos apontamentos que também serão desdobrados em *O tempo que resta*, Agamben afirmará que "não apenas a relação entre Bartleby e o homem da lei adquire novo sentido, mas também aquela entre Bartleby e a escritura. Bartleby é um *law-copist*, um escriba em sentido evangélico, e o seu renunciar à cópia é também um renunciar à lei, um liberar-se da antiguidade da letra". *Ibidem*, p. 51.



questão aqui, como poderíamos pensar um experimento de descrição em termos de linguagem? Se Agamben fala de um experimento, será que esse experimento nos reenviaria ao início de nossa jornada, quando falamos em um *experimentum linguae*? Essas questões nos levarão certamente à análise da fórmula de Bartleby e de seus efeitos na linguagem.

### 3. A fórmula, ou da linguagem

Entre "O escriba, ou da criação" e "O experimento, ou da descrição", primeira e última seções do texto de Agamben, será em "A fórmula, ou da potência" que encontraremos uma análise minuciosa da fórmula de Bartleby. Agamben iniciará essa seção novamente apontando para a imagem da folha em branco, pois com seu "preferiria não" Bartleby se encontraria obstinadamente, entre a letra e a escritura, "no abismo da possibilidade, sem deletar a menor pretensão de sair".<sup>22</sup> O que nos interessa aqui, porém, é que a fórmula "preferiria não" parece produzir um uso não comunicativo da linguagem e, por isso, parece apontar para o que, alguns anos antes, Agamben chamou de *experimentum linguae* em seu prefácio póstumo de *Infância e História*.

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 26 Em linhas gerais, a folha em branco pode ser pensada aqui como uma potência absoluta, localizada no limiar entre potência de sim e potência de não. Pois Bartleby não permanece em uma potência negativa anterior ao ato, mas aponta para o que Agamben chama de uma potência mais perfeita, a pura potência do pensamento. A potência absoluta seria aquela, por exemplo, de um tocador de flauta no momento em que ele não toca, ou a de, no caso de Bartleby, um escrevente no momento em que ele não escreve. Assim, segundo a interpretação de Agamben, Bartleby, ao renunciar à escrita, faz a experiência da potência mais absoluta, faz a experiência da potência mais própria já que pode escrever tanto quanto pode não escrever. Nesse sentido, Agamben dirá que "o preferiria não" de Bartleby localiza-lhe no âmbito do poder para além do querer ou do dever, pois "ele conseguiu poder (e não poder) sem, em absoluto, querê-lo. Daí a irredutibilidade do seu 'preferiria não'. Não é que ele não queira copiar ou que queira não deixar o escritório - apenas preferiria não fazê-lo. A fórmula, tão meticulosamente repetida, destrói toda possibilidade de construir uma relação entre poder e querer (...). Ela é a fórmula da potência". *Ibidem*, p. 27. Essa proposição de Agamben é, na realidade, a conclusão de toda sua discussão acerca da potência travada desde o início do texto. Se Agamben abre seu *Bartleby, ou da contingência* fazendo uma alusão ao verbete de um léxico bizantino intitulado Suda que define Aristóteles como "o escriba da natureza, que molha a pena no pensamento", ele o fará para chamar atenção para o fato de que o *nous* é comparado a um tinteiro em que o filósofo molha a própria pena. A partir de então Agamben afirmará que a concepção do pensamento como um ato de escritura proveria, em realidade, de uma passagem do terceiro livro do *De anima* de Aristóteles em que o autor compara o *nous*, o intelecto ou o pensamento em potência, a uma tabuleta para escrever sobre a qual nada está escrito ainda. Assim, se um dos métodos de escrita consistia em uma tabuleta para escrever coberta por uma cera sobre a qual o estilete grava os caracteres, e se a natureza do pensamento em potência e o modo de sua passagem ao ato foram comparados a essa tabuleta, Agamben dirá que, na realidade, não a tabuleta para escrever, mas sim a cera por cima desta poderia ser comparada à pura potência do pensamento. Pois, "o pensamento existe como uma potência de pensar e de não pensar, como uma tabuleta encerrada sobre a qual nada ainda está escrito". *Ibidem*, p. 14. É justamente nesse sentido que Bartleby, o escrevente que cessa sua escritura, ocupa o limiar entre letra e escritura e aponta para a experiência da potência do pensamento representada no texto de Agamben tanto pela cera sensível da tabuleta de escrever quanto pela folha branca na qual nada ainda está escrito.

Nesse sentido, será a partir do comentário de Deleuze ao *Bartleby, the scrivener* de Melville, que Agamben apontará para a agramaticalidade da fórmula "*I would prefer not to*" e a aproximará, assim como o faz Deleuze, de outras expressões agramaticais como a expressão "*j'en ai un de pas assez*" ("tenho um de não suficiente") e "*he danced his did*" ("ele dançou seu pôs")<sup>23</sup> em Cummings. Agamben dirá, com Deleuze, que assim como as expressões acima, a fórmula de Bartleby produz uma dificuldade para a comunicação, mas que, mais que isso, ela desconecta as palavras e as coisas, as palavras e as ações, os atos linguísticos e as palavras: "ela suprime a linguagem de toda referência, segundo a vocação absoluta de Bartleby, ser um homem sem referência, aquele que surge e desaparece, sem referência nem a si nem a outro".<sup>24</sup> A fórmula abriria assim uma zona de indiscernibilidade entre o sim e o não, entre o aceitar e o recusar, o preferível e o não preferido, de forma que o "*to*" que a conclui se absolutizasse até perder toda referência, "voltando-se, por assim dizer, sobre a própria frase: anáfora absoluta, que gira sobre si mesma, sem se remeter mais nem a um objeto real nem a um termo anaforizado (*I would prefer not to prefer not to...*)".<sup>25</sup>

Ao apontar para esse duplo caráter da fórmula, de ser tanto sem referencial quanto uma anáfora absoluta, Agamben parece dizer que a fórmula não tem em vista a comunicação de algo, por meio de si mesma, mas que comunica a própria comunicabilidade da linguagem, o próprio fato de que há linguagem. Ela não funciona como um meio para determinados fins, tais como a comunicação, a referência à coisa, mas parece ser um meio em si mesma. Por isso o "*to*" que a conclui parece remetê-la para algo da ordem do indecível: nessa fórmula, poderíamos dizer, é a linguagem que comunica a si mesma.

Será nesse sentido que Agamben, à procura de uma possível proveniência na história da filosofia para a fórmula de Bartleby, aproximá-lo-á do "*ou mâllon*", o "não mais" com o qual os cétricos exprimiam o que Agamben chama de seu *páthos* mais próprio: a *epoché*, o estar suspenso. Para Agamben, por intermédio de Diógenes Laércio, Pirro e Sexto Empírico, o "não mais" não é um mero comparativo, mas possui um particular estatuto autorreferencial, pois como nos diz este último, "assim como a proposição 'todo discurso é falso' diz que, ao mesmo tempo que outras proposições, também ela é falsa, do mesmo modo a fórmula 'não mais' diz que ela mesma é mais que não é...".<sup>26</sup> Assim, tanto o "não mais" dos cétricos quanto o "preferiria não" de Bartleby, para Agamben, apontam para um limiar, na maneira de uma

<sup>23</sup> Optei por fazer traduções literais das frases, a fim de mostrar a agramaticalidade a qual Agamben se refere.

<sup>24</sup> AGAMBEN, *Bartleby, ou da contingência*, p. 28, 29.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 30.

suspensão, entre consentir e refutar, afirmar e negar, aceitar e recusar, colocar e retirar. Ademais, à procura de uma outra via de aproximação entre o "não mais" e o "preferiria não", Agamben se deparará com a seguinte citação de Sexto Empírico: "e eis a coisa mais importante: no enunciado dessa expressão o cético diz o fenômeno e anuncia o *pathos* sem opinião alguma [*apaggelleu to pathos adoxatos*]". Em busca do que significaria a expressão *pathos apaggellei*, segundo Agamben também constitutiva do léxico cético, ele esclarecerá em uma passagem bastante importante que

*Aggello, apaggello* são os verbos que exprimem a função do *aggelos*, do mensageiro, que simplesmente leva uma mensagem sem lhe acrescentar nada ou que declara performativamente um evento (...). O cético não se limita a opor a afasia à *phasis*, o silêncio ao discurso, mas desloca a linguagem, do registro da proposição, que predica algo de algo (*legen ti kata tinos*), para aquele do anúncio, que não predica nada de nada. Mantendo-se na *epoché* do 'não mais', a linguagem faz-se anjo do fenômeno, puro anúncio da sua paixão. Como precisa o advérbio *adoxastós*, paixão não indica aqui nada de subjetivo; o *pathos* é purificado de toda *doxa*, de toda aparência subjetiva, é puro anúncio do aparecer, intimação do ser sem nenhum predicado".<sup>27</sup>

Assim, se a fórmula de Bartleby se aproxima da dos céticos, e se ambos, a partir dessa aproximação, não se limitam a opor a afasia à *phasis* e nem o silêncio ao discurso, mas deslocam a linguagem do registro da proposição para aquele do anúncio, seria Bartleby um mensageiro, um *aggelos*, daquele *experimentum linguae* com o qual abrimos o presente artigo? Se no prefácio de *Infância e História* Agamben está à procura de um experimento com a linguagem que não seja nem meramente a impossibilidade de dizer e nem uma fala comprometida com seu elemento negativo constitutivo, mas sim uma experiência da própria "faculdade" ou potência de falar, Bartleby não seria justamente o mensageiro dessa experiência? Mas, como mensageiro, sabemos que Bartleby, ex-funcionário do *Dead letters office*, ignora o conteúdo das cartas/letras que lhes foram confiadas, pois essas *letters* são sempre letras mortas, destinadas, porém indestinaíveis. Pois, justamente por isso, o que a fórmula de Bartleby anuncia é o puro anúncio da linguagem, o puro anúncio do aparecer da linguagem, é aquela "puríssima eliminação do indizível da linguagem" a qual Walter Benjamin se refere<sup>28</sup> e a qual Agamben parece herdar como tarefa.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>28</sup> Em *Bartleby, a escrita da potência*, o que a fórmula de Bartleby anuncia é uma experiência da pura potência que deve ser pensada tanto em relação com o *Dasein* heideggeriano, quando Heidegger "substitui o eu psicossomático por um ser vazio e inessencial, que é apenas seus modos de ser e tem possibilidade apenas no impossível" (quando se depara com a possibilidade da impossibilidade da morte), quanto com Rimbaud quando este diz "eu é um outro", e com tantos outros citados por Agamben. Cf. *Ibidem*, p. 36. Se a fórmula de Bartleby

#### 4. O tagarelar, a culpa e o indizível: de Walter Benjamin a Giorgio Agamben

Em uma carta datada de junho de 1916, mesmo ano em que Benjamin escreve seu hermético ensaio "Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem", Benjamin recusa o convite de Martin Buber para participar da revista sionista *Der Jude*. Essa recusa se dá porque Benjamin se opõe tão radicalmente a uma concepção da linguagem como um meio para obtenção de fins que não pode consentir sua participação em uma revista a qual pretende fazer justamente esse uso da linguagem, a de ser um instrumento para o ato político. Ao contrário, Benjamin dirá que "eliminar o indizível de nossa linguagem até torná-la pura como um cristal é a maneira que nos é dada e que é a mais acessível para agir no interior da linguagem, e nesse sentido, por ela".<sup>29</sup>

Mas, o que seria essa "eliminação do indizível de nossa linguagem até torná-la pura como um cristal"? Para entendermos bem a necessidade da proposta benjaminiana, tão cara a Agamben, teremos agora que cotejar alguns elementos do ensaio juvenil de Walter Benjamin, seu "Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem". Nesse ensaio, Walter Benjamin concebe a linguagem de uma maneira bastante abrangente. Essa abrangência pode ser assinalada pelo próprio termo alemão, "*Sprache*", que, similar ao termo grego "*lógos*", significa ao mesmo tempo razão e discurso. Assim, será por intermédio de uma releitura do Gênesis bíblico que, nesse ensaio, o filósofo decomporá a linguagem em dois planos: o *Médium* da linguagem, e o meio (*Mittel*) da linguagem.

Ao *Médium* da linguagem corresponde a linguagem paradisíaca anterior à queda, produzida pela obtenção do fruto proibido da árvore do conhecimento do bem e do mal. Essa linguagem, a linguagem com a qual deus teria criado o mundo, e da qual Adão participa ao nomear o mundo – de acordo com a segunda criação do mundo narrada no Gênesis da bíblia judaica –, é caracterizada como um meio em si mesma, ou seja, como uma comunicabilidade pura e simples, como a esfera na qual o que se comunica é a própria linguagem, o fato de que

---

anuncia nesse texto uma experiência de pura potência, nossa proposta foi pensá-la, a fórmula, em termos de linguagem.

<sup>29</sup> BENJAMIN, P. Correspondances I, *Correspondances I, (1910-1928)*. Trad. PETITDEMANGE, Guy. Paris: Éditions Aubier-Montaigne, 1979, p. 117.

a linguagem é. É nesse sentido que, segundo Benjamin, podemos compreender a frase de abertura do Gênesis bíblico: "e no princípio era o *lógos*".

Nesse sentido, é no nome, esse *Médium* da linguagem, essa esfera transcendental na qual ainda não há sujeito ou objeto da linguagem, que o conflito entre expresso e exprimível e inexpresso e inexprimível, comum a toda configuração linguística, não se dá. No nome, a linguagem é sua pura expressão e não conhece o inexprimível, assim como o conceito de revelação (*Offenbarung*), na esfera da religião, não conhece o inexprimível. Aqui, portanto, poderíamos indagar: teria sido justamente para essa esfera da linguagem que a fórmula de Bartleby nos encaminhou, já que ela, assim como o "não mais" dos cétricos, anuncia um puro anúncio do aparecer da linguagem purificado de toda aparência subjetiva? Na continuação do "Sobre a linguagem" de Benjamin e em uma aproximação com o Bartleby de Agamben veremos que Bartleby não permanece nem na esfera da linguagem como *Médium* e nem na esfera da linguagem como *Mittel*.

Importante para nós agora é o fato de que é justamente dessa esfera dos puros nomes que o homem se distancia ao provar do fruto proibido da árvore do conhecimento do bem e do mal. Assim, a queda do paraíso representa, para o homem, o afastamento da língua paradisíaca, a língua do conhecimento perfeito, em direção a um conhecimento "nulo", exterior: "o saber sobre o que é bom e o que é mau não tem a ver com o nome, é um conhecimento exterior, a imitação não criativa da palavra criadora".<sup>30</sup> Se o nome conhecia imediatamente as coisas por intermédio da palavra divina, a partir do pecado original a linguagem torna-se abstrata, torna-se mero signo, de onde mais tarde virá a pluralidade das línguas.

Agora, "a palavra deve comunicar [*Mitteilein*] alguma coisa (fora de si mesma). Esse é realmente o pecado original do espírito linguístico".<sup>31</sup> De imediata, de puro *Médium*, a palavra torna-se agora mediada, um meio para a comunicação de certos conteúdos, um instrumento da troca intersubjetiva. Por isso, nesse ensaio de 1916, Benjamin aproxima a linguagem abstrata, a linguagem como meio para comunicação de fins exteriores a ela mesma, a linguagem decaída dos juízos, à imagem da tagarelice (*Geschwätz*). Assim, ele diz:

O conhecimento do bem e do mal é - no sentido profundo em que Kierkegaard entende este termo - uma "tagarelice" [*Geschwätz*], e este só conhece uma purificação e uma elevação (a que também foi submetido o

---

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 67.

homem tagarela [*Geschwätzige Mensch*], o pecador): o tribunal. Realmente, para a palavra que julga, o conhecimento do bem e do mal é imediato. Sua magia é diferente da magia do nome, mas é igualmente magia. Essa palavra que julga expulsa os primeiros homens do paraíso; eles mesmos a incitaram, em conformidade com uma lei eterna segundo a qual essa palavra que julga pune seu próprio despertar como a única, a mais profunda culpa - e é isso que ela espera (...). A imediatidade [*Unmittelbarkeit*] [...] da comunicabilidade própria à abstração reside no julgamento [*richterlichen Urteil*]. Essa imediatidade na comunicação da abstração instalou-se como judicante quando o homem, pela queda, abandonou a imediatidade na comunicação do concreto, isto é, o nome, e caiu no abismo da comunicabilidade [*Mittelbarkeit*] de toda comunicação [*Mitteilung*], da palavra como meio [*Mittel*], da palavra vazia [*wortleerheit*], no abismo da tagarelice. A pergunta sobre o bem e o mal no mundo depois da criação foi tagarelice. A árvore do conhecimento não estava no jardim de Deus pelas informações que eventualmente pudesse fornecer sobre o bem e o mal, mas sim como símbolo distintivo da sentença [*Gericht*] sobre aquele que pergunta. Essa monstruosa ironia é o sinal distintivo da origem mítica do direito.<sup>32</sup>

Nesse sentido, segundo uma possível interpretação agambeniana, a linguagem humana, a palavra humana, mantém relação com um vazio de informação, já que, como nos diz Benjamin, a árvore do conhecimento não estava no jardim do Éden pelas informações que pudesse fornecer, mas como símbolo distintivo da sentença sobre aquele que pergunta. Por isso, a palavra humana, a palavra que julga, pune seu próprio despertar como a mais profunda culpa – a culpa (*schuld*), a dívida, o estar em débito com o vazio de significado, a partir do qual toda a significação pode surgir, que é também um estar em débito com a linguagem paradisíaca, com o *Médium* da linguagem, contra a qual se pecou. Também por isso a discursividade humana é caracterizada aqui como um tagarelar, pois o tagarelar pode nos remeter justamente à imagem de uma discursividade infinda que, no entanto, não diz nada, motivo pelo qual Benjamin a chama de palavra vazia, já que sempre se mantém em relação com o vazio de significado, com o indizível. Daí provém sua ironia.

Será justamente nesse sentido que Agamben, em um texto intitulado "A ideia da linguagem" encontrado na coletânea de ensaios e conferências no livro *A potência do pensamento*, apresentará o conceito de revelação a partir da tradição teológica judaico-cristã em sua determinação negativa. Em ambos os casos, a tradição teológica judaico-cristã concebeu a revelação como qualquer coisa que a razão humana não pode conhecer por ela mesma: "o conteúdo da revelação não é uma verdade exprimível sob a forma de proposições

<sup>32</sup> BENJAMIN. "Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem", p.67 - 69. Tradução levemente modificada. "*Über Sprache überhaupt und über die Sprache des Menschen*", in: *GS*, II - 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1991, p. 150 - 154.

linguísticas relativas a isso que é [...] mas, mais ainda, uma verdade relativa à linguagem ela mesma, ao fato de que a linguagem é".<sup>33</sup> Isso quer dizer que o humano que fala, na medida em fala, mantém-se em relação com essa esfera imediata da linguagem, na maneira de uma culpabilidade, seguindo os apontamentos de Benjamin em seu ensaio "Sobre a linguagem". Isso porque a esfera da revelação certamente não nos remete somente a uma esfera anterior à linguagem humana, seguindo a narrativa do Gênesis bíblico, mas, tanto para Benjamin quanto para Agamben, ela deve ser pensada como uma metáfora para uma experiência com a linguagem. Por isso Agamben dirá que o sentido da revelação consiste em mostrar que toda palavra e que todo conhecimento humano encontram sua origem e seu fundamento em uma abertura que os transcende infinitamente, "mas ao mesmo tempo, essa abertura não concerne outra coisa que não a linguagem ela mesma, sua possibilidade e sua existência".<sup>34</sup>

Essa abertura, esse "puro acontecimento de linguagem além e aquém de toda significação particular",<sup>35</sup> como Agamben a define, é exemplificada a partir de uma obscura referência a Gaunilo, um lógico pouco conhecido para a história da filosofia, como o próprio Agamben admite. Gaunilo indicaria um puro ter lugar da linguagem, sem nenhum acontecimento de significação determinado, ao propor a experiência de um bárbaro que, diante de um discurso significante, compreendesse certamente que se trata de um acontecimento na linguagem, que há uma voz, mas que é incapaz de apreender o sentido do enunciado. Assim, o bárbaro diante dessa voz significante, porém que não significa, diz Gaunilo,

não pensa a própria voz, isto é, o som das sílabas e das letras, que é alguma coisa de algum modo verdadeira, mas antes o significado da voz ouvida; mas não da maneira como pensam os que sabem o que é habitual significar com aquela voz (e que a pensam, portanto, segundo a coisa [*secundum rem*], ainda que verdadeira apenas no pensamento), mas antes, como é pensado por quem não conhece seu significado e pensa apenas segundo o movimento da alma que procura representar o efeito da voz ouvida e seu significado.<sup>36</sup>

Experiência que não é mais aquela de um mero som, mas não é ainda aquela de uma significação, que corresponde ao *Médium* da linguagem do ensaio de 1916 de Benjamin, e que é chamada por Gaunilo de "pensamento da voz ela mesma", ela nos remete à voz como pura

<sup>33</sup> AGAMBEN, "A ideia da linguagem", *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Trad. Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 25.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>36</sup> AGAMBEN, "A ideia da linguagem", *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Trad. Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

indicação de um acontecimento na linguagem, ou ao nome divino, privado de qualquer significação. Segundo Agamben, nos termos da lógica contemporânea, se há essa experiência da revelação, se há uma metalinguagem, não se trata, entretanto, de um discurso significante, mas de uma pura voz insignificante. Para Agamben, no entanto, o discurso filosófico não pode ser meramente uma metalinguagem, ou seja, um discurso que tenha como tema a própria linguagem, justamente porque a voz não diz nada, mas somente se mostra, e nesse sentido, ela não poderia se tornar um tema do discurso. Ou seja, a discursividade humana estaria destinada a manter em suspenso esse "pensamento da voz ela mesma", ou a partir de Benjamin, o *Médium* da linguagem, como aquilo que não pode ser dito, como aquilo que não pode advir ao discurso, mas que na discursividade está virtualmente incluído. Por isso, em "Sobre a linguagem", Benjamin afirma que o homem falante é um tagarela, pois na medida em que fala e que comunica (*Mittel*) ele se mantém em uma relação de débito com o *Médium* da linguagem.

Também por isso Agamben se distanciará de uma interpretação corrente acerca da questão da linguagem em Benjamin a qual pensa o *Médium* da linguagem como uma tarefa infinita. Ao contrário, para Agamben, o *Médium* da linguagem, ou "o pensamento da voz ela mesma" como puro acontecimento na linguagem, se apresenta na discursividade humana como seu pressuposto, como seu elemento negativo, como o que jamais pode advir à fala. Por isso, em sua leitura particular de Walter Benjamin, Agamben dirá que

a verdadeira hermenêutica de um texto é para Benjamin o contrário do que é proposta pela hermenêutica contemporânea, pois se o intérprete presta atenção ao não dito e à infinidade do sentido, não é para os conservar, mas antes para os completar, para os fazer chegar ao fim.<sup>37</sup>

Por isso, podemos dizer que uma das tarefas da obra de Agamben é a de se dedicar à imagem do tribunal evocada por Benjamin em "Sobre a linguagem". Pois se a pergunta pelo bem e pelo mal foi uma tagarelice, como nos diz Benjamin, a redenção do homem tagarela, do pecador, do homem falante que ao falar mantém-se em uma relação de culpa ou débito com o *Médium* da linguagem, dar-se-ia no dia do juízo, no tribunal. Mas, o que seria uma fala livre de seu elemento negativo constitutivo, aqui pensado com Benjamin como o *Médium* da linguagem, e com Agamben, como um puro acontecimento na linguagem? Se a palavra humana, a palavra mediada, a palavra como meio (*Mittel*) mantém-se em relação com a

---

<sup>37</sup> AGAMBEN, "Língua e História, categorias linguísticas e categorias históricas no pensamento de Walter Benjamin", *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Trad. Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 43.



linguagem paradisíaca e imediata (*Médium*) na maneira de um estar em débito, como se poderia fazer para "des-operar" essa relação? Em oposição ao que Agamben chamou na citação acima de uma hermenêutica contemporânea, que parece manter-se em relação com o indizível na forma de um ideal,<sup>38</sup> com Benjamin, Agamben parece apontar para o que seria o fim dessa relação a partir de uma obscura noção que ele nomeia "a ideia da língua". Assim, Agamben nos diz que "a ideia da língua é a língua que já não pre-supõe qualquer língua e que, tendo consumido em si todo pré-suposto e todo nome, não tem verdadeiramente mais nada a dizer, mas, simplesmente, fala".<sup>39</sup>

##### 5. Limiar: não mais o inefável, por uma puríssima eliminação do indizível da linguagem

Sabemos que Bartleby, ex-funcionário do *Dead letters office*, é um *aggelos*, um mensageiro, mas um mensageiro que simplesmente leva uma mensagem sem lhe acrescentar nada: suas cartas são destinadas porém indestinaíveis. Por isso, se a princípio parece que com sua frase "preferiria não", ele acessa o que Benjamin chamaria de *Médium* da linguagem – a esfera da linguagem em que a linguagem comunica sua comunicabilidade pura e simples e não mais comunica algo através de si mesma (*Mittel*) – sabemos, porém, que com a fórmula ele não se limita a opor a afasia à *phasis*, nem o silêncio ao discurso. Se parece, de fato, que a fórmula de Bartleby possui algum parentesco com o que Agamben chama de um "puro ter lugar da linguagem" e Benjamin chama de *Médium* da linguagem, o importante para nós é que as cartas que ele deveria entregar serão sempre cartas mortas, letras mortas. Por isso Bartleby, alheio ao que parece acessar, "não tem verdadeiramente mais nada a dizer, mas, simplesmente, fala".<sup>40</sup> Por isso, também, Agamben aproxima o experimento com a linguagem que Melville teria confiado a Bartleby a uma "proposição com que Wittgenstein, na

<sup>38</sup> "Tal atitude", nas palavras de Agamben, "(...) é hoje afirmada por uma corrente filosófica que, saída de uma interpretação do pensamento de Heidegger, ganhou, através do matrimônio com a tradição analítica anglo-saxônica, um lugar de relevo na *koine* acadêmica contemporânea". *Ibidem*, p. 42. Como representante da hermenêutica contemporânea Agamben cita, nesse texto, Gadamer. Para Agamben, Gadamer teria concebido a língua universal como um "ideal", no sentido de uma tarefa infinita, ao afirmar que "todo ato de fala, no ato de seu acontecimento, torna ao mesmo tempo presente o não dito a que ela, como resposta e remissão, se refere". *Ibidem*, p. 42. Assim, no ato de fala, o sujeito falante estaria em débito com o não dito, incluído apenas virtualmente em sua fala. É justamente contra uma tal concepção da linguagem que Agamben, com Benjamin, se põe.

<sup>39</sup> "Língua e História, categorias linguísticas e categorias históricas no pensamento de Walter Benjamin", *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Trad. Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 47.

<sup>40</sup> AGAMBEN, *Bartleby, ou da contingência*, p. 37.

conferência sobre a ética, exprime sua experiência ética por excelência: 'maravilho-me com o céu, esteja ele como estiver', ou ainda: 'estou a salvo, o que quer que aconteça'".<sup>41</sup>

No limiar entre *Médium* e *Mittel*, letra e escritura, origem e cópia, silêncio e discurso, língua e fala, *phoné* e *lógos*, inexprimível e exprimível, a fórmula de Bartleby aponta para uma experiência com a linguagem que não é nem aquela para a qual Heidegger, segundo Agamben, apontou – a experiência de uma insuficiência de nomes ou de um silêncio ativo – e nem aquela de uma fala que mantém como seu elemento negativo constitutivo um indizível. Nem entregue à mudez ou ao silêncio, e nem em débito com o que Agamben chama de poder pressuponente da linguagem, com o indizível que a linguagem deve pressupor para poder significar, Bartleby com seu "preferiria não" é uma das figuras para pensarmos essa obscura proposta benjaminiana de uma "puríssima eliminação do indizível na linguagem". Com seu "preferiria não", a fórmula de Bartleby marca uma indiferença entre o sim e o não, o aceitar e o recusar, o preferível e o não preferido, mas, por isso mesmo, nos aponta para a possibilidade de uma fala livre das danças em torno do inexplicável, como disse Agamben certa vez.<sup>42</sup> Sua fórmula, decididamente na morada infantil dos indecidíveis, nos remete agora diretamente ao *experimentum linguae* com o qual Agamben abre o prefácio póstumo de *Infância e História* e que permanece como a cera perdida de muitas de suas obras.

## Referências

AGAMBEN, G. "A ideia da linguagem". **A potência do pensamento**: ensaios e conferências. Trad. Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. **Bartleby, ou da contingência**. Trad. Vinícius Honesko. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. "Defesa de Kafka contra os seus intérpretes". In: **Ideia da Prosa**. trad. BARRENTO, João. Lisboa: Edições Cotovia, 1999.

\_\_\_\_\_. **Infância e História**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. "Língua e História, categorias linguísticas e categorias históricas no pensamento de Walter Benjamin". **A potência do pensamento**: ensaios e conferências. Trad. Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>42</sup> Cf. AGAMBEN, "Defesa de Kafka contra os seus intérpretes". *Ideia da Prosa*. trad. BARRENTO, João. Lisboa: Edições Cotovia, 1999, p 135, 136.

BENJAMIN, W. **Correspondances I (1910-1928)**. Trad. PETITDEMANGE, Guy. Paris: Éditions Aubier-Montaigne, 1979.

\_\_\_\_\_. "Notes pour faire suite au travail sur le langage [1915-1916]". **Walter Benjamin**: Cahier de l'herne. Ed. Patricia Lavelle. Paris : Éditions de L'herne, 2013.

\_\_\_\_\_. "Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem". In: **Escritos sobre mito linguagem**. Trad. Susana Kampff Lagges. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G. "Bartleby, ou a fórmula", **Crítica e Clínica**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2011.

DURANTAYE, L. **Giorgio Agamben: a critical introduction**. California: Stanford University Press, 2000.

MELVILLE, H. **Bartleby: the Scrivener**, The Norton Anthology of American Literature, volume 1. New York: W.W. Norton & Company, 2013.

Recebido em: 17 de novembro de 2015.

Aceito em: 28 de dezembro de 2015.

# TABULEIRO DE LETRAS

## Por uma puríssima eliminação do indizível na linguagem: de Walter Benjamin ao Bartleby de Giorgio Agamben

## Pour une purissime élimination de l'indicible dans le langage: de Walter Benjamin au Bartleby de Giorgio Agamben

Isabela Pinho<sup>1</sup>

### RESUMO:

O presente artigo tem em vista a proposta benjaminiana, tal como foi herdada por Giorgio Agamben, de uma "puríssima eliminação do indizível na linguagem". Para pensá-la, teremos em vista a fórmula de Bartleby, "*I would prefer not to*", como possibilidade de fazer uma experiência com a linguagem para além de seu elemento negativo constitutivo: o indizível ou o inefável. Nesse sentido, faremos uma pequena incursão no ensaio "Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem" (1916) de Benjamin, a fim de verificar a relação de culpa que acomete o homem falante em relação ao que o filósofo chama de *Médium* da linguagem. Retornaremos, então, à singular leitura de Agamben acerca da questão da linguagem em Benjamin, para pensar a fala de Bartleby como uma fala livre de sua relação de débito com o indizível constitutivo da linguagem, já que Bartleby, ao ocupar o limiar entre silêncio e fala, não parece ter verdadeiramente nada a dizer, mas simplesmente fala.

Palavras-chave: Linguagem; Indizível; Benjamin; Agamben.

### RÉSUMÉ:

Cet article cible la proposition benjaminienne, telle qu'elle a été héritée par Giorgio Agamben, d'une "purissime élimination de l'indicible dans le langage". Pour y penser, on va prendre en compte la formule de Bartleby, "*I would prefer not to*", comme une possibilité de faire une expérience avec le langage au-delà de son élément négatif constitutif: l'indicible ou l'ineffable. Dans ce sens, on va faire une petite incursion dans l'essai "Sur le langage en général et sur le langage humain" (1916) de Benjamin dans le but de vérifier la relation de culpabilité qui affecte l'homme parlant par rapport à ce que le philosophe appelle *Médium* du langage. On reviendra, alors, à la singulière interprétation d'Agamben concernant la question du langage chez Benjamin pour penser la parole de Bartleby comme une parole délivrée de sa relation de dette par rapport à l'indicible constitutif du langage, dans la mesure où Bartleby, en occupant le seuil entre silence et parole, ne paraît pas avoir vraiment rien à dire, mais parle simplement.

Mots-clés: Langage; Indicible; Benjamin; Agamben.

### 1. *Experimentum linguae*: algumas provocações

---

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia – UFF. Doutoranda em Filosofia – UFRJ. isabelafpinho@gmail.com

Toda obra escrita pode ser considerada como o prólogo (ou melhor, como *a cera perdida*), de uma obra jamais escrita, que permanece necessariamente como tal, pois, relativamente a ela, as obras sucessivas (por sua vez prelúdios ou decalques de outras obras ausentes) não representam mais do que estilhas ou máscaras mortuárias.<sup>2</sup>

É com essa bela frase, que marca a relação entre a escrita e a morte, entre a escrita e a morte das possibilidades de escrita não atualizadas, que Agamben inicia seu prefácio póstumo à edição francesa de *Infância e História, destruição da experiência e origem da história* (1977), intitulado *Experimentum Linguae* (1989). Segundo Agamben, a obra ausente, ou a cera perdida desse livro teria por título *A voz humana* ou *Ética ou da voz* e uma das questões mais prementes por ele levantada seria a questão acerca da relação entre a voz (*phoné*) e a linguagem (*lógos*). Justamente por isso, dirá Agamben, não será por acaso que ali, em *Infância e História*, o conceito de infância tenha sido pensado não como um lugar cronológico ou como um estado psicossomático tratados por uma psicologia e por uma paleoantropologia quaisquer, mas sim como uma tentativa de pensar os limites da linguagem em uma direção que não é aquela, trivial, Agamben nos diz, do inefável.

Ao contrário, para Agamben, o inefável, ou o "inconexo", o "irrelato" seria de fato uma categoria pertencente somente à linguagem humana, pois, longe de assinalar um limite da linguagem, ele exprime seu invencível poder pressuponente, "de maneira que o indizível é precisamente aquilo que a linguagem deve pressupor para poder significar".<sup>3</sup> Isso quer dizer que pensar os limites da linguagem seria pensar a linguagem para além do indizível, ou do inefável, como seu elemento negativo constitutivo. Justamente por isso, Agamben, ainda em seu prólogo, apresenta algumas distinções que, de fato, aparecem como fragmentos em suas inúmeras obras posteriores, que corroborariam o que ele chama aqui de um pensamento trivial acerca dos limites da linguagem.

De maneira geral, assim como apresentado no prefácio, para Agamben, a distinção encontrada em Benveniste entre *langue*<sup>4</sup> e *parole*,<sup>5</sup> entre semiótico e semântico, equivalente aqui, no prefácio, à distinção aristotélica entre potência (*dýnamis*) e ato (*energéia*), pertenceria a uma concepção de linguagem que mantém em si como pressuposto um elemento negativo constitutivo. O que quer dizer que, no momento da fala como expressão individual

<sup>2</sup> AGAMBEN, G. *Infância e História, destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 10.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>4</sup> Língua, como sistema ou como estrutura específica da linguagem humana.

<sup>5</sup> Discurso ou fala como expressão individual.

de um sujeito, este estaria em relação com a língua como estrutura linguística, na forma de uma suspensão, mas que também é, ao mesmo tempo, uma inclusão dessa língua. Mas Agamben parece estar à procura de um *experimentum linguae* que desative a relação pressuponente da linguagem, ou seja, que desative a relação entre língua e fala em que a língua apareça como elemento negativo constitutivo da fala, ou a relação entre *phoné* e *lógos* em que a *phoné* apareça como elemento negativo constitutivo, incluído e imediatamente excluído, do *lógos*. Por isso, Agamben afirma que aquilo de que se tem experiência no *experimentum linguae* não é meramente uma impossibilidade de dizer, pois se trata, para ele, muito mais de "uma impossibilidade de falar a partir de uma língua", isto é, trata-se aqui de "uma experiência – através da morada infantil na diferença entre língua e discurso – da própria faculdade ou potência de falar".<sup>6</sup> Talvez também por isso Agamben se afaste aqui de uma das grandes influências de sua obra, Martin Heidegger, de quem foi aluno nos famosos seminários de *Le Thor*, ao dizer que se a experiência com a linguagem sobre a qual Heidegger fala só é feita "lá onde os nomes nos faltam, onde a palavra se parte em nossos lábios",<sup>7</sup> a aposta da infância seria a de que é "possível uma experiência da linguagem que não seja simplesmente uma *sigética*,<sup>8</sup> ou uma insuficiência dos nomes, mas da qual se possa, ao menos até certo ponto, indicar a lógica e exhibir o lugar e a fórmula".<sup>9</sup>

A pergunta que motiva o presente artigo é então a seguinte: em que sentido a fórmula de Bartleby "*I would prefer not to*", personagem de *Bartleby, the scrivener* de Herman Melville, sobre o qual Agamben escreve seu *Bartleby, ou da contingência* (1993) alguns anos após a escrita do prefácio póstumo (1989) de *Infância e História* (1977), poderia nos remeter a esse *experimentum linguae*? Se o *experimentum linguae* pretende indicar a zona de indeterminação entre língua e discurso ou entre voz e linguagem a partir de uma desarticulação entre esses pares de opostos em que um não mais apareça como o elemento negativo constitutivo do outro, o que Agamben chama de poder pressuponente da linguagem, será justamente nesse sentido que a fórmula de Bartleby será compreendida em *Bartleby, ou da contingência*. Dessa maneira, não só o *Bartleby* de Agamben, como também a sua obra

<sup>6</sup> AGAMBEN, G. *Infância e História, destruição da experiência e origem da história*, p.14.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>8</sup> Transcrevo aqui a nota do tradutor da edição brasileira de *Infância e História*: "sigética (al. *Sigetik*, a partir do grego *sigan* 'permanecer em silêncio, calar'): termo introduzido por Heidegger (*Beiträge z. Philosophie* [Contribuições à filosofia], n. 37) que designa a 'ciência ou arte (de falar através) do silêncio', apta a 'construir o silêncio na linguagem'; está vinculado a *Erschweigen* 'silêncio ativo, que diz'. Acerca da experiência com a linguagem (*mit der Sprache eine Erfahrung machen*) em Heidegger, Agamben cita o texto "A essência da linguagem" do mesmo.

<sup>9</sup> AGAMBEN, G. *Infância e História, destruição da experiência e origem da história*, p. 13.

como um todo, podem ser pensados como a cera perdida constitutiva apenas virtualmente em *Infância e História*, o terceiro livro do filósofo italiano, ao qual seu prólogo póstumo faz menção.

Mas, mais ainda, se o único conteúdo do *experimentum linguae* é de que há linguagem, e se Agamben, em um gesto comum em diversas de suas obras, se afasta de Heidegger para se aproximar de Benjamin,<sup>10</sup> teremos também em vista no presente artigo a proposta benjaminiana, citada no prefácio póstumo de *Infância e História* e em diversos outros momentos da obra de Agamben, de uma "puríssima eliminação do indizível na linguagem". Pois, como nos diz Agamben, "a singularidade que a linguagem deve significar não é um inefável, mas é o supremamente dizível, a *coisa* da linguagem".<sup>11</sup>

Para tanto, examinaremos a interpretação agambeniana acerca da questão da linguagem em Walter Benjamin já que essa proposta de "uma puríssima eliminação do indizível na linguagem" é herdada por Agamben, de Benjamin. Justamente por isso, cotejaremos alguns elementos de um hermético ensaio benjaminiano intitulado "Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem", a fim de verificar, em um curto-circuito Benjamin-Agamben, o que expusemos em linhas gerais nestas provocações: a relação entre a linguagem e seu elemento negativo constitutivo, o indizível ou o inefável. Por fim, o que teremos em vista aqui será pensar em que medida a personagem de Melville parece apontar para o lugar e para a fórmula dessa outra experiência, para além do inefável, com a linguagem.

## 2. Bartleby, o escriba que cessou de escrever

Em uma epígrafe de seu *Bartleby, ou da contingência*, Agamben localiza o *Bartleby, the scrivener* de Melville, em uma constelação literária da qual fazem parte diversas personagens, dentre as quais os anônimos chanceleres dos tribunais kafkianos. O que parece ser o diferencial de Bartleby, para Agamben, seria o que ele chama de uma constelação filosófica dessa personagem, constelação esta "que conteria a cifra da figura que a constelação literária somente se limitaria a traçar".<sup>12</sup> Seguindo essa primeira indicação, teremos em vista

<sup>10</sup> Agamben, em uma entrevista, teria dito que "ao veneno heideggeriano, ele ministrou o antídoto benjaminiano". Cf. DURANTAYE, Leland de la. *Giorgio Agamben, a critical introduction*. California: Stanford University Press, 2000.

<sup>11</sup> AGAMBEN, G. *Infância e História, destruição da experiência e origem da história*, p. 11.

<sup>12</sup> AGAMBEN, G. *Bartleby, ou da contingência*. Trad. Vinícius Honesko. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 11.

aqui essa constelação filosófica, no que diz respeito, especialmente, à linguagem, ainda que aqui ela se refira à questão da potência, em um diálogo, sobretudo, com Aristóteles.

Como sabemos, *Bartleby, the scrivener* é um conto de Hermann Melville sobre um pálido e enigmático escriturário que um dia prefere não mais copiar. O conto possui toda a atmosfera de um conto kafkiano, além de um tema em comum, o mundo do direito e da lei. E, assim como em muitos dos textos e parábolas de Kafka, sabemos que também em *Bartleby* o sentido não será inteiramente dado e o leitor deverá se abrir para algo da ordem do inapreensível e do mistério. De início, Bartleby parece funcionar na narrativa como um intermediário entre duas personagens, Turkey e Nippers, os outros dois copistas do escritório. Se Turkey, após o meridiano, fica demasiadamente ativo, inflamado, caprichoso e barulhento, Nippers, na parte da manhã, apresenta certo nervosismo e irritabilidade causados pela má digestão; mudanças de humor que as demais personagens, o chefe e narrador da história, e Ginger Nut, o moço de recados, tinham de saber lidar. Já a figura de Bartleby é apresentada posteriormente e introduzida na narrativa em resposta a um anúncio de jornal demandando contratação.

Bartleby, em seu primeiro aparecimento, é caracterizado como uma figura "*pallidly neat, pitiably respectable, incurably forlorn*"<sup>13</sup> (lividamente asseada, piedosamente respeitável, incuravelmente desvalida!)<sup>14</sup> e já de início, após ser colocado atrás de um biombo, longe da vista dos demais, esse homem quieto e fantasmagórico passa a copiar os documentos legais incessantemente, com uma "*incessant industry*". Mas, no momento em que demandam que ele leia a cópia dos escreventes, ele emite pela primeira vez a enigmática fórmula: "*I would prefer not to*" ("preferiria não"). E logo após, quando ele deveria checar a cópia do documento legal com o original, novamente ele diz: "*I would prefer not to*". A partir de então, essa fórmula é repetida inúmeras vezes, até que Bartleby desista de vez de copiar, e ainda após essa desistência a fórmula germina e prolifera no romance, como nos diz Deleuze em seu comentário.<sup>15</sup> Ainda sem adentrarmos propriamente na interpretação de Agamben, poderíamos pensar que esse "parar de copiar" não é um não fazer, mas sim um fazer que desfaz o nexo entre origem (os documentos legais originais) e cópia (a cópia dos documentos originais), já que na cópia o original estaria sendo mantido em suspenso como seu elemento negativo constitutivo, incluído e ao mesmo tempo excluído, pois a cópia não é o original.

<sup>13</sup> MELLVILLE, H. *Bartleby, the Scrivener*, The Norton Anthology of American Literature, volume 1. New York: W.W. Norton & Company, 2013, p. 1108.

<sup>14</sup> Minha tradução.

<sup>15</sup> DELEUZE, G. "Bartleby, ou a fórmula", *Crítica e Clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2011.



Parece ser justamente esse parar de copiar a partir da fórmula "*I would prefer not to*" que interessa aqui a Agamben.

De fato, a relação entre origem e cópia, que pode ser pensada a partir do conto de Melville, parece servir de referência para Agamben em seu comentário. Por isso, e não por acaso, a primeira parte do livro *Bartleby, ou da contingência* de Agamben se chama "O escriba, ou da criação", e será em uma terceira seção dessa primeira parte que Agamben comentará determinados tratados cabalísticos sobre a criação do mundo, compostos por Abraão Abulafia em Messina, entre 1280 e 1290. O que parece conter de importante nesses tratados, trazidos ao público somente no século XX por Moshe Idel e Gerschom Scholem, para Agamben, é uma concepção da criação divina como um ato de escritura, "no qual as letras representam, por assim dizer, o veículo material por meio do qual o verbo criador de Deus – assimilado a um escriba que move a sua pena – incorpora-se às coisas criadas".<sup>16</sup> E Agamben, por meio de uma citação dos tratados cabalísticos de Abulafia, destacará que "o segredo que está na origem da multidão das criaturas é a letra do alfabeto e toda letra é um signo que se refere à criação".<sup>17</sup>

Para além da discussão central desse livro de Agamben – que é aquela da pura potência do pensamento travada em um diálogo direto com Aristóteles e seus leitores, dentre eles o pouco conhecido autor dos acima citados tratados cabalísticos – o que essa concepção de uma criação divina como escritura, em que a letra aparece como o que está na origem da multidão das criaturas, pode nos trazer é justamente uma relação de exclusão-inclusiva ou inclusão-exclusiva entre letra e escritura. Isso quer dizer que a letra como elemento originário da escritura deve ser mantida em suspensão, suspensão que é ao mesmo tempo e imediatamente uma inclusão, para que a escritura possa significar. Em analogia, tanto na leitura quanto na escrita, para apreender o sentido do escrito ou do lido deve-se abstrair, uma abstração na maneira de uma inclusão, do substrato material do escrito: a letra. Então, o que significa a letra?

Ainda nesse terceiro item dessa primeira seção, intitulada "O escriba, ou da criação", Agamben citará outro autor pouco conhecido para a história da filosofia ocidental, Ibn-Arabi, e sua possível resposta para a pergunta acerca do que significa a letra. No segundo capítulo do livro *As iluminações de Meca*, capítulo dedicado à "ciência das letras", ciência que assinala, segundo Agamben, a passagem do inexprimível para o exprimível, no processo do

---

<sup>16</sup> AGAMBEN, *Bartleby, ou da contingência*, p. 15.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 15.

conhecimento, e a passagem da potência ao ato, no processo da criação, Ibn-Arabi definirá a "existência, o ser puro, que para os escolásticos é simplesmente o inefável", como "uma letra da qual tu és o sentido".<sup>18</sup> Se a letra, como origem da escritura ou da criação, é pensada como um inefável, como um indizível, sabemos que Bartleby, o escriturário que não escreve, renuncia tanto à letra quanto à escritura. O parar de copiar de Bartleby pode ser entendido, então, como um desenlace entre origem e cópia, letra e escritura, inexprimível e exprimível, potência e ato. E também por isso Agamben chegará a afirmar que não a escrita - que se mantém em relação com a letra na maneira de uma exclusão-inclusiva - mas sim "a cândida folha, é o que a filosofia não quer de nenhuma maneira esquecer".<sup>19</sup>

Será justamente nesse sentido que na última seção da última parte de seu livro, intitulada "O experimento, ou da descrição", Agamben recusará a interpretação do homem da lei no conto de Melville acerca do enigma de Bartleby. Ao recusar a explicação psicologizante do homem da lei de que Bartleby teria levado ao extremo sua inata e estranha disposição e de que seu comportamento e sua insensata fórmula poderiam ser explicáveis pelo fato de ter trabalhado no *Dead letters office* de Washington (Departamento das Cartas Mortas), Agamben interroga mais precisamente "o nexos particular que une as 'cartas mortas' à fórmula de Bartleby".<sup>20</sup> As cartas mortas, cartas que nunca foram entregues aos seus destinatários, destinadas porém indistináveis, também podem ser pensadas como letras mortas, pois tanto a palavra inglesa *letter* quanto a palavra italiana *lettera*, podem significar tanto carta quanto letra. Assim, se a letra é a origem, incluída a partir de uma suspensão, da escritura, a letra será sempre morta, apontará sempre para uma negatividade constitutiva, e por isso o parar de copiar de Bartleby aponta para uma ultrapassagem tanto da escritura quanto da letra.<sup>21</sup> Por isso, também, Agamben fala nessa terceira seção de um experimento de descrição, no lugar de uma recriação, ou no lugar de uma cópia eterna da escritura, em que a letra permaneça como elemento negativo constitutivo da escritura. Mas, e essa é a nossa

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 20. Mais adiante chegaremos ao esclarecimento dessa "cândida folha", nas palavras de Agamben, que a filosofia não quer esquecer.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>21</sup> E será por esse motivo que Agamben fará um apontamento a ser desdobrado em sua obra posterior, sobretudo na tetralogia *Homo Sacer*: a possibilidade de uma comunidade para além da lei. Pois como nos diz Agamben, a frase que Melville pôs na boca do homem da lei acerca de tais cartas, "*on errands of life, these letters speed to death*", seria uma camuflagem da passagem em Romanos 7,10 que diz "*and the commandment, which was ordained to life, I found to be unto death*". Para Agamben, no texto paulino o *commandment*, o mandamento, seria aquele da lei, da qual o cristão foi libertado, como se pode ler em outra passagem "*the letter killth, but the spirit giveth birth*". Assim, em diversos apontamentos que também serão desdobrados em *O tempo que resta*, Agamben afirmará que "não apenas a relação entre Bartleby e o homem da lei adquire novo sentido, mas também aquela entre Bartleby e a escritura. Bartleby é um *law-copist*, um escriba em sentido evangélico, e o seu renunciar à cópia é também um renunciar à lei, um liberar-se da antiguidade da letra". *Ibidem*, p. 51.

questão aqui, como poderíamos pensar um experimento de descrição em termos de linguagem? Se Agamben fala de um experimento, será que esse experimento nos reenviaria ao início de nossa jornada, quando falamos em um *experimentum linguae*? Essas questões nos levarão certamente à análise da fórmula de Bartleby e de seus efeitos na linguagem.

### 3. A fórmula, ou da linguagem

Entre "O escriba, ou da criação" e "O experimento, ou da descrição", primeira e última seções do texto de Agamben, será em "A fórmula, ou da potência" que encontraremos uma análise minuciosa da fórmula de Bartleby. Agamben iniciará essa seção novamente apontando para a imagem da folha em branco, pois com seu "preferiria não" Bartleby se encontraria obstinadamente, entre a letra e a escritura, "no abismo da possibilidade, sem deletar a menor pretensão de sair".<sup>22</sup> O que nos interessa aqui, porém, é que a fórmula "preferiria não" parece produzir um uso não comunicativo da linguagem e, por isso, parece apontar para o que, alguns anos antes, Agamben chamou de *experimentum linguae* em seu prefácio póstumo de *Infância e História*.

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 26 Em linhas gerais, a folha em branco pode ser pensada aqui como uma potência absoluta, localizada no limiar entre potência de sim e potência de não. Pois Bartleby não permanece em uma potência negativa anterior ao ato, mas aponta para o que Agamben chama de uma potência mais perfeita, a pura potência do pensamento. A potência absoluta seria aquela, por exemplo, de um tocador de flauta no momento em que ele não toca, ou a de, no caso de Bartleby, um escrevente no momento em que ele não escreve. Assim, segundo a interpretação de Agamben, Bartleby, ao renunciar à escrita, faz a experiência da potência mais absoluta, faz a experiência da potência mais própria já que pode escrever tanto quanto pode não escrever. Nesse sentido, Agamben dirá que "o preferiria não" de Bartleby localiza-lhe no âmbito do poder para além do querer ou do dever, pois "ele conseguiu poder (e não poder) sem, em absoluto, querê-lo. Daí a irredutibilidade do seu 'preferiria não'. Não é que ele não queira copiar ou que queira não deixar o escritório - apenas preferiria não fazê-lo. A fórmula, tão meticulosamente repetida, destrói toda possibilidade de construir uma relação entre poder e querer (...). Ela é a fórmula da potência". *Ibidem*, p. 27. Essa proposição de Agamben é, na realidade, a conclusão de toda sua discussão acerca da potência travada desde o início do texto. Se Agamben abre seu *Bartleby, ou da contingência* fazendo uma alusão ao verbete de um léxico bizantino intitulado Suda que define Aristóteles como "o escriba da natureza, que molha a pena no pensamento", ele o fará para chamar atenção para o fato de que o *nous* é comparado a um tinteiro em que o filósofo molha a própria pena. A partir de então Agamben afirmará que a concepção do pensamento como um ato de escritura proveria, em realidade, de uma passagem do terceiro livro do *De anima* de Aristóteles em que o autor compara o *nous*, o intelecto ou o pensamento em potência, a uma tabuleta para escrever sobre a qual nada está escrito ainda. Assim, se um dos métodos de escrita consistia em uma tabuleta para escrever coberta por uma cera sobre a qual o estilete grava os caracteres, e se a natureza do pensamento em potência e o modo de sua passagem ao ato foram comparados a essa tabuleta, Agamben dirá que, na realidade, não a tabuleta para escrever, mas sim a cera por cima desta poderia ser comparada à pura potência do pensamento. Pois, "o pensamento existe como uma potência de pensar e de não pensar, como uma tabuleta encerrada sobre a qual nada ainda está escrito". *Ibidem*, p. 14. É justamente nesse sentido que Bartleby, o escrevente que cessa sua escritura, ocupa o limiar entre letra e escritura e aponta para a experiência da potência do pensamento representada no texto de Agamben tanto pela cera sensível da tabuleta de escrever quanto pela folha branca na qual nada ainda está escrito.

Nesse sentido, será a partir do comentário de Deleuze ao *Bartleby, the scrivener* de Melville, que Agamben apontará para a agramaticalidade da fórmula "*I would prefer not to*" e a aproximará, assim como o faz Deleuze, de outras expressões agramaticais como a expressão "*j'en ai un de pas assez*" ("tenho um de não suficiente") e "*he danced his did*" ("ele dançou seu pôs")<sup>23</sup> em Cummings. Agamben dirá, com Deleuze, que assim como as expressões acima, a fórmula de Bartleby produz uma dificuldade para a comunicação, mas que, mais que isso, ela desconecta as palavras e as coisas, as palavras e as ações, os atos linguísticos e as palavras: "ela suprime a linguagem de toda referência, segundo a vocação absoluta de Bartleby, ser um homem sem referência, aquele que surge e desaparece, sem referência nem a si nem a outro".<sup>24</sup> A fórmula abriria assim uma zona de indiscernibilidade entre o sim e o não, entre o aceitar e o recusar, o preferível e o não preferido, de forma que o "*to*" que a conclui se absolutizasse até perder toda referência, "voltando-se, por assim dizer, sobre a própria frase: anáfora absoluta, que gira sobre si mesma, sem se remeter mais nem a um objeto real nem a um termo anaforizado (*I would prefer not to prefer not to...*)".<sup>25</sup>

Ao apontar para esse duplo caráter da fórmula, de ser tanto sem referencial quanto uma anáfora absoluta, Agamben parece dizer que a fórmula não tem em vista a comunicação de algo, por meio de si mesma, mas que comunica a própria comunicabilidade da linguagem, o próprio fato de que há linguagem. Ela não funciona como um meio para determinados fins, tais como a comunicação, a referência à coisa, mas parece ser um meio em si mesma. Por isso o "*to*" que a conclui parece remetê-la para algo da ordem do indecível: nessa fórmula, poderíamos dizer, é a linguagem que comunica a si mesma.

Será nesse sentido que Agamben, à procura de uma possível proveniência na história da filosofia para a fórmula de Bartleby, aproximá-lo-á do "*ou mállon*", o "não mais" com o qual os cétricos exprimiam o que Agamben chama de seu *páthos* mais próprio: a *epoché*, o estar suspenso. Para Agamben, por intermédio de Diógenes Laércio, Pirro e Sexto Empírico, o "não mais" não é um mero comparativo, mas possui um particular estatuto autorreferencial, pois como nos diz este último, "assim como a proposição 'todo discurso é falso' diz que, ao mesmo tempo que outras proposições, também ela é falsa, do mesmo modo a fórmula 'não mais' diz que ela mesma é mais que não é...".<sup>26</sup> Assim, tanto o "não mais" dos cétricos quanto o "preferiria não" de Bartleby, para Agamben, apontam para um limiar, na maneira de uma

<sup>23</sup> Optei por fazer traduções literais das frases, a fim de mostrar a agramaticalidade a qual Agamben se refere.

<sup>24</sup> AGAMBEN, *Bartleby, ou da contingência*, p. 28, 29.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 30.

suspensão, entre consentir e refutar, afirmar e negar, aceitar e recusar, colocar e retirar. Ademais, à procura de uma outra via de aproximação entre o "não mais" e o "preferiria não", Agamben se deparará com a seguinte citação de Sexto Empírico: "e eis a coisa mais importante: no enunciado dessa expressão o cético diz o fenômeno e anuncia o *pathos* sem opinião alguma [*apaggelleu to pathos adoxatos*]". Em busca do que significaria a expressão *pathos apaggellei*, segundo Agamben também constitutiva do léxico cético, ele esclarecerá em uma passagem bastante importante que

*Aggello*, *apaggello* são os verbos que exprimem a função do *aggelos*, do mensageiro, que simplesmente leva uma mensagem sem lhe acrescentar nada ou que declara performativamente um evento (...). O cético não se limita a opor a afasia à *phasis*, o silêncio ao discurso, mas desloca a linguagem, do registro da proposição, que predica algo de algo (*legen ti kata tinos*), para aquele do anúncio, que não predica nada de nada. Mantendo-se na *epoché* do 'não mais', a linguagem faz-se anjo do fenômeno, puro anúncio da sua paixão. Como precisa o advérbio *adoxastós*, paixão não indica aqui nada de subjetivo; o *pathos* é purificado de toda *doxa*, de toda aparência subjetiva, é puro anúncio do aparecer, intimação do ser sem nenhum predicado".<sup>27</sup>

Assim, se a fórmula de Bartleby se aproxima da dos céticos, e se ambos, a partir dessa aproximação, não se limitam a opor a afasia à *phasis* e nem o silêncio ao discurso, mas deslocam a linguagem do registro da proposição para aquele do anúncio, seria Bartleby um mensageiro, um *aggelos*, daquele *experimentum linguae* com o qual abrimos o presente artigo? Se no prefácio de *Infância e História* Agamben está à procura de um experimento com a linguagem que não seja nem meramente a impossibilidade de dizer e nem uma fala comprometida com seu elemento negativo constitutivo, mas sim uma experiência da própria "faculdade" ou potência de falar, Bartleby não seria justamente o mensageiro dessa experiência? Mas, como mensageiro, sabemos que Bartleby, ex-funcionário do *Dead letters office*, ignora o conteúdo das cartas/letras que lhes foram confiadas, pois essas *letters* são sempre letras mortas, destinadas, porém indistináveis. Pois, justamente por isso, o que a fórmula de Bartleby anuncia é o puro anúncio da linguagem, o puro anúncio do aparecer da linguagem, é aquela "puríssima eliminação do indizível da linguagem" a qual Walter Benjamin se refere<sup>28</sup> e a qual Agamben parece herdar como tarefa.

---

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>28</sup> Em *Bartleby, a escrita da potência*, o que a fórmula de Bartleby anuncia é uma experiência da pura potência que deve ser pensada tanto em relação com o *Dasein* heideggeriano, quando Heidegger "substitui o eu psicossomático por um ser vazio e inessencial, que é apenas seus modos de ser e tem possibilidade apenas no impossível" (quando se depara com a possibilidade da impossibilidade da morte), quanto com Rimbaud quando este diz "eu é um outro", e com tantos outros citados por Agamben. Cf. *Ibidem*, p. 36. Se a fórmula de Bartleby

#### 4. O tagarelar, a culpa e o indizível: de Walter Benjamin a Giorgio Agamben

Em uma carta datada de junho de 1916, mesmo ano em que Benjamin escreve seu hermético ensaio "Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem", Benjamin recusa o convite de Martin Buber para participar da revista sionista *Der Jude*. Essa recusa se dá porque Benjamin se opõe tão radicalmente a uma concepção da linguagem como um meio para obtenção de fins que não pode consentir sua participação em uma revista a qual pretende fazer justamente esse uso da linguagem, a de ser um instrumento para o ato político. Ao contrário, Benjamin dirá que "eliminar o indizível de nossa linguagem até torná-la pura como um cristal é a maneira que nos é dada e que é a mais acessível para agir no interior da linguagem, e nesse sentido, por ela".<sup>29</sup>

Mas, o que seria essa "eliminação do indizível de nossa linguagem até torná-la pura como um cristal"? Para entendermos bem a necessidade da proposta benjaminiana, tão cara a Agamben, teremos agora que cotejar alguns elementos do ensaio juvenil de Walter Benjamin, seu "Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem". Nesse ensaio, Walter Benjamin concebe a linguagem de uma maneira bastante abrangente. Essa abrangência pode ser assinalada pelo próprio termo alemão, "*Sprache*", que, similar ao termo grego "*lógos*", significa ao mesmo tempo razão e discurso. Assim, será por intermédio de uma releitura do Gênesis bíblico que, nesse ensaio, o filósofo decomporá a linguagem em dois planos: o *Médium* da linguagem, e o meio (*Mittel*) da linguagem.

Ao *Médium* da linguagem corresponde a linguagem paradisíaca anterior à queda, produzida pela obtenção do fruto proibido da árvore do conhecimento do bem e do mal. Essa linguagem, a linguagem com a qual deus teria criado o mundo, e da qual Adão participa ao nomear o mundo – de acordo com a segunda criação do mundo narrada no Gênesis da bíblia judaica –, é caracterizada como um meio em si mesma, ou seja, como uma comunicabilidade pura e simples, como a esfera na qual o que se comunica é a própria linguagem, o fato de que

---

anuncia nesse texto uma experiência de pura potência, nossa proposta foi pensá-la, a fórmula, em termos de linguagem.

<sup>29</sup> BENJAMIN, P. *Correspondances I, Correspondances I, (1910-1928)*. Trad. PETITDEMANGE, Guy. Paris: Éditions Aubier-Montaigne, 1979, p. 117.

a linguagem é. É nesse sentido que, segundo Benjamin, podemos compreender a frase de abertura do Gênesis bíblico: "e no princípio era o *lógos*".

Nesse sentido, é no nome, esse *Médium* da linguagem, essa esfera transcendental na qual ainda não há sujeito ou objeto da linguagem, que o conflito entre expresso e exprimível e inexpresso e inexprimível, comum a toda configuração linguística, não se dá. No nome, a linguagem é sua pura expressão e não conhece o inexprimível, assim como o conceito de revelação (*Offenbarung*), na esfera da religião, não conhece o inexprimível. Aqui, portanto, poderíamos indagar: teria sido justamente para essa esfera da linguagem que a fórmula de Bartleby nos encaminhou, já que ela, assim como o "não mais" dos céticos, anuncia um puro anúncio do aparecer da linguagem purificado de toda aparência subjetiva? Na continuação do "Sobre a linguagem" de Benjamin e em uma aproximação com o Bartleby de Agamben veremos que Bartleby não permanece nem na esfera da linguagem como *Médium* e nem na esfera da linguagem como *Mittel*.

Importante para nós agora é o fato de que é justamente dessa esfera dos puros nomes que o homem se distancia ao provar do fruto proibido da árvore do conhecimento do bem e do mal. Assim, a queda do paraíso representa, para o homem, o afastamento da língua paradisíaca, a língua do conhecimento perfeito, em direção a um conhecimento "nulo", exterior: "o saber sobre o que é bom e o que é mau não tem a ver com o nome, é um conhecimento exterior, a imitação não criativa da palavra criadora".<sup>30</sup> Se o nome conhecia imediatamente as coisas por intermédio da palavra divina, a partir do pecado original a linguagem torna-se abstrata, torna-se mero signo, de onde mais tarde virá a pluralidade das línguas.

Agora, "a palavra deve comunicar [*Mitteilein*] alguma coisa (fora de si mesma). Esse é realmente o pecado original do espírito linguístico".<sup>31</sup> De imediata, de puro *Médium*, a palavra torna-se agora mediada, um meio para a comunicação de certos conteúdos, um instrumento da troca intersubjetiva. Por isso, nesse ensaio de 1916, Benjamin aproxima a linguagem abstrata, a linguagem como meio para comunicação de fins exteriores a ela mesma, a linguagem decaída dos juízos, à imagem da tagarelice (*Geschwätz*). Assim, ele diz:

O conhecimento do bem e do mal é - no sentido profundo em que Kierkegaard entende este termo - uma "tagarelice" [*Geschwätz*], e este só conhece uma purificação e uma elevação (a que também foi submetido o

---

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 67.

homem tagarela [*Geschwätzige Mensch*], o pecador): o tribunal. Realmente, para a palavra que julga, o conhecimento do bem e do mal é imediato. Sua magia é diferente da magia do nome, mas é igualmente magia. Essa palavra que julga expulsa os primeiros homens do paraíso; eles mesmos a incitaram, em conformidade com uma lei eterna segundo a qual essa palavra que julga pune seu próprio despertar como a única, a mais profunda culpa - e é isso que ela espera (...). A imediatidade [*Unmittelbarkeit*] [...] da comunicabilidade própria à abstração reside no julgamento [*richterlichen Urteil*]. Essa imediatidade na comunicação da abstração instalou-se como judicante quando o homem, pela queda, abandonou a imediatidade na comunicação do concreto, isto é, o nome, e caiu no abismo da comunicabilidade [*Mittelbarkeit*] de toda comunicação [*Mitteilung*], da palavra como meio [*Mittel*], da palavra vazia [*wortleerheit*], no abismo da tagarelice. A pergunta sobre o bem e o mal no mundo depois da criação foi tagarelice. A árvore do conhecimento não estava no jardim de Deus pelas informações que eventualmente pudesse fornecer sobre o bem e o mal, mas sim como símbolo distintivo da sentença [*Gericht*] sobre aquele que pergunta. Essa monstruosa ironia é o sinal distintivo da origem mítica do direito.<sup>32</sup>

Nesse sentido, segundo uma possível interpretação agambeniana, a linguagem humana, a palavra humana, mantém relação com um vazio de informação, já que, como nos diz Benjamin, a árvore do conhecimento não estava no jardim do Éden pelas informações que pudesse fornecer, mas como símbolo distintivo da sentença sobre aquele que pergunta. Por isso, a palavra humana, a palavra que julga, pune seu próprio despertar como a mais profunda culpa – a culpa (*schuld*), a dívida, o estar em débito com o vazio de significado, a partir do qual toda a significação pode surgir, que é também um estar em débito com a linguagem paradisíaca, com o *Médium* da linguagem, contra a qual se pecou. Também por isso a discursividade humana é caracterizada aqui como um tagarelar, pois o tagarelar pode nos remeter justamente à imagem de uma discursividade infinda que, no entanto, não diz nada, motivo pelo qual Benjamin a chama de palavra vazia, já que sempre se mantém em relação com o vazio de significado, com o indizível. Daí provém sua ironia.

Será justamente nesse sentido que Agamben, em um texto intitulado "A ideia da linguagem" encontrado na coletânea de ensaios e conferências no livro *A potência do pensamento*, apresentará o conceito de revelação a partir da tradição teológica judaico-cristã em sua determinação negativa. Em ambos os casos, a tradição teológica judaico-cristã concebeu a revelação como qualquer coisa que a razão humana não pode conhecer por ela mesma: "o conteúdo da revelação não é uma verdade exprimível sob a forma de proposições

---

<sup>32</sup> BENJAMIN. "Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem", p.67 - 69. Tradução levemente modificada. "*Über Sprache überhaupt und über die Sprache des Menschen*", in: *GS*, II - 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1991, p. 150 - 154.



linguísticas relativas a isso que é [...] mas, mais ainda, uma verdade relativa à linguagem ela mesma, ao fato de que a linguagem é".<sup>33</sup> Isso quer dizer que o humano que fala, na medida em fala, mantém-se em relação com essa esfera imediata da linguagem, na maneira de uma culpabilidade, seguindo os apontamentos de Benjamin em seu ensaio "Sobre a linguagem". Isso porque a esfera da revelação certamente não nos remete somente a uma esfera anterior à linguagem humana, seguindo a narrativa do Gênesis bíblico, mas, tanto para Benjamin quanto para Agamben, ela deve ser pensada como uma metáfora para uma experiência com a linguagem. Por isso Agamben dirá que o sentido da revelação consiste em mostrar que toda palavra e que todo conhecimento humano encontram sua origem e seu fundamento em uma abertura que os transcende infinitamente, "mas ao mesmo tempo, essa abertura não concerne outra coisa que não a linguagem ela mesma, sua possibilidade e sua existência".<sup>34</sup>

Essa abertura, esse "puro acontecimento de linguagem além e aquém de toda significação particular",<sup>35</sup> como Agamben a define, é exemplificada a partir de uma obscura referência a Gaunilo, um lógico pouco conhecido para a história da filosofia, como o próprio Agamben admite. Gaunilo indicaria um puro ter lugar da linguagem, sem nenhum acontecimento de significação determinado, ao propor a experiência de um bárbaro que, diante de um discurso significante, compreendesse certamente que se trata de um acontecimento na linguagem, que há uma voz, mas que é incapaz de apreender o sentido do enunciado. Assim, o bárbaro diante dessa voz significante, porém que não significa, diz Gaunilo,

não pensa a própria voz, isto é, o som das sílabas e das letras, que é alguma coisa de algum modo verdadeira, mas antes o significado da voz ouvida; mas não da maneira como pensam os que sabem o que é habitual significar com aquela voz (e que a pensam, portanto, segundo a coisa [*secundum rem*], ainda que verdadeira apenas no pensamento), mas antes, como é pensado por quem não conhece seu significado e pensa apenas segundo o movimento da alma que procura representar o efeito da voz ouvida e seu significado.<sup>36</sup>

Experiência que não é mais aquela de um mero som, mas não é ainda aquela de uma significação, que corresponde ao *Médium* da linguagem do ensaio de 1916 de Benjamin, e que é chamada por Gaunilo de "pensamento da voz ela mesma", ela nos remete à voz como pura

---

<sup>33</sup> AGAMBEN, "A ideia da linguagem", *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Trad. Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 25.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>36</sup> AGAMBEN, "A ideia da linguagem", *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Trad. Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

indicação de um acontecimento na linguagem, ou ao nome divino, privado de qualquer significação. Segundo Agamben, nos termos da lógica contemporânea, se há essa experiência da revelação, se há uma metalinguagem, não se trata, entretanto, de um discurso significante, mas de uma pura voz insignificante. Para Agamben, no entanto, o discurso filosófico não pode ser meramente uma metalinguagem, ou seja, um discurso que tenha como tema a própria linguagem, justamente porque a voz não diz nada, mas somente se mostra, e nesse sentido, ela não poderia se tornar um tema do discurso. Ou seja, a discursividade humana estaria destinada a manter em suspenso esse "pensamento da voz ela mesma", ou a partir de Benjamin, o *Médium* da linguagem, como aquilo que não pode ser dito, como aquilo que não pode advir ao discurso, mas que na discursividade está virtualmente incluído. Por isso, em "Sobre a linguagem", Benjamin afirma que o homem falante é um tagarela, pois na medida em que fala e que comunica (*Mittel*) ele se mantém em uma relação de débito com o *Médium* da linguagem.

Também por isso Agamben se distanciará de uma interpretação corrente acerca da questão da linguagem em Benjamin a qual pensa o *Médium* da linguagem como uma tarefa infinita. Ao contrário, para Agamben, o *Médium* da linguagem, ou "o pensamento da voz ela mesma" como puro acontecimento na linguagem, se apresenta na discursividade humana como seu pressuposto, como seu elemento negativo, como o que jamais pode advir à fala. Por isso, em sua leitura particular de Walter Benjamin, Agamben dirá que

a verdadeira hermenêutica de um texto é para Benjamin o contrário do que é proposta pela hermenêutica contemporânea, pois se o intérprete presta atenção ao não dito e à infinidade do sentido, não é para os conservar, mas antes para os completar, para os fazer chegar ao fim.<sup>37</sup>

Por isso, podemos dizer que uma das tarefas da obra de Agamben é a de se dedicar à imagem do tribunal evocada por Benjamin em "Sobre a linguagem". Pois se a pergunta pelo bem e pelo mal foi uma tagarelice, como nos diz Benjamin, a redenção do homem tagarela, do pecador, do homem falante que ao falar mantém-se em uma relação de culpa ou débito com o *Médium* da linguagem, dar-se-ia no dia do juízo, no tribunal. Mas, o que seria uma fala livre de seu elemento negativo constitutivo, aqui pensado com Benjamin como o *Médium* da linguagem, e com Agamben, como um puro acontecimento na linguagem? Se a palavra humana, a palavra mediada, a palavra como meio (*Mittel*) mantém-se em relação com a

---

<sup>37</sup> AGAMBEN, "Língua e História, categorias linguísticas e categorias históricas no pensamento de Walter Benjamin", *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Trad. Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 43.

linguagem paradisíaca e imediata (*Médium*) na maneira de um estar em débito, como se poderia fazer para "des-operar" essa relação? Em oposição ao que Agamben chamou na citação acima de uma hermenêutica contemporânea, que parece manter-se em relação com o indizível na forma de um ideal,<sup>38</sup> com Benjamin, Agamben parece apontar para o que seria o fim dessa relação a partir de uma obscura noção que ele nomeia "a ideia da língua". Assim, Agamben nos diz que "a ideia da língua é a língua que já não pre-supõe qualquer língua e que, tendo consumido em si todo pré-suposto e todo nome, não tem verdadeiramente mais nada a dizer, mas, simplesmente, fala".<sup>39</sup>

##### 5. Limiar: não mais o inefável, por uma puríssima eliminação do indizível da linguagem

Sabemos que Bartleby, ex-funcionário do *Dead letters office*, é um *aggelos*, um mensageiro, mas um mensageiro que simplesmente leva uma mensagem sem lhe acrescentar nada: suas cartas são destinadas porém indesejáveis. Por isso, se a princípio parece que com sua frase "preferiria não", ele acessa o que Benjamin chamaria de *Médium* da linguagem – a esfera da linguagem em que a linguagem comunica sua comunicabilidade pura e simples e não mais comunica algo através de si mesma (*Mittel*) – sabemos, porém, que com a fórmula ele não se limita a opor a afasia à *phasis*, nem o silêncio ao discurso. Se parece, de fato, que a fórmula de Bartleby possui algum parentesco com o que Agamben chama de um "puro ter lugar da linguagem" e Benjamin chama de *Médium* da linguagem, o importante para nós é que as cartas que ele deveria entregar serão sempre cartas mortas, letras mortas. Por isso Bartleby, alheio ao que parece acessar, "não tem verdadeiramente mais nada a dizer, mas, simplesmente, fala".<sup>40</sup> Por isso, também, Agamben aproxima o experimento com a linguagem que Melville teria confiado a Bartleby a uma "proposição com que Wittgenstein, na

---

<sup>38</sup> "Tal atitude", nas palavras de Agamben, "(...) é hoje afirmada por uma corrente filosófica que, saída de uma interpretação do pensamento de Heidegger, ganhou, através do matrimônio com a tradição analítica anglo-saxônica, um lugar de relevo na *koine* acadêmica contemporânea". *Ibidem*, p. 42. Como representante da hermenêutica contemporânea Agamben cita, nesse texto, Gadamer. Para Agamben, Gadamer teria concebido a língua universal como um "ideal", no sentido de uma tarefa infinita, ao afirmar que "todo ato de fala, no ato de seu acontecimento, torna ao mesmo tempo presente o não dito a que ela, como resposta e remissão, se refere". *Ibidem*, p. 42. Assim, no ato de fala, o sujeito falante estaria em débito com o não dito, incluído apenas virtualmente em sua fala. É justamente contra uma tal concepção da linguagem que Agamben, com Benjamin, se põe.

<sup>39</sup> "Língua e História, categorias linguísticas e categorias históricas no pensamento de Walter Benjamin", *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Trad. Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 47.

<sup>40</sup> AGAMBEN, *Bartleby, ou da contingência*, p. 37.

conferência sobre a ética, exprime sua experiência ética por excelência: 'maravilho-me com o céu, esteja ele como estiver', ou ainda: 'estou a salvo, o que quer que aconteça'".<sup>41</sup>

No limiar entre *Médium* e *Mittel*, letra e escritura, origem e cópia, silêncio e discurso, língua e fala, *phoné* e *lógos*, inexprimível e exprimível, a fórmula de Bartleby aponta para uma experiência com a linguagem que não é nem aquela para a qual Heidegger, segundo Agamben, apontou – a experiência de uma insuficiência de nomes ou de um silêncio ativo – e nem aquela de uma fala que mantém como seu elemento negativo constitutivo um indizível. Nem entregue à mudez ou ao silêncio, e nem em débito com o que Agamben chama de poder pressuponente da linguagem, com o indizível que a linguagem deve pressupor para poder significar, Bartleby com seu "preferiria não" é uma das figuras para pensarmos essa obscura proposta benjaminiana de uma "puríssima eliminação do indizível na linguagem". Com seu "preferiria não", a fórmula de Bartleby marca uma indiferença entre o sim e o não, o aceitar e o recusar, o preferível e o não preferido, mas, por isso mesmo, nos aponta para a possibilidade de uma fala livre das danças em torno do inexplicável, como disse Agamben certa vez.<sup>42</sup> Sua fórmula, decididamente na morada infantil dos indecidíveis, nos remete agora diretamente ao *experimentum linguae* com o qual Agamben abre o prefácio póstumo de *Infância e História* e que permanece como a cera perdida de muitas de suas obras.

## Referências

AGAMBEN, G. "A ideia da linguagem". **A potência do pensamento**: ensaios e conferências. Trad. Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. **Bartleby, ou da contingência**. Trad. Vinícius Honesko. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. "Defesa de Kafka contra os seus intérpretes". In: **Ideia da Prosa**. trad. BARRENTO, João. Lisboa: Edições Cotovia, 1999.

\_\_\_\_\_. **Infância e História**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. "Língua e História, categorias linguísticas e categorias históricas no pensamento de Walter Benjamin". **A potência do pensamento**: ensaios e conferências. Trad. Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>42</sup> Cf. AGAMBEN, "Defesa de Kafka contra os seus intérpretes". *Ideia da Prosa*. trad. BARRENTO, João. Lisboa: Edições Cotovia, 1999, p 135, 136.

BENJAMIN, W. **Correspondances I (1910-1928)**. Trad. PETITDEMANGE, Guy. Paris: Éditions Aubier-Montaigne, 1979.

\_\_\_\_\_ "Notes pour faire suite au travail sur le langage [1915-1916]". **Walter Benjamin**: Cahier de l'herne. Ed. Patricia Lavelle. Paris : Éditions de L'herne, 2013.

\_\_\_\_\_ "Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem". In: **Escritos sobre mito linguagem**. Trad. Susana Kampff Lagges. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G. "Bartleby, ou a fórmula", **Crítica e Clínica**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2011.

DURANTAYE, L. **Giorgio Agamben: a critical introduction**. California: Stanford University Press, 2000.

MELVILLE, H. **Bartleby: the Scrivener**, The Norton Anthology of American Literature, volume 1. New York: W.W. Norton & Company, 2013.

Recebido em: 17 de novembro de 2015.

Aceito em: 28 de dezembro de 2015.

# TABULEIRO DE LETRAS

## **Pressupostos Semióticos na Análise do Discurso para o Estudo da Publicidade Contemporânea: As Contribuições e as Perspectivas para Pesquisas Futuras**

### **Semiotics assumptions in Discourse Analysis for the Study of Contemporary Advertising: The Contributions and Prospects for Further Research**

Fernanda Carrera<sup>1</sup>

#### **RESUMO:**

O diálogo entre Análise do Discurso e Semiótica no estudo da publicidade alcançou importantes resultados para o campo da pesquisa em comunicação. De forma complementar, essas duas disciplinas buscaram compreender o funcionamento discursivo e os possíveis efeitos de sentido que se materializavam em seus enunciados, na tentativa de desvelar motivações, intenções enunciativas e traços de influência contextual. Enquanto muitos recaem sobre perspectivas maniqueístas a respeito do discurso publicitário, outros entendem suas enunciações a partir de sua complexidade simbólica e situacional. Este trabalho, portanto, intenta percorrer os estudos prévios que adotaram esse diálogo como referencial metodológico, buscando propor novos olhares para a compreensão do discurso publicitário contemporâneo.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; Semiótica; Publicidade

#### **ABSTRACT:**

The dialogue between Discourse Analysis and Semiotics for the study of advertising achieved important results to the field of communication research. As a complement for each other, these two disciplines have sought to understand the discursive function and the possible effects of meaning that materialized in their statements in an attempt to uncover motivations, intentions and enunciative traces of contextual influence. While many fall on manichean perspectives on the advertising discourse, others understand their utterances from its symbolic and situational complexity. This paper therefore intends to do a course through previous studies that adopted this dialogue as a methodological framework, trying to propose new perspectives for the understanding of contemporary advertising discourse.

**Keywords:** Discourse Analysis; Semiotics; Advertising

#### Introdução

A interlocução entre Análise do Discurso e Semiótica, independentemente das suas vertentes, é uma realidade teórico-metodológica dos estudos da publicidade e de suas

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense – UFF. Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.

estratégias discursivas. No entanto, muitas análises propostas que foram amparadas por essas perspectivas tinham como objetivo a revelação de supostos sentidos ocultos, emaranhados em construções sógnicas materializadas em textos e imagens. Outras, no entanto, consideraram a complexidade inerente a esse gênero discursivo, deslocando-o do lugar de influenciador externo para a sua inserção no todo contextual da cultura, que condiciona e constrange as possibilidades de qualquer produção discursiva de uma época.

Nesse sentido, busca-se aqui um percurso teórico sobre tais concepções, entendendo que há necessidade de problematizações importantes visando ao entendimento da prática publicitária da atualidade.

### Semiótica e Publicidade: um diálogo teórico possível

Na ponta das análises que pressupõem um poder hiperbólico da publicidade, influenciador quase inevitável de comportamentos sociais, estão os trabalhos de Judith Williamson (1983) e Simone Formiga (2000). Nesses casos, está a percepção de uma força semiótica quase irresistível da publicidade sobre os indivíduos, moldando suas expectativas e apresentando-lhes soluções “mágicas” para a satisfação dos seus desejos. Williamson, em seu *Decoding Advertisements: Ideology and Meaning in Advertising*, parte de uma abordagem semiótica e evidentemente ideológica para investigar como os sentidos são criados no discurso publicitário, argumentando que as qualidades atribuídas aos produtos na verdade são estratégias de significação para, em movimentos intercambiáveis, os consumidores atribuírem essas qualidades a si mesmos (WILLIAMSON, 1983, p. 13). Em todo o percurso analítico, Williamson demonstra que a sua visão da publicidade é “fortemente influenciada pela sua oposição ideológica ao capitalismo mercadológico, colocando o discurso publicitário como um conjunto de esforços hostis; uma espécie de tentativa de controle mental” (EGOROVA, 2013, p. 9-10 – tradução nossa)<sup>2</sup>.

Já Formiga (2000), ao analisar o discurso publicitário e suas perspectivas a respeito do corpo feminino, acredita que a publicidade pode funcionar como um agente de enfeitiçamento, uma vez que ela “utiliza o efeito da ilusão e faz com que o espectador aceite que a compra do produto vai resolver os seus problemas. Ao produto é adicionado um “poder mágico” (FORMIGA, 2000, p. 3). Nesse sentido, ao atribuir ao corpo da mulher uma eterna

---

<sup>2</sup> “(...) is heavily influenced by her ideological opposition to market capitalism, which makes her view advertisement as an inherently hostile endeavor, a sort of attempt at mind control”.

imperfeição, a publicidade faz as consumidoras acreditarem constantemente que a cura dos seus defeitos está nos produtos anunciados, construindo um verdadeiro sistema monetário validado pela beleza feminina (BISOL, 2004, p. 17-18).

A despeito desses pontos de vista maniqueístas com relação à publicidade, é preciso deixar claro que o principal objetivo dos estudos de Análise do Discurso que dialogam com a Semiótica é perceber os enunciados por meio de análises predominantemente textuais e simbólicas, com vistas à compreensão dos signos e seus sentidos. Assim, embora não negligenciem os contextos, uma vez que eles são fundamentais para a construção da significação, esses trabalhos têm os enunciados, contrariando os princípios da Pragmática, como o centro de suas empreitadas analíticas. Um dos trabalhos expoentes dessa linha de pensamento é *A Semiologia dos Discursos da Publicidade*, de Ana Elizabeth Félix (2006). Segundo a autora, os signos nos enunciados publicitários podem ser considerados como hipertextos, por meio dos quais se é possível chegar a diversos níveis, tanto semânticos quanto referenciais:

O universo semiótico em que nos movemos está saturado de signos, repletos de significados, em permanente transformação. Cada signo, tal qual um hipertexto, interage com vários outros, provocando e sofrendo transformações. Nenhum signo é um vazio semântico ou algo estático de significância permanente. A imagem elaborada de um objeto está ligada à mensagem que se percebe desse mesmo objeto, que tem a funcionalidade de um signo. Trata-se de um processo contínuo, de mão dupla, em que a imagem é constituída pelo olhar catalisador do sujeito enunciador / observador, que, por sua vez, é informado pela imagem do objeto que esse olhar, ao focá-la significativamente, transformou-a. Esta imagem/mensagem, organizada sob a forma de discurso (verbal e não verbal), sobre o objeto, pode ser emitida por tudo o quanto se faça signo, como resultado de um entrecruzamento de outras imagens, mensagens e discursos (...) (FÉLIX, 2006, p. 19).

Para os estudos semiológicos da publicidade, portanto, é fundamental perceber os signos em suas diversas manifestações, desconstruindo os sentidos das imagens, sons, movimentos e elementos textuais. A respeito da imagem na publicidade, Nöth (2011), com base nos pressupostos de Peirce (2005), ainda alerta para a possibilidade sógnica dos elementos imateriais. Ou seja, uma ideia, um pensamento ou uma imagem mental também podem ser signos. Assim, “The visual sign refers back to previously seen visual perceptions (its object) and it causes an interpretation, a reaction, a new thought, or mental image as its



interpretant” (NÖTH, 2011, p. 8)<sup>3</sup>. Nesse jogo de referentes e interpretantes, a publicidade deve ser estudada como um discurso repleto de artifícios sgnicos para a construção do seu ideal comunicativo.

Entender, por esse prisma, a publicidade como um processo comunicativo sujeito a análises semióticas, de acordo com Santaella (2005), é percebê-la a partir de suas três faces: a primeira é a face da significação, que se refere às suas propriedades internas, suas particularidades contextuais e a generalidade da sua mensagem. A segunda face é da referência, que diz respeito ao poder sugestivo, metafórico da mensagem; o poder denotativo de indicação de exterioridade; e sua capacidade de representação de ideias culturais. Por último, a terceira face é aquela que possibilita o exame dos efeitos de sentido: emocionais, reativos (comportamentais) ou mentais, que levam à reflexão (SANTAELLA, 2005, p. 59-60). A partir desse modelo semiológico, portanto, é possível compreender enunciados publicitários em toda a sua complexidade.

O trabalho de Clotilde Perez (2007), cujo tema versa sobre a gestão semiótica da marca, percebe a publicidade a partir desse complexo sistema de significação, que tem a função de construir e sustentar o conjunto identitário do signo da marca e permitir a geração estratégica da imagem da empresa. Ao reiterar a exposição da marca em seus discursos, a publicidade permite uma associação de sentidos entre símbolo e imagem; entre relações e iconicidade:

Uma das funções da publicidade é fazer com que as marcas se repliquem nas mentes, conquistando um lugar específico e distintivo. É por isso que percebemos que alguns arquétipos publicitários fazem tanto “sentido” no cenário brasileiro: humor, sedução e ludicidade são caminhos publicitários bem-sucedidos por tocarem em valores arraigados à nossa cultura: descontração, alegria, emoção, calor, bom-humor entre outros (PEREZ, 2007, p. 2).

Em consonância com essa perspectiva, Eneus Trindade (2009) buscou perceber a aplicação dos preceitos teóricos metodológicos da semiótica para a análise da publicidade de alimentos. Segundo o autor, a publicidade exerce um papel fundamental na criação de significados culturais para os alimentos, favorecendo o consumo e colocando-os como espetáculo estético do prazer de saborear. Assim, é possível, por meio desse processo sgnico do discurso publicitário massificado, comer de forma significada, colecionando marcas que

---

<sup>3</sup> “O signo visual remete a percepções visuais vistas anteriormente (seu objeto), e causa uma interpretação, uma reação, um novo pensamento, ou uma imagem mental como seu interpretante” (tradução nossa).

“dizem o que somos pelo que comemos, em termos do status social ao qual pertencemos, ou ao qual queremos pertencer. Esses aspectos ficam em uma dimensão simbólica superior à dimensão nutritiva” (TRINDADE, 2009, p. 33).

De forma igualmente específica, outros autores – a exemplo de Peverini, 2014; Freire, 2014; Callier, 2014, Semprini, 1995; Hellin et al., 2011 – buscaram realizar análises semiológicas de discursos publicitários e de seus elementos constituintes. No entanto, embora tenham estudado a publicidade sob o viés da semiótica, vale ressaltar, a maioria dos estudos busca aliar seus princípios a um ideal transdisciplinar da análise, assimilando conceitos relevantes para a compreensão do discurso publicitário. Callier (2014), por exemplo, tentou perceber de que forma o conceito de classe é usado como recurso semiótico na publicidade, examinando criticamente, também a partir da Análise do Discurso, a representação das identidades sociais e o uso de estereótipos. De acordo com o autor, algumas formas de dominação implicadas na lógica consumista dos anúncios são escondidas sob signos narrativos de distração. De uma maneira geral, a hipótese trabalhada é a de que “social identity and inequality are, in this way, appropriated as semiotic means to commercial ends” (CALLIER, 2014, p. 596)<sup>4</sup>.

Na busca por compreender também o percurso narrativo da publicidade e todas as suas nuances, Hellin et al. (2011) aliam os pressupostos da sociosemiótica de Landowski (1992) aos estudos dos vínculos de sentido nos contextos de consumo, de McCracken (2003). De acordo com esses autores, o discurso publicitário empreende uma tensão entre a promessa de permanência – materializada como fidelidade do consumidor à marca – e a fugacidade inerente ao contexto atual, que impele a efemeridade nas relações contemporâneas. Ao compreenderem, portanto, como são realizados os processos de significação das marcas a partir dos referenciais de compra, uso e posse na representação publicitária, perceberam que a performance discursiva da marca é envolta em dinamicidade e expressão, dependendo diretamente do conjunto de anúncios expostos em seus diversos suportes de publicização (HELLIN et al., 2011).

No que tange às marcas, a contribuição de Semprini, com o *El Marketing de la Marca: una aproximacion semiótica*, de 1995, trouxe importantes questionamentos acerca do modo de compreender os fenômenos marcários a partir de seus entornos socioeconômicos e de sua construção signíca interna. Logo, ao analisar a identidade da marca, sua composição e

---

<sup>4</sup> “identidade social e desigualdade são, dessa forma, apropriadas como artifícios semióticos para fins comerciais (tradução nossa)

funcionamento, o autor termina examinando o discurso da Benetton e localizando seus enunciados na especificidade do contexto sociocultural e interativo vigente. Com o estudo, Semprini (1995) buscou adicionalmente fomentar uma crítica aos estudos de marketing tradicionais, que não propuseram uma real teoria da marca, alertando que “la marca moderna no pertenece al mundo del comercio sino al de lacomunicación” (SEMPRINI, 1995, p. 19)<sup>5</sup>.

Outros dois estudos contribuíram para os estudos semióticos dos discursos da publicidade: a análise da representação discursiva de questões ambientais nas campanhas publicitárias, de Paolo Peverini (2014), e o estudo de valores de opulência em anúncios de marca de luxo, de Freire (2014). Ambos os trabalhos buscaram aplicar uma análise semiótica à construção de sentidos desses conceitos nos discursos das marcas, percebendo que muitos elementos discursivos, utilizados como recursos retóricos e sígnicos, são geralmente negligenciados pelos estudos da publicidade. No caso de Freire, a análise revelou que subsídios artísticos e partículas imagéticas formatadas para compor símbolos visuais de requinte e exclusividade são importantes recursos semióticos para a produção desse ideal de marca luxuosa. Segundo o autor, são esses elementos, exaltados na publicidade, que estimulam o desejo e a ideia de sonho que tais produtos parecem representar (FREIRE, 2014).

Já Peverini (2014) busca provar, em sua análise de “campanhas sociais não-convencionais”, que esse tipo de publicidade a qual aborda questões do meio ambiente não é meramente um subgênero da linguagem publicitária, e que a eficácia da estratégia comunicacional desses anúncios depende de uma “autonomia semiótica” que empreende recursos enunciativos diferenciados (PEVERINI, 2014, p. 220). Segundo o autor, um desses recursos é a proposta de não-interrupção do entretenimento ou da informação, que são expostos ao consumidor, apresentando-se como mais uma opção de recreação (um exemplo são as estratégias de marketing de guerrilha e de vídeos virais). Nessa ótica, o objetivo final do percurso semiótico envolvido nessas campanhas é repensar “the balance between ends and means, share the pleasure of reading a text with a wider audience, and actively participate in the development of the story that recounts its unpredictable social circulation” (PEVERINI, 2014, p. 244)<sup>6</sup>.

Também os trabalhos de Guilherme Atem podem ser inseridos no grupo de pesquisas que buscam unir a semiótica à Análise do Discurso, na tentativa de entender os mecanismos

---

<sup>5</sup> “a marca moderna não pertence ao mundo do comércio e sim ao da comunicação” (tradução nossa).

<sup>6</sup> “(...) o equilíbrio entre fins e meios, compartilhar o prazer da leitura de um texto com um público mais amplo, e participar ativamente no desenvolvimento da história que narra sua imprevisível circulação social” (tradução nossa).

do discurso publicitário, sobretudo aqueles que permeiam as novas práticas e tecnologias condizentes com a cibercultura (LEVY, 1999). No seu artigo “Ciberpublicidade: ensaio de Sociosemiótica”, junto a Sandro Azevedo, o autor procurou problematizar o conceito de capitalismo semiótico, que permite definir o contexto econômico e cultural contemporâneo. Segundo essa perspectiva, vive-se uma espiral do consumo, na qual a busca pela satisfação dos desejos (materiais e simbólicos) produz o imperativo categórico de comprar: “O mundo em geral, e as mídias em particular, não param de nos mostrar o quanto estamos atrasados, defasados com relação ao que poderíamos ter e ser. Hoje, o maior pecado é o de não poder consumir” (ATEM; AZEVEDO, 2014, p. 3).

Impulsionados pela perspectiva de Landowski (1992), os autores postulam que a publicidade não tem o poder de criar necessidades ou desejos nos indivíduos. Entretanto, sua real capacidade residiria no estímulo à associação desejo-marca, incitando a procura por “salários mínimos espirituais” para a satisfação desses vazios imateriais. Nesse sentido, a função dos discursos publicitários seria materializar as determinações do capitalismo, auxiliando na manutenção das vontades culturalmente estabelecidas.

Tradicionalmente, a Publicidade tem sido a instância que otimiza a “tradução” de tudo aquilo que é produzido em tudo aquilo que é consumido, na mesma quantidade (excesso) e na mesma velocidade (aceleração). Assim, a Publicidade é um dispositivo de estímulo ao Capitalismo, econômica e culturalmente (ATEM; AZEVEDO, 2014, p. 8).

Por conseguinte, nesse contexto a ciberpublicidade uma apropriação das potências dessa conjuntura cultural da atualidade, que se hibridiza com as novas tecnologias para a criação de novas práticas estratégicas de enunciação persuasiva. Dessa forma, faz uso da emergência de individualidades publicizadas pela visibilidade digital para a criação de enunciados direcionados, subjetivos e personalizados. É assim que, de maneira atualizada e ainda mais profunda, ela continua a “constituir a identidade de seu público, o que fará oferecendo ao leitor – de maneira reflexiva, desta vez – a suposta imagem de seu próprio ‘desejo’” (LANDOWSKI, 1992, p. 105).

Em outro artigo, intitulado “O *pathos* discursivo na Ciberpublicidade”, Guilherme Atem e Mariana Tavares também são impelidos pela análise do signo, mas especialmente tentaram perceber a publicidade contemporânea pela sua construção de afetividades (*pathos*). Ao postularem que o elemento afetivo da argumentação persuasiva atua não somente na instância da audiência, mas também nas estratégias do enunciador e na produção das imagens

de si, os autores analisaram estratégias da ciberpublicidade e seus artifícios de construção de afeto atualmente. Munidos nesse entendimento, puderam estabelecer que a ciberpublicidade “trabalha sua retórica para além da linguagem verbal, mas articulando o verbal com as diversas linguagens não verbais, assim ‘falando’ com os corpos, não só com a racionalidade instrumental” (ATEM; TAVARES, 2014, 137).

De uma forma mais ampla, outros estudos buscaram postular sobre a enunciação publicitária e refletir acerca da constituição dos sujeitos nos discursos da publicidade. Três deles são particularmente dignos de destaque: “Reflexões sobre os Sujeitos da Enunciação e do Enunciado na Publicidade”, de Eneus Trindade (2005); “Os múltiplos sujeitos da publicidade contemporânea, de Trindade e Perez (2009); e “Por uma enunciação Publicitária”, de Barbosa e Trindade (2003). Os três trabalhos são problematizações de uma mesma pesquisa, que intenta formular os princípios da enunciação publicitária e suas produções de subjetividade discursiva, a saber: Em primeira instância, é preciso definir a enunciação da publicidade como:

(...) atividade da comunicação cultural, de natureza 'linguageira' (manifestase no cotidiano), hibridizada e sincrética - apresentando suas constantes e normas específicas de coesão estilística - o que permite identificá-la como tal, sendo exercida por aqueles que possuem competências para constituí-la nos diferentes níveis da emissão, nos momentos/espacos em que os diversos sujeitos da enunciação na emissão exercem seus papéis; nos enunciados que estabelecem suas mediações, incluindo-se aí os dêiticos dos agentes da enunciação na emissão, em conjunção com os dêiticos que incluem nas mensagens os receptores/targets privilegiados nos enunciados; mas também por aqueles sujeitos da enunciação nos diferentes níveis do processo de recepção, nos momentos/espacos que esses sujeitos da enunciação na recepção interagem com os enunciados, que os estimulam à aceitação de valores e que, por seu intermédio levam, às mercadorias/bens materiais e simbólicos (BARBOSA; TRINDADE, 2003, p. 10).

De acordo com essa perspectiva, a enunciação na publicidade é articulada a partir de diversos níveis, sobretudo ao englobar o processo de produção de campanhas, os seus enunciados, e ter como ponto de partida analítico o discurso publicitário em direção à sua formação discursiva. Nesse processo, são avaliados os percursos enunciativos da emissão e da recepção, identificando quem são e o que constituem seus sujeitos (TRINDADE, 2005). Sobre esses sujeitos, portanto, postula-se que a publicidade constrói um processo de modelação, idealizando-os como uma entonação personalizada daqueles que são seus co-enunciadores. Estes últimos, por sua vez, alimentam o discurso publicitário com matéria-

prima representativa acerca de tendências comportamentais e estilos de subjetividade que surgem no seio sociocultural. Pode-se dizer, assim, que “é um processo contínuo de influências mútuas” (TRINDADE; PEREZ, 2009, p. 26).

Ao corroborar tal perspectiva semiológica para a análise dos discursos, os autores ainda deixam claro que o processo de enunciação publicitária tem como produto os enunciados publicizados que devem ser estudados com base nas suas inserções contextuais. Nessa lógica, a publicidade faz daquilo que é dito um “espetáculo semiótico”, ou seja, um enunciado “em linguagens sincréticas e híbridas, não é apenas aquilo que é dito, mas também inclui aquilo o que é dado a ver/escutar e a sentir (...) um espetáculo intersemiótico, que precisa ser analisado através de metodologia interdisciplinar” (BARBOSA; TRINDADE, 2003. p.10).

Dominique Maingueneau<sup>7</sup> é um importante teórico da Análise do Discurso francesa que também subscreve a essa concepção de interdisciplinaridade para os estudos discursivos. Um dos livros fundamentais da sua obra versa sobre a aplicação dessa metodologia de análise para a pesquisa de textos de comunicação, discorrendo sobre o funcionamento, inclusive, de enunciados jornalísticos e publicitários (MAINGUENEAU, 2001). Para empreender a análise desses textos sob a sua perspectiva, o autor afirma ser necessário recorrer a outras disciplinas que ajudam na compreensão do fenômeno comunicativo como uma prática, sobretudo, social.

Por ser um discurso permeado pelos trâmites do social, a publicidade segue, assim como as bases da conversação, as normas da polidez (BROWN; LEVINSON, 1987), que indicam determinadas nuances interacionais indispensáveis à civilidade e ao convívio em grupo. Com base nos princípios de Erving Goffman (1985), Maingueneau aborda e problematiza essa teoria das faces, pela qual é possível examinar os princípios dirigentes da enunciação publicitária a partir do pressuposto de que “certas estratégias sociointeracionais de ameaça e preservação das faces, aliadas às estratégias discursivas de polidez, podem contribuir para evitar o fracasso na interação entre indivíduos” (AGUIAR, 2007, p. 30).

De acordo com o modelo, todo indivíduo possui duas “faces”: uma negativa, que corresponde à sua intimidade, semelhante à ideia de “região de fundo”, de Goffman (1985); e uma positiva, que corresponderia à fachada social, aquela apresentada aos outros em ocasiões de interação. Como a comunicação implica, pelo menos, dois interagentes, há sempre, no

---

<sup>7</sup> Alguns autores aqui citados serão resgatados na parte dois deste trabalho, com o intuito de compor o referencial teórico-metodológico da análise aqui prevista. Nesse sentido, autores como Dominique Maingueneau e Erving Goffman problematizam diversos outros conceitos que serão interessantes ao estudo proposto e deverão ser revistos de forma mais aprofundada no capítulo metodológico.

mínimo, quatro faces em jogo e todas elas buscam lidar com as possíveis ameaças da enunciação.

Todo ato de enunciação pode constituir uma ameaça para uma ou várias dessas faces: dar uma ordem valoriza a face positiva do locutor, desvalorizando a do interlocutor; dirigir a palavra a um desconhecido ameaça a face negativa do destinatário (é uma intrusão no seu território), mas também a face positiva do locutor (que pode ser visto como sendo excessivamente desinibido) (MAINGUENEAU, 2001, p. 38).

Nesse contexto, a publicidade tenta gerenciar as faces da marca e dos consumidores a partir de estratégias enunciativas coerentes com seu objetivo discursivo. Na busca pela valorização de todas as faces com a finalidade de estabelecer identificação, muitas vezes, por exemplo, faz uso do pronome “nós”, e inclui de forma generalizante os destinatários no enaltecimento dado, no anúncio, ao produto. Essa é uma das maneiras encontradas pelo discurso publicitário para fugir de sua condição, que consiste, por natureza, em enunciações essencialmente ameaçadas. Isto é, “todo enunciado publicitário visa pedir dinheiro ao leitor-consumidor, o que representa também uma ameaça à sua face negativa, bem como à do locutor, em seu papel de solicitante” (MAINGUENEAU, 2001, p. 40).

Ademais, o fato de solicitar a atenção, pedir para ser visto, já se configura também como ameaça às faces nos enunciados publicitários. Nesse caso, tanto o enunciador pode ser encarado como chato, inconveniente, como o co-enunciador pode estar sendo representado como alguém sem importância, desocupado. Nesse sentido, as estratégias contemporâneas de entretenimento, propostas pela publicidade pervasiva (CARRERA; OLIVEIRA, 2014) e pela publicidade *on demand* (GALINDO, 2008), parecem tentar se esquivar dessas ameaças às faces, preservando o ideal comunicacional de cortesia e proporcionando experiências positivas entre os atores envolvidos na interação. Quando, por exemplo, é o consumidor que curte a página da marca em sites de redes sociais como o *Facebook*, com o intuito de ficar em contato e ter conhecimento imediato de suas promoções e propostas interacionais, a publicidade se aproxima da legitimidade inerente ao discurso jornalístico, uma vez que este é demandado pelo leitor, procurado por ele para a satisfação dos seus desejos: neste caso, informativos, mas no caso da publicidade, consumistas.

A partir dos pressupostos da teoria das faces, um dos objetos de análise de Maingueneau no universo do discurso publicitário foi o *slogan*. Ao debruçar-se sobre as aproximações pragmáticas e enunciativas do *slogan* com os provérbios, o autor demonstra

que esses elementos, comuns aos textos publicitários, são importantes estratégias discursivas para a criação de memorabilidade de marca e auxílio na eficácia do argumento persuasivo. Tal qual ocorre com os provérbios, os *slogans* se constituem como citações que jogam com as palavras, criando uma fórmula curta e repetível por um vasto número de locutores. Contudo, enquanto o provérbio deve ser interpretável em qualquer contexto conversacional, o *slogan* geralmente se vê ancorado à situação de enunciação por meio de seus embreantes. Isto é, nos *slogans*, os sujeitos do discurso representados pelo “eu”, “nós” e “eles”, por exemplo, são inseparáveis da situação, visto que somente naquela conjuntura é possível identificar seus referentes (MAINGUENEAU, 2001, p. 171).

Em anuência aos pressupostos teóricos de Maingueneau, Patrick Charaudeau também contribuiu para os estudos do discurso publicitário por meio da vertente francesa da AD. Em uma tentativa de discutir os princípios manipuladores do discurso propagandista (termo cunhado para designar textos publicitários, promocionais e políticos), o autor buscou problematizar a manipulação e seu funcionamento discursivo em todas as esferas da comunicação. Isso porque, segundo sua perspectiva, “não há relações sociais que não estejam marcadas por relações de influência” (CHARAUDEAU, 2010, p. 58).

De acordo com seu ponto de vista, a publicidade se desenvolve por meio de um dispositivo triangular entre três instâncias: publicitária, concorrência e público. A primeira credita a sua legitimidade discursiva ao direito de vangloriar as qualidades do seu produto em detrimento da marca concorrente, definindo a sua posição em relação a esta instância: seu discurso é sempre superlativo, portanto, o melhor, o maior, o único (CHARAUDEAU; SHIRO; GRANATO, 2012). Seu objeto de fala é duplo: apresenta o benefício procurado, o sonho; e apresenta o bem de consumo como único meio auxiliar para a sua realização. Já a instância “público” é atribuída ao duplo lugar do indivíduo: ele é consumidor comprador potencial e é também consumidor efetivo da publicidade. Ao mesmo tempo em que ele deve crer que tem um vazio a ser preenchido pelo produto publicizado, ele deve apreciar a enunciação publicitária, em um processo de fruição da representação apresentada. Todos esses elementos, portanto, “fazem com que o discurso publicitário obedeça ao “contrato de semiengodos”: todo mundo sabe que o ‘fazer crer’ é apenas um fazer crer, mas desejaria, ao mesmo tempo, que ele fosse um ‘dever crer’” (CHARAUDEAU, 2010, p. 65).

A ideia do “contrato de semiengodo”, assim, parte do pressuposto de que todo interagente tem consciência das regras impostas pela enunciação publicitária. Nesse sentido, o sujeito falante não tem domínio sobre os efeitos de sua mensagem no público, apenas busca, a



partir de “visadas” específicas, alcançar seu objetivo argumentativo de prescrever (quando o “eu” quer “fazerfazer” – ou “pensar” – algo ao “tu” e tem autoridade para tal pelo seu poder de sanção); de informar (quando o “eu” quer “fazersaber” algo ao “tu” e tem autoridade pelo seu poder de conhecimento); ou de incitar a algo (quando o “eu” quer “fazerfazer” algo a “tu” e não tem autoridade para tal). O discurso publicitário, assim, construiria sua estratégia pela terceira visada, a de incitação, e, como não obtém autoridade suficiente para conseguir “fazer” o consumidor “fazer” algo por si só, ele busca persuadi-lo a fim de fazê-lo “crer” que será beneficiado pelo seu ato de consumir. Sobre isso, o autor conclui:

Levar em consideração estas visadas vai nos permitir descrever as características dos discursos propagandistas, enquanto contrato de fala, ou seja, fora de qualquer intenção manipuladora, já que as instâncias de produção e de recepção do discurso conhecem as condições de produção. A questão da manipulação não pode ser tratada senão após considerar estas condições (CHARAUDEAU, 2010, p. 62).

## Considerações Finais

A manipulação, portanto, não parece ser a única questão a ser analisada nos discursos publicitários contemporâneos, inclusive por ter sido estudada de forma tão minuciosa por trabalhos anteriores. No entanto, as contribuições do diálogo entre AD e Semiótica podem ser ainda relevantes para o contexto contemporâneo da ciberpublicidade, compreendendo a produção simbólica de seus enunciados em conjunturas socioculturais que demandam novas formas de construção de sentido. Ou seja, em um contexto peculiar de interações quase simultâneas e fugazes, permitido pelo ambiente digital em geral e pelos sites de redes sociais em particular, emerge a necessidade de compreender a publicidade nestas interações cotidianas, percebendo como ela se veste de “ingenuidade”, de nuance do dia a dia, e vive, muitas vezes, os princípios da conversação. É evidente que, em mensagens persuasivas, cujo principal objetivo é levar alguém a determinada ação, a questão do teor manipulatório não pode ser negligenciado, no entanto, há outras indagações pertinentes: o poder do discurso do consumidor, por exemplo.

Dentro dessa perspectiva, é preciso ir mais além e buscar descobrir, através destas interlocuções entre disciplinas complementares, como o discurso publicitário dialoga com o consumidor contemporâneo transcendendo as suas características textuais e sendo muitas

vezes mais afetado pelos contextos (hoje digitais) do que os afetando. Perceber de que forma o poder de fala atual do consumidor coloca aquele que era interlocutor, co-enunciador, como sujeito quase absoluto do discurso assumido pela publicidade, em um processo em que o poder é transferido para o outro polo da emissão. Analisar estas possibilidades é reconhecer que o fenômeno não é de todo novo, mas corrobora com o discernimento sobre a significativa visibilidade dada pelas tecnologias digitais.

#### Referências

AGUIAR, André Effgen de. A interação face a face: a preservação e ameaça às faces e a estratégias de polidez em entrevistas da Revista Playboy. **Cadernos do CNLF** Vol. XI, Nº 09, CiFEFiL: Rio de Janeiro, 2007.

ATEM, Guilherme; AZEVEDO, S. T. A Ciberpublicidade: ensaio de sociossemiótica. In: TEIXEIRA, Lucia; CARMO JR, José Roberto (Orgs.). (Org.). **Linguagens na cibercultura**. 1. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014, v. 1, p. 1-25.

\_\_\_\_\_.;TAVARES, M. A. O *pathos* discursivo da Ciberpublicidade. In: ATEM, Guilherme Nery; OLIVEIRA, Thaianne Moreira de; AZEVEDO, Sandro Tôrres de. (Org.). **Ciberpublicidade: discurso, consumo e experiência na cultura transmidiática**. 1.ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014, v. 1, p. 1-25.

BARBOSA, I.S.; TRINDADE, E. Por uma enunciação Publicitária. **II Congresso Latino Americano de Estudos do Discurso**. Puebla. Universid Autónoma Benemérita de Puebla/ALED. 2003.

BISOL, Ana Lída Weber. Representações de gênero na publicidade turística. In: FUNCK, Susana Bornéo. WIDHOLZER, Nara. (org.). **Gênero em Discursos da Mídia**. Florianópolis: Ed. Mulheres. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. **Politeness some universals in language usage**. London: Cambridge, 1987.

CALLIER, Patrick. Class as a semiotic resource in consumer advertising: Markedness, heteroglossia, and commodity temporalities. **Discourse & Society**, Vol. 25(5) 581 –599, 2014

CARRERA, Fernanda; OLIVEIRA, Thaianne. Mais do que um Simples Apertar de Botão: Uma Reflexão Sobre Regimes de Espectatorialidade e Imersão na Publicidade Pervasiva. **Cuad.inf.** [online]. 2014, n.34, pp. 47-59. ISSN 0719-367X.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista: uma tipologia. In: Machado, Ida Lucia & Mello, Renato. **Análises do Discurso Hoje**, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna) 2010, p.57-78, 2010.

\_\_\_\_\_., SHIRO, M. & GRANATO, L. (Eds.) (2012). **Los géneros discursivos desde múltiples perspectivas: Teorías y análisis**. Madrid: Iberoamericana.

EGOROVA, Veronika. **Language, Cognition, and Manipulation in Advertising Discourse**. University of Washington, Tese de Doutorado, 2013.

FÉLIX, Ana Elizabeth Araújo da Silva. **A Semiologia dos Discursos da Publicidade**. Editora Central dos Livros: UFPI, 2006.

FORMIGA, Simone. A mulher no país da publicidade: o poder dos espelhos. In: COMPOS, IX, 2000, Porto Alegre; **Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, IX, Porto Alegre, 2000.

FREIRE, Anido N. When luxury advertising adds the identity values of luxury: A semiotic analysis, **Journal of Business Research** 2666–2675, 2014.

GALINDO, Daniel dos Santos. Teorias e estratégias de publicidade e propaganda. In: KUNSCH, Margarida Maria (org.). **Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

GOFFMAN, Erving. **As representações do eu na vida cotidiana**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1985.

HELLIN, Pedro; TRINDADE, Eneus; PEREZ, Clotilde; LENCASTRE, Paulo; BATISTA, Leandro. A práxis enunciativa na publicidade contemporânea: a tensão entre permanência e fugacidade nos rituais de compra, uso e posse. **Signos do Consumo**, v.3, n.1, 2011. p. 106-123.

LANDOWSKI, E. **A Sociedade Refletida**: ensaios de Sociosemiótica. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001

MCCRACKEN, G. **Cultura e Consumo**. Novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Rio de Janeiro. Ed. Mauad. Trad. Fernanda Eugênio. Coleção Cultura e Consumo coordenada por Everardo Rocha, 2003.

NÖTH, W. (2011). Visual Semiotics: Key Features and an Application to Picture Ads. In E. Margolis & L. Pauwels (Eds.), **The SAGE Handbook of Visual Research Methods** (1st ed., pp. 298–317). London: SAGE Publications Ltd. DOI:10.4135/9781446268278.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 3. ed., 2005.

PEREZ, Clotilde. Gestão e Semiótica da Marca: a Publicidade como Construção e Sustentação Sínica. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 30. Anais... Santos: Intercom, 2007.

PEVERINI, Paolo. **Environmental Issues in Unconventional Social Advertising: A semiotic perspective**. *Semiótica*; 199: 219–246, 2014.

SANTAELLA, Lucia. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SEMPRINI, A. **El Marketing de la Marca**, Barcelona: Ediciones Paidós, 1995.

TRINDADE, Eneus. **Semiótica e publicidade de alimentos: uma revisão teórica e aplicada**. In: **Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste** (Intercom Sudeste), Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre os sujeitos da enunciação e do enunciado na publicidade. In: **Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM**. NP 03-Publicidade, Propaganda e Marketing, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_; PEREZ, C. Os múltiplos sujeitos da publicidade contemporânea. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão - Out/Dez**, 2009.

WILLIAMSON, Judith. **Decoding Advertising**. New York: Marion Boyars, 1983.

Recebido em: 11 de novembro de 2015.

Aceito em: 28 de dezembro de 2015.

# TABULEIRO DE LETRAS

## Negropoéticas e negropolíticas na Literatura negro-feminina brasileira contemporânea

### Black poetics and black politics in contemporary Brazilian Literature

Livia Maria Natália de Souza Santos<sup>1</sup>

#### RESUMO:

Este artigo se propõe a pensar a Literatura Afro-feminina como instituidora de uma rasura teórica necessária no campo da Teoria da Literatura.

Palavras-Chave: Rasura; Literatura Afro-feminina; Teoria da Literatura

#### ABSTRACT:

This paper proposes to think the literature African-female of an erasure necessary theoretical field of Literary Theory.

Keywords: Erasure; Female African Literature; Literary Theory

## 1. Introdução

A construção do lugar do subalternizado é uma rede profícuca de silenciamentos e projeções que se pauta na negação e no sistemático apagamento da diferença pelo discurso hegemônico. Ao negar a existência de qualquer inflexão que inferiorize o outro em seu discurso, e, *ato continuum*, projetar tal comportamento a um terceiro, escondido sob a malha insondável do anônimo, excepcional e problemático, engendra-se um lavar as mãos que gera um lugar de conforto que não apenas adia uma reflexão mais firme sobre o problema, mas também coloca em suspenso a possibilidade de denunciar, na omissão, um contributo para a manutenção das diferenças rebaixadoras. Ao negar racismos, sexismos, homofobias ou qualquer outro temor ou terror às alteridades, há uma sistemática desmobilização da

---

<sup>1</sup> Livia Maria Natália de Souza Santos é professora adjunta de Teoria da Literatura do Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras, no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). livianataliass@gmail.com

necessidade de afirmar a diferença enquanto valor e uma conseqüente negação de acesso a bens simbólicos, e até pecuniários.

As Ciências Humanas, instauradas no horizonte de formação ideológico, como sendo uma forma de sistematização de saberes elaborando uma via mais eficiente de compreensão da travessia humana, não se responsabilizaram por franquear a humanidade de maneira irrestrita a todos os sujeitos. Foi justamente o campo validado e preenchido de autoridade das ciências que mais constantemente se ocupou de forjar argumentos que ratificassem a degenerescência do negro, a fragilidade da mulher, a limitação cognitiva do índio e a anormalidade doentia dos homossexuais, entre outras representações. O campo das representações sempre será atravessado por um déficit, pois não dá conta do lugar desse outro que é narrado. Dessa forma, mais que pensar a cultura enquanto uma linguagem, uma representação em plenitude da alteridade, pode-se potencializar a análise dos objetos culturais, pensando-os em sua dimensão política, seja por meio do que dele escapa, seja por meio do que ele se interessa em abarcar, como nos aponta Stuart Hall (2003).

Os pudores que atravessam a exploração dos objetos estéticos, principalmente os literários, que formulem ilações entre o labor artístico e um discurso eticamente posicionado, têm feito dos Estudos Literários uma espécie de Hidra cuja cabeça imortal nunca será extirpada. Ou seja, não há espaço para a instauração de reflexões que atualizem o campo deslocando a atenção de nossos estudos dos textos que canônicos ou que se comportem como tal: corta-se o pescoço da Hidra e, do mesmo sangue, da mesma ferida nasce uma cabeça que se limita a reproduzir a anterior. Essa forma de produção de conhecimento no campo dos Estudos Literários, com destaque para a Teoria da Literatura, finda por formular a sensação dessa disciplina como sendo uma grande mãe que a todos abarca, negando a possibilidade de pensar a produção literária a partir da inscrição de diferenças várias, nega-se a possibilidade de pensar a literatura por meio do recorte dessa diferença, obliterando os vários sobrenomes que ela pode ter como forma de potencializar o campo e desenvolver outros critérios e percursos de estudos.

A ilusão de abarcar a totalidade que atravessou todas as ciências instaurou um corte profundo na Teoria da Literatura, por meio da deliberada crença, ainda Moderna, de que ou haveria a alta literatura ou literatura nenhuma. Nesse ínterim, a formação dos critérios de seleção e atribuição de valor literário concentrou-se na valoração estética como se esse fosse um padrão isento de juízo de valor. Não é impossível que tal forma de compreender a literatura tenha sido engendrada por uma ilusão de que o discurso literário, sublime que é,

estaria fora do poder: “Essa trapaça salutar, essa esquivada, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura.” (BARTHES, 1988). O que se pode destacar da fala de Roland Barthes, mais que a ideia problemática de que a literatura é um lugar “fora do poder” – ideia que foi, mais tarde, discutida e deslocada por Stuart Hall e Michel Foucault, entre outros – é compreender o caráter insular e relativo instaurado pelo “quanto a mim”. Abrir mão do desconforto de pensar o nosso próprio “quanto a mim”, elidindo-o da posição de Barthes, tem nos gerado, certamente, algumas limitações e até desinteresse de análise.

Nesse sentido, quando afirma que “não há lugar fora do poder”, Foucault (1992) igualmente adota um lugar de fala, assumindo, como Roland Barthes, as potências e problemas derivados dessa escolha. No nosso investimento de leitura faremos da posição de Foucault um utensílio, tal como o derridiano (2002), no interesse de formular uma reflexão sobre como a Teoria da Literatura pode propor-se a pensar as relações entre literatura e poder prioritariamente no caso daquilo que aqui, a partir da chancela de Geni Guimarães<sup>2</sup> (escritora negra, ganhadora do prêmio Jabuti), passo a chamar de escrita afro-feminina brasileira.

## 2. A Teoria da Literatura: a diferença como o limite do campo

Um dos compromissos mais relevantes da Teoria da Literatura é o investimento em instrumental analítico, para que se torne capaz de dar conta do campo de estudos do qual participa e que, contemporaneamente, tem alargado as suas fronteiras, buscando abarcar as escritas antes pensadas como desimportantes. O engessamento do viés de análise da Teoria, no estreito horizonte do cânone e da instituição de características exclusivas daquilo que seria o texto literário, retira de seu âmbito de ação a convivência com a literatura que ferve nos mais variados espaços em pleno movimento de desrecalque e ocupação da cena, deixando aos Estudos Culturais um campo de trabalho do qual a Teoria da Literatura deveria compartilhar. O alimento das dimensões oceânicas de uma área de estudo, que a tudo seria capaz de abarcar deixando de fora apenas o inadequado, aquilo tradicionalmente pensado como “não-literatura”, engendra uma posição pretensiosa, visto que não se sustenta diante da reconfiguração das formas, temas, contextos de exposição de texto e métodos de escrita que hoje vigoram na literatura.

Não é um dado novo o fato de que os centros epistemológicos sobre os quais se ordenam os saberes nas sociedades ocidentais adentraram, há mais de meio século, uma poderosa crise de

---

<sup>2</sup>Anotações do debate promovido no Congresso Mulher e Literatura, 2011.

paradigmas. Este caminho de discussão é o mais eficiente pela rapidez do óbvio: concordemos ou não, todos sabemos do que se trata quando a reflexão entra pelo campo da pós-modernidade. Optarei aqui, no entanto, pelo caminho menos linear, mas, neste momento, mais potente, sem abandonar, no entanto, a contiguidade que as ideias aqui expostas mantêm com Canclini, Hall, Huyssen e outros pensadores do pós-moderno.

Interessa aqui abordar não apenas a crise das representações (que nos conduz de maneira imediata para discussão da incapacidade de uma sociedade pequeno-burguesa, calcada em arquétipos falocêntricos, teocêntricos e etnocêntricos gerenciar a emergência das dissonâncias, daquilo que poderíamos pensar como uma demanda não representável, na cena apaziguada dos padrões sociais, culturais e morais), mas, prioritariamente, a problemática da noção de representação.

O berço da ideia de representação está na filosofia grega, a partir do pensamento aristotélico que, num investimento de repensar a problemática relação de Platão com a literatura, instaura o conceito de arte mimética, imitativa não do mundo conforme ele é – pautando-se na noção de uma realidade referencial –, mas no seu universo imaginário, explorando as potencialidades do acontecimento. As leituras subsequentes do filósofo grego fundaram a noção de uma arte representativa que colada estaria à realidade. Instauram-se então movimentos dissonantes que perpassaram desde a pintura, com a arte surrealista, por exemplo, passando pela literatura fantástica e pelo realismo mágico até a música indeterminada, regida pelo princípio da descontinuidade.

A leitura de uma arte potencialmente imitativa dialoga com as formas de compreensão do mundo como analisada por Michel Foucault em *Nietzsche, Freud e Marx* (2005), como sendo um poderoso movimento de naturalização e dissimulação de interpretações nascidas de um jogo de similitudes que ordenam o mundo pelas aparências sonantes, relegando, com o apoio do cristianismo, a dissonância e a diferença para a dimensão demoníaca e inferior das coisas. Ordenada pelas aparências, a lógica das similitudes produz uma sensação de profundidade pelos poderes de construção de verdade que sobre ela age. Assim, a leitura do mundo feita pelo ocidente calca-se na construção de uma interioridade para as coisas, pessoas e conceitos, e nesse movimento as noções de conteúdo, verdade e história agem como forças de produção de conhecimento sobre os sujeitos, provocando a sensação de profundidade que vem colada à ilusão de validade e verdade. O mundo representativo-mimético se organiza, então, a partir da invenção de paradigmas que mensuram o valor que cada elemento possui na ordem hierárquica que rege as mais mínimas relações.



Quando se coloca em suspenso a própria noção de possibilidade de representação, a provocação se dá na direção de compreender que, para além das sombras que se projetam para os homens na *Caverna de Platão*, nada mais há. Não há a carne que sustente a sombra do conceito, ou do ser, ou das instituições. Os valores se sustentam na projeção de uma profundidade em um universo onde tudo é mera superfície. Ou, segundo Derrida (2002), a construção da interioridade e das autoridades dos lugares sociais se dá pelo discurso, mas, como não se questiona a dimensão do discurso como artifício, jogo e formulação de centramentos hierárquicos, ele vira cena de privilégio de instauração de conceitos fechados e ordenadores das diferenças a partir do eixo excludente da identidade.

O abalo promovido nos paradigmas que sustentaram o ideário e as representações do mundo ocidental atravessou discursos variados, tendo uma potência rizomática (DELEUZE, 1995) de uma ideia que tem múltiplos nascedouros, passando pela revisão da história, pelo questionamento da representação verossímil, pela constatação da preponderância do inconsciente na psicanálise, pela revisão das concepções de linguagem e emergência dos movimentos sociais os quais reivindicam, como o “Maio de 64”, na França, a militância contra a ditadura no Brasil ou, mais contemporaneamente, a marcha da maconha, das vadias e a Parada Gay, o simples direito de gerenciar o corpo como uma posse do sujeito, não como uma segunda casa da divindade, como objeto das múltiplas formas de exercício do biopoder (FOUCAULT, 2008) ou como um campo de aplicação dos limites das sociedades capitalistas e etnocêntricas de base patriarcal.

O que ora se discute é que, mais que o texto, o corpo produtor do discurso mudou e, muitas vezes, ele irá usar esse corpo, antes invisibilizado pelo desejo do outro, como textualidade suplementar, como fundamento polifônico do texto que demanda para si um lugar de interpretação. A compreensão da literatura como o sublime, como palavra erguida e dignificada, costuma excluir, pelo próprio privilégio dado à palavra, o corpo que a engendra. Nosso interesse aqui é explorar o texto para além do biografismo de “quem é o autor”, vez que há muito essa noção foi abalada pela sua insuficiência, logo, o foco da discussão é pensar quem escreve em sua dimensão subjetiva na qual se cruzam a escrita e outras dimensões de vivência e estas, com certeza, passam pelo corpo e pelas experiências derivadas de viver nesse espaço bio-fisiológico. Se existe, inclusive como campo de estudo, uma ciência e lógica do corpo, a produção escrita igualmente o atravessa. Alguns textos encenam essas questões como estratégia de política de representação, como o Cuti, em *Quebranto*:

às vezes sou o policial que me suspeito  
me peço documentos  
e mesmo de posse deles  
me prendo  
e me dou porrada

às vezes sou o porteiro  
não me deixando entrar em mim mesmo  
a não ser  
pela porta de serviço

(...)

às vezes faço questão de não me ver  
e entupido com a visão deles  
sinto-me a miséria concebida como um eterno começo

fecho-me o cerco  
sendo o gesto que me nego  
a pinga que me bebo e me embebedo  
o dedo que me aponto  
e denuncio  
o ponto que me entrego

às vezes...

Nesse poema, o corpo é a via produtora das relações e reações sujeito-mundo, mundo-sujeito e, introjetando a violência do estereótipo (BHABHA, 1998), impõem-se as condenações mais brutas como um narciso diante de um espelho negativo. Num outro sentido, subvertendo as práticas de submissão e reinventando, pelo caminho da ironia as relações homem-mulher, Elisa Lucinda avisa: “Moço, cuidado com ela./ Há de se ter cautela/ com esta gente que menstrua.”

Em contrapartida a esse movimento, o que se vê é o recrudescimento das fronteiras epistemológicas. Assim como a psicanálise apropriou-se do discurso desprovido de um corpo no qual pudesse ser encenado, franqueando este último à psicanálise e à medicina, como afirmado por Birman (2001), o campo da Teoria da Literatura estuda o texto em seu já conhecido estatuto de beleza, de apuro estético, o puro texto, sem sangue de entranhas. O texto só, sem o excesso dos sobrenomes que podem ser atribuídos à literatura. No investimento pretensamente libertário da literatura, como sendo uma entidade que sobre as outras se eleva, uma grande mãe universal, inculca-se a negação da partilha do terreno da escrita entre aqueles que dela se apossam cujo movimento apenas reedita a negação da diferença que, eternamente, bate à porta do cânone.

Com isso interessa dizer que sim, a literatura tem sobrenomes, e são muitos: homoafetiva, feminina, negra, periférica, oral. Cada um deles engendra um campo de diferenças constantemente silenciadas e caminham na contramão, pela afirmação da diferença e negação da

identidade unívoca, haja vista que ela corresponde àquele que se pensa como o neutro, o apaziguador, o não-marcado que, ao fim e ao cabo, nada mais é que uma simulação de presença pura, igual a si mesmo que só admite ladear-se de outros objetos narcisicamente interiorizados, literaturas sem marcas, sem sobrenomes, mas com nomes próprios potentes o suficiente para solapar qualquer diferença. Assim, defendemos a força não essencializante dos sobrenomes como incidentes ou acontecimentos literários que não aprisionam a leitura a um condicionamento limitado e imediatista, uma vez que não devem ser pensados como novos centramentos fixos, como outras formas de apagamento da diferença, mas como centros instáveis e inseguros que preservam a capacidade que toda expressão artística tem de se oferecer ao mundo em ininterrupto devir. Na cena da possibilidade pura, a nomeação deseja mais abrir um flanco para o exercício das diferenças radicais, para a exposição das subjetivas como chave possível de leitura de mundo.

### 3. Poéticas da Subalternidade e Estéticas da Diferença

Gayatri Spivak, em seu texto *Pode um subalterno falar* (2010) – apontando uma limitação na posição de Gilles Deleuze e Michel Foucault acerca da representação do Outro enquanto Sujeito descentrado – dedica-se a denunciar que o subalterno não consegue falar porque ele é sistematicamente não silenciado, mas falado pelo outro. Hommi Bhabha nos apontou a formulação básica dessa problemática, ao discutir o estereótipo como sendo uma estrutura calcada numa verdade não verificável, na medida em que ela se repete, assegurando seu lugar e valor de verdade, mas jamais se expondo à verificação empírica, sob o risco de provar-se falso ou insuficiente para dar conta dessa alteridade. Por seu turno, Spivak insere a noção de “sujeitos-efeitos”, afirmando que os sujeitos pensados como subalterno são efeitos do discurso que assim os representa. Tomando como foco de análise o ritual de imolação da viúva hindu diante da pira onde arde o corpo do marido morto, a autora analisa a formulação da subalternidade dessas mulheres pelo discurso imperialista britânico que, a fim de salvá-las de um pretense condicionamento ou de um compulsório suicídio, simplesmente as proibiu de vivenciarem o “sacrifício da viúva”, como formas de salvá-las de uma subjugação pelo masculino, o que foi equacionado por Spivak como sendo: “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura”. Nesse sentido, o ímpeto salvador e libertário do colonizador britânico deixa escapar que, na dinâmica das relações do ritual das mulheres *santi*, a imolação era uma escolha, não uma obrigação. Giorgio Agamben, num

recente texto (2011), ao discutir o conceito filosófico *potência*, aqui comparece no sentido de nos fazer compreender que o que é retirado dessas viúvas com a liberdade a elas impingida é a possibilidade de vivenciar em plenitude a potência do ser viúva, na medida em que tal conceito, trazido de Aristóteles por Agamben, pressupõe que toda potência traz consigo a possibilidade da não-potência que, simplificando, pode ser compreendido como sendo a vivência ou não da prática possibilitada pela potência: poder ser uma viúva *santi* é poder deliberar sobre sua vontade de seguir o marido e imolar-se diante da pira ou virar as costas à morte do outro e continuar vivendo, segundo Spivak: “Obviamente não estou advogando a matança de viúvas. (...) No caso da autoimolação das viúvas, o ritual não está sendo redefinido como uma superstição, mas como um *crime*.” (2010, p. 104).

O discurso colonial se arvora a representar a mulher, falar por ela e protegê-la, sem, no entanto, estar interessado em ouvi-la. A vitimização apriorística das mulheres *santi* apenas reforça a sua posição subalterna por intermédio de uma força que irá salvá-las e libertá-las. Esse mesmo discurso de aplica de maneira veemente, segundo Franz Fanon (2008), sobre os corpos nos negros que são, no discurso paternalista etnocêntrico, infantilizados e tratados como crianças desorientadas ou como sujeitos desprovidos de juízo de valor e consciência. Os negros costumam ser divertidos.

Talvez seja por isso que, dentre as missões primeiras da formação de um discurso identitário afrodescendente, Franz Fanon aponte, como pedra de toque, aquilo que ele nomeou de descolonização das mentes. Esse processo passa pela assunção de um lugar de fala compreendendo as limitações e estereótipos que repousam sobre esses sujeitos e investindo em subvertê-los. Segundo Osmundo Pinho:

A descolonização intelectual como etapa da emancipação racial e consequente transformação da sociedade como um todo deverá, desse modo, passar pela ação intelectual contra-hegemônica. A emergência de uma crítica subalterna representa assim o trabalho de formação de intelectuais subalternos (2007).

Nesse ensejo, explorações subalternas dos campos de conhecimento podem ser potentes na contribuição para a ampliação e até um reagendamento das prioridades ensejadas por algumas práticas. Pensamos aqui o subalterno como sendo um discurso que circula numa via alternativa, subterrânea e, quiçá, obedecendo à lógica das tocas dos ratos, conforme pensada por Deleuze em *Mil Platôs*, rizomática.

A acintosa ausência de mulheres negras no cânone literário brasileiro pode ser justificada mais pelos processos de invisibilização e minoração do valor estético de seus textos que por qualquer questão relativa à sua potência criadora. A intensa produção de literatura por escritoras – desde Maria Firmina dos Reis, Auta de Souza, Carolina Maria de Jesus, até as contemporâneas Conceição Evaristo, Miriam Alves, Geni Guimarães, Lia Vieira, Esmeralda Ribeiro e as mais jovens Cristiane Sobral e Mel Adún – confirma que a escrita afro-feminina foi frequente. Essas mulheres que são jornalistas, como Mel Aùn e Esmeralda Ribeiro; doutoras em Literatura, como Conceição Evaristo e Miriam Alves; pedagogas, como Lia Vieira; atrizes, como Cristiane Sobral e, ainda, escritoras nacionalmente premiadas, como o caso de Geni Guimarães, ganhadora do Jabuti/1990 com o livro “A cor da ternura” têm seus escritos apenas muito recentemente estudados, mas ainda há uma grande lacuna nos estudos, no que diz respeito à dimensão estética que tais escritos propõem.

Em recente conversa com Conceição Evaristo, pude discutir com ela acerca dessa demanda e confirmar uma hipótese de estudo que me perseguia, a saber, a ideia de que os instrumentais e paradigmas de análise que comumente são acionados nos estudos de literatura não seriam suficientes para abarcar a complexidade das representações e das opções éticas e estéticas oferecidas pelos textos dessas mulheres, esta questão foi trazida por Florentina Souza Santos (2005), quando esta se dedicou a analisar as representações da afrodescendência nos *Cadernos Negros* e no *Jornal do MNU*. Avançando no sentido de melhor enxergar a complexidade da questão, centramo-nos sobre a escrita de mulheres negras, tentando comprovar que o próprio texto construído por elas traz, no seu corpo, sinais de uma possível teorização sobre elas, uma vez que são muito intensas as reflexões sobre o percurso criativo e a formulação subjetiva e estas são ratificadas de maneira intensa em entrevistas, conferências e depoimentos cedidos por essas mulheres.

A construção da dicção estética desses escritos passa pelo estabelecimento de prioridades éticas e políticas que constam na agenda do dia de muitas mulheres negras brasileiras. Assim sendo, os temas mais recorrentes passeiam pela emancipação do lugar da mulher negra como objeto de usufruto do homem pelo sexo, por meio de uma assunção do domínio de seu próprio corpo em sua vivência sexual, como se vê em *Instante Mulher*, de Mel Adún:

Com vontade apenas de boas risadas  
Do carinho descarado embaixo  
De qualquer lençol que me abrigue  
Sem brigas  
Não tenho intimidade pra brigar com você.

Exijo as boas trepadas seguidas deuteamos falsos  
 Com prazer dou risada das suas piadas  
 Se não me agradam não te permito repetir o prato  
 Estou nesse estágio – posso escolher  
 Pode falar bobagens, sentir prazer quando te molho,  
 Posso até bater, mas ainda não aprendi a apanhar...

Outra questão acionada é a relação com o homem, em sua absoluta maioria negro, e que, muitas vezes, deseja subjugar-las, como se vê nos versos de Mel Adún:

Não vou mais lavar os pratos,  
 Agradeço a Sobral  
 Vou ser agora meu bem, viu meu mal?  
 Cansei de ser você: de sonhar seus chatos sonhos  
 Cansei de me emperiquitar  
 Para encontros enfadonhos.  
 Agora serei meu bem,  
 Vou reaprender a deitar  
 E sonhar sonhos meus  
 Com as minhas cores prediletas.  
 Sem pensar em sentar de pernas cruzadas  
 Sem ligar pra depilar  
 Não quero baile de debutantes,  
 Tampouco ter filhos ou casar.  
 Agora vou ser meu bem, viu meu mal?

No seu texto, Adún cita um já clássico poema de Cristiane Sobral, chamado “Não vou mais lavar os pratos”, que aciona outro tema recorrente: a emancipação da mulher não pelo trabalho, uma vez que este já fazia parte do cotidiano da mulher negra no Brasil desde a escravização, mas pelo acesso ao estudo. Basta lembrar o que demonstram os últimos números da educação no Brasil, no que tange às populações afrodescendentes:

Não vou mais lavar os pratos.  
 Nem limpar a poeira dos móveis.  
 Sinto muito. Comecei a ler.  
 Abri outro dia um livro e uma semana depois decidi.  
 Não levo mais o lixo para a lixeira.  
 Nem arrumo mais a bagunça das folhas no quintal.  
 Sinto muito. Depois de ler percebi a estética dos pratos,  
 a estética dos traços, a ética,

#### **A estática**

Olho minhas mãos quando mudam a página dos livros,  
 Mãos bem mais macias que antes,  
 E sinto que posso começar a ser a todo instante.  
 Sinto.

As temáticas relativas às religiões de matriz africana igualmente comparecerão, tanto para inserir no discurso poético outra cosmogonia, que não a cristã-católica, quanto como uma forma de mediação para a reflexão de questões que atravessam as vivências das populações negras como o extermínio dos jovens, seja pela violência policial, seja pelas drogas, a história dos quilombolas, as representações heróicas ou mesmo a inclusão das demandas relativas à homoafetividade, como se vê neste poema de Esmeralda Ribeiro:

### AOBOBOÍ! OXUMARÉ

Deusa do povo jeje  
Festeje a dupla existência do ator,  
Que encena a realidade arco-íris,  
Colorindo o palco da vida.  
Entre idas e vindas,  
O cenário humano expõe,  
Metade que menstrua, metade masculina.

Na camarinha dos orixás  
Em movimentos cíclicos,  
**Oxumaré** dança pro céu, dança pra terra,  
Levando as águas daqueles que são,  
Ao mesmo tempo, homem e mulher.

### **Aoboboí!! Oxumaré**

Ensina homens e mulheres que o outro,  
Gostemos ou não,  
Quando cerram-se as cortinas,  
Encena sua real paixão.

### **Aoboboí!! Oxumaré**

Como elemento simbólico que representa as múltiplas possibilidades de ser de Oxumaré, o arco-íris, mera simulação, mero efeito óptico, em si múltiplo em cores e duplo, por trazer consigo sempre uma sombra colorida, mimetiza a potência do ser homossexual pelo movimento contínuo de escape às limitações dicotômicas das sociedades patriarcais. Tal como o arco-íris, essa identidade não está jamais onde aparenta estar.

Obedecendo à dinâmica das relações nas religiões de matriz africana, donde as ações e percepções das divindades não se reservam apenas ao mundo material, mas tendo uma intrusão permanente na vivência material e cotidiana dos sujeitos, no poema “Sáluba”, Esmeralda Ribeiro

traz, por meio da figura da grande mãe da transmutação, Nanã, um apelo em favor da vida dos jovens afrodescendentes, fazendo com que a sua voz se faça em plena interação com o movimento contra o extermínio desses jovens nas periferias de Salvador-BA, chamado “Reaja ou será morto; reaja sou será morta”. O poema evoca o perfil materno, mas emancipa a ação da maternidade do puro ato gerador de vida para ser pensado como força que engendra a capacidade de proteger, defender e guardar esses sujeitos do mal que vive nos becos mais estreitos do Pelourinho, na acintosa claridade nebulosa da crackolândia e na infinidade de olhos obsedados pelo embotamento da droga. Assim a questão se apresenta no poema:

### **SÁLÛBA**

Nanã Buruku  
Divindade do povo Ashanti  
embala com dignidade  
àqueles de tez escura  
jogados em qualquer vala dura  
na lua sua banhe com altivez os corpos  
daqueles sem rosto na multidão.

### **Sáluba**

Divina mãe  
leva prologo dos segredos  
encantados das avenidas  
na brincadeira violenta da rua  
o enredo termina em nó atado  
nem minha, nem tuas sitiadas crianças.

Ancestral mãe revela pro mundo  
porque há presentes letais:  
cola, crack, outros tantos mais ofertados  
para aqueles de tez escura  
cuja figura é contornada pela lâmina  
afiada do desprezo.

Afetuosa mãe, cuida desses filhos  
que não são seus  
agora, grandiosa mãe  
só você zela em cerimônia secreta  
corpos esquecidos que repousam  
na fria cama do asfalto.

As qualidades do Orisá Nanã – aquela que mora na lama e tem a transmutação de energia, na passagem da vida para a morte o seu campo de ação – aparecem como forma de reinterpretação da maternidade. Como quem molda os corpos de lama, cabe ao Orisá oferecer a sua generosidade aos sujeitos desubjetivados pelas leituras minoradas de suas diferenças e



necessidades que se fazem na cotidianidade das ruas, nas multidões. A altivez, advinda dos poderes que possui e dos modos de relacionamento com a vida e a morte, em nada se aninha com o pesado passo e com o corpo encurvado da divindade anciã quando manifestada. A fragilidade do corpo que se curva numa dobre sobre si mesmo é facilmente desmentida quando recordamos o respeito e, por vezes, temor que essa mãe, que nos faz nascer às avessas, pode provocar. Obedecendo à lógica da ancestralidade, a sabedoria e o poder mágico de Nanã dão a ela, juntamente com a sua postura diante do mundo, uma altivez que representa a sua personalidade e, pelo lugar que ocupa, pode cindir o cordão que puxa os jovens para a morte:

Ancestral mãe revela pro mundo  
 porque há presentes letais:  
 cola, crack, outros tantos mais ofertados  
 para aqueles de tez escura  
 cuja figura é contornada pela lâmina  
 afiada do desprezo.

A maioria dos Orisás femininos traz, no seu campo de ação simbólica, a fluidez, a exemplo das águas e dos ventos. Nanã, na lama que se arrasta, representa uma maternidade bruta, que faz assentar a flutuação das possibilidades. E isso aparecerá no poema como um recurso último para interromper a via que conduz os jovens diretamente ao ocaso. O apelo a Nanã emerge, então, na antessala da morte: vala dura, multidão, avenidas onde as crianças encontram-se sitiadas e onde a vida parece ser um nó infinito.

Ainda no âmbito dos mistérios e representando o tempo atemporal dos ciclos femininos da lua, dos mares e dos rios que alegorizam os próprios ciclos do corpo feminino, o sangue menstrual, o aleitamento, os gozos e desejos do corpo, narrando os gestos, reações e vivências como ritos, a poesia da angolana Ana Paula Tavares traça uma subjetividade marcada, preenchida, feminina, mas num sentido mais amplo:

É muito recente este fenômeno de haver uma consciência do "eu feminino" e uma tentativa de reivindicar este espaço que ele comporta. Mas também não podemos interpretar, mesmo em relação às novas tendências, mesmo em relação às coisas que surgiram há pouco tempo, não podemos interpretar isto como uma poesia de gênero. Digamos que algumas mulheres, sobretudo a partir dos anos 80, começaram a deslocar o centro onde o sujeito poético estava muito fincado. Então, há uma poesia que surge falando da problemática de ser mulher numa sociedade africana como a nossa (TAVARES, 2000).

Ao se afastar de uma escrita de gênero, Tavares propõe um deslocamento, inclusive, no conhecimento eurocentrado de gênero. A defesa aqui é de uma escrita feminina no sentido de que traz, para a cena da lírica, o universo da mulher não apenas como tema, mas como opção estética, como uma espécie de gramática poética.

Cerimônia de Passagem

*Ana Paula Tavares, Dizes-me coisas amargas como os frutos.*

"a zebra feriu-se na pedra  
a pedra produziu lume"

a rapariga provou o sangue  
o sangue deu fruto

a mulher semeou o campo  
o campo amadureceu o vinho

o homem bebeu o vinho  
o vinho cresceu o canto

o velho começou o círculo  
o círculo fechou o princípio

"a zebra feriu-se na pedra  
a pedra produziu lume"

Luanda, 85

A cena da cerimônia começa e se fecha com um mistério, este, aliás, atravessará toda a mítica e a mística africana vindo, nas Religiões de Matriz Africana, ensejar o lugar do segredo como um espaço definitivo do poder: num terreiro nada se pergunta, se aprende. Assim, a zebra que se feriu na pedra recupera a importância do sangue nos rituais e este, como partícula metafísica do corpo feminino, como parte integrante do ciclo, se destransforma de sangue em lume, em luz. Diferente de uma leitura de matriz cristã, que apontaria para uma redenção pelo sofrimento, o sangue que brota da zebra é sangue, mas é também uma outra coisa, e, esta outra coisa é a alegoria, imagem-base da cultura africana.

Esse mesmo sangue com seu poder de lume converte a rapariga na mulher, numa possível referência ao sangue da menarca – primeira menstruação – ou o sangue, também iniciático, do desvirginamento ou do parto. O campo em “a mulher semeou o campo / o campo amadureceu o vinho” pode ser lido como o corpo fértil que, dentro de si, amadurece –

no tempo mais certo – não a uva, mas já o vinho, elemento desorganizador de uma ordem, acesso à via imaginária, à embriaguez. Apenas aí aparece o homem, bebendo do vinho, cantando seu canto e o velho começando o círculo que, por si, acha o seu princípio. Aqui o que se vê é uma delimitação de espaços: o interno, do feminino; e o externo, que canta, que tem mãos para riscar o círculo, do masculino. Entretanto, sem a ordem interiorizada do ritual da mulher, nada poderia ser posto a circular. Nisso, a poesia representa a maneira patriarcal de divisão do trabalho:

De um lado os homens, a quem as civilizações atribuem os trabalhos voltados para o lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do alto, do descontínuo (...) Por exemplo, alimentar os animais, levar o rebanho ao pasto, cultivar os campos, arar a terra, semear, (...) Às mulheres competem os afazeres classificados como fazendo parte do lado interior, úmido, baixo, contínuo, por isso lhes são atribuídos todos os trabalhos domésticos, isto é, os trabalhos privados e escondidos e até mesmo invisíveis ou vergonhosos, os mais sujos, monótonos, penosos e humildes. Por exemplo: cozinhar, criar e alimentar as crianças, os animais, varrer, tecer, moer, ordenhar, transportar água, amassar o barro (BOURDIEU, 1995, p. 113).

Outra imagem que aparecerá com alguma frequência na poesia de Paula Tavares é a da mãe. Diferente da metáfora já gasta, articulada por muitos poetas dos dois lados do atlântico da África-mãe, a maternidade aqui é vivenciada pelo viés da cumplicidade, da convivência estreita de dois sujeitos submissos a um mesmo espaço subjetivo. Se a mulher não encontra em outros lugares a chance de sua escuta amorosa e atenta, é no espelhamento narcísico entre mulheres, sempre orbitando pela circularidade mãe-filha, independente de assim o serem, que formará uma cadeia de aproximações sutis e afetivas.

A leitura mais atenta logo perceberá nesses textos uma capacidade absolutamente feminina – feita nos escuros e úmidos, engendrada no útero e nas entranhas. Aqui, o estético é ético, o poético é político, entretanto, não falamos aqui do universo de trincheiras e de guerras exteriores e masculinas. A cena da luta que aqui se apresenta é aquela travada nos baixos e sombrios lugares onde dormem os mais poderosos silenciamentos, onde o corpo guarda para si, e fala em linguagem esquecida, a história dos menos importantes que é a sua própria história, para os que tenham ouvidos de lhes ouvir.

Instauram-se, então outras tradições e fundam-se outros modos de representar as relações. Dentre as que sofrem a mais intensa reencenação, estará aquela estabelecida entre homens e mulheres. Mel Adún, no poema *Homem nobre*, dedica-se e rever os padrões que sustentam essas relações:

### Homem Nobre

A tarde cai e com ela não ficamos mais vazios;  
 sou inteira e parte do nobre guerreiro.  
 Com ele tudo está sempre certo,  
 mesmo que por vezes eu sinta algo de errado.  
 Meu guerreiro com sua ilustre lança  
 me lança um olhar certo  
 que me alcança  
 e com a negreza e gentileza dos seus,  
 afasta qualquer mau pensamento.  
 A tarde cai e com ela  
 não caem mais minhas esperanças,  
 não me sinto só  
 com o apagar crucial das luzes.  
 Espero a noite cheirosa  
 debaixo de um lençol fino  
 que me aquece por tempo determinado,  
 até o meu nobre voltar.

Ao negar entregar-se ao desamparo que é a chegada da noite para a mulher que espera, o eu-lírico reforça a onipresença do ser amado, não pela sua mera palavra de promessa lançada ao vazio, pelo desamparo que o sujeito poético possa vir a sentir, mas pela própria inteireza que essa voz feminina apresenta quando afirma que a queda da tarde não a deixa frágil ou desamparada. Os seres amados imantam-se numa simbiose complexa que se confirma num paradoxo: “sou inteira e parte do nobre guerreiro”.

Ser “parte” do nobre guerreiro, do ser amado nada tira, em força ou plenitude ao feminino, ela não se inferioriza. A força dele se faz compartilhar de uma mulher que se sabe plena. Nesse sentido, subverte-se o mais elementar dos estereótipos femininos, o da castração que, por seu turno, configura e determina a sua minoração perante o homem, detentor do falo, pleno a si mesmo. A vagina é socialmente pensada não apenas como o símbolo da vulnerabilidade feminina pelo sangue menstrual e pela possibilidade de engravidar fora de hora – questão largamente retomada por inúmeras narrativas, desde os contos de fada, por exemplo. Ela também representa a fenda estreita que limita a sua visão e vivência de mundo.

Na esteira da rearrumação da cena dos afetos mulher-homem, subvertendo inclusive o pólo ordenador de tal eixo, fresta vira festa, vira potência de negação, reescrita e ação interventiva sobre o mundo, de forma que é no contexto da escrita, no corpo da letra, que o sujeito finalmente se representa como diferença radical e inconciliável, e que emerge, tal como o simulacro deleuziano, enquanto não mais representação correspondente e apaziguadora, mas enquanto apresentação de outra forma de inserção no mundo. A palavra,

objeto antes pensado como meramente estético, dinamiza o seu campo de ação e submetendo-se à força plástica que, num mesmo gesto, desloca de seu lugar as narrativas anteriores sobre o feminino e constrói uma nova fala e um novo modo de falar.

#### 4. Considerações Finais

Na poesia, espaço no qual se construiu tradicionalmente uma representação do feminino pelo masculino na imagem da santa, da puta, da amada, desejada, desprezada ou inalcançável mulher, insere-se a rasura fundante de outro *modus fasciende* que passa, conforme apontou Florentina Santos, por uma proposta estética diferenciada, que é insubmissa ao cânone do que se convencionou chamar de belo em literatura.

A proposta estética oferecida pro esses textos tem algumas similaridades. Uma das marcas mais fortes é o abrandamento das alegorias, figuras de imagem calcadas na comparação complexa, em favor das metáforas, símiles, catacrese, assonâncias, aliteraões e ironia. As imagens construídas se propõem a construir uma leitura possível do mundo, tornando-o condizente com o olhar diferenciado que sobre ele se lança. Nessa perspectiva, há um progressivo abandono das formas de representação já desgastadas pelo uso em favor de pessoalizar, pela diferença mesmo, pela *différ* (DERRIDA), a dicção da escrita. As mensagens engendram um sentimento de limite, de exaustão, de alcance do limite do tolerável e da inviabilidade da manutenção das relações entre os arquétipos femininos e masculinos. Os textos trazem a reivindicação do reconhecimento de sua completude pela negação da castração e rechaçamento da ideia rebaixadora de inveja do falo, o que se faz acompanhar de uma assunção libertadora do gozo e do prazer sexual.

Não obstante, temas que percorrem o discurso poético de inúmeros escritores também comparecerão revisitados nesses poemas, a exemplo do recorrente tema do fazer poético, como se vê em “Da calma e do silêncio”, de Conceição Evaristo:

Quando eu morder  
a palavra,  
por favor  
não me apressem,  
quero mascar,  
rasgar entre os dentes,  
a pele, os ossos, o tutano  
do verbo,  
para assim versejar  
o âmago das coisas.

Quando meu olhar  
se perder no nada,  
por favor,  
não me despertem,  
quero reter,  
no adentro da íris,  
a menor sombra,  
do ínfimo movimento.

Quando meus pés  
abrandarem na marcha,  
por favor,  
não me forcem.

Caminhar para quê?  
Deixem-me quedar,  
deixem-me quieta,  
na aparente inércia.  
Nem todo viandante  
anda estradas,  
há mundos submersos,  
que só o silêncio  
da poesia penetra.

É dessa forma que tal produção poética instaura, como demanda, a capacidade de acionar leituras diferenciais que busquem perceber, na recorrência de elementos como a substituição da alegoria ou da metáfora pela comparação simples; nas ironias; no privilégio de versos livres e brancos; na construção de desenhos poéticos na página e nas outras formas de reescritas das histórias de si, a construção de uma personalidade poética não submissa ao cânone que jamais se interessou por abrigá-las.

#### Referências

BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1988.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Uma imagem ampliada. In: \_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro; Bertand Brasil, 2007.

CUTI. Quebranto. In: **Negroesia**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. pp. 53-54.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Trad. Aurélio Neto e Celia Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002. Col. Debates.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. Trad. Laura Sampaio. São Paulo: Loyola, 1998. (Leituras Filosóficas; 4).

FANON, Franz. **Peles Negras, Máscaras Brancas. Salvador**: Edufba, 2008.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica - 1895. Vol. I In: \_\_\_\_\_. **Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos**. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1969.

HALL, Stuart. Estudos Culturais e seu legado teórico. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HUYSEN, Andréas. Mapeando o pós-moderno In: HOLANDA, Heloisa B. (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 49.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda Consideração Intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Trad. Marcos Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. (Conexões; 20).

SOUZA, Florentina Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

#### Referências Eletrônicas

AGAMBEN, Giorgio. A potência do pensamento. In: **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

PINHO, Osmundo. **Lutas Culturais: relações raciais, antropologia e política no Brasil**. Revista de SOCIEDADE E CULTURA, V. 10, N. 1, JAN./JUN. 2007, P. 81-94. Disponível em: <<http://www.scribd.com>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

Recebido em: 23 de outubro de 2015.  
Aceito em: 10 de dezembro de 2015.

# TABULEIRO DE LETRAS

## O percurso da constituição do sujeito na crônica de Arnaldo Jabor

### The course of the subject's constitution in Arnaldo Jabor's chronicle

Diocles Igor Castro Pires Alves<sup>1</sup>  
Ana Cristina Santos Peixoto<sup>2</sup>  
Ramony Maria da S. R. Oliveira<sup>3</sup>

#### RESUMO:

Ancorados na Teoria da Análise do Discurso de linha francesa de Michel Pêcheux, o trabalho “O percurso da constituição do sujeito na crônica de Arnaldo Jabor” abordará a partir da crônica “Eu não amava o papa João Paulo II”, o percurso do sujeito discursivo extraída do livro *Ponopolítica: paixões e taras na vida brasileira*. Para tal analisamos o percurso com base nas Formações Discursivas e Ideológicas e através da Memória Discursiva revelamos os interdiscursos presentes que comprovam o deslocamento dos discursos no processo de construção e desconstrução do sujeito.

Palavras-chave: Sujeito; Discurso; Interdiscurso.

#### ABSTRAT:

Anchored in the Discourse Analysis Theory of the French Michel Pêcheux, the paper “The course of the subject's constitution in Arnaldo Jabor's chronicle” addresses the course of the discursive subject present in the book *Ponopolítica: paixões e taras na vida brasileira* from the chronicle “I did not love the Pope John Paul II”. To this end, the course is analyzed in the light of Discourse and Ideological Formations, and through Discourse Memory it is revealed the interdiscourses which prove the displacement of the discourses in the construction and deconstruction of the subject.

Keywords: Subject; Discourse; Interdiscourse.

## 1. Introdução

Este artigo propõe mostrar os conflitos da construção e (des)construção do sujeito discursivo, instaurados nas formações discursivas, encontrados na Crônica “Eu não gostava

---

<sup>1</sup>Professor de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. dioclesigor@gmail.com

<sup>2</sup> Professora de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. anacrisletras@gmail.com

<sup>3</sup> Professora do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG-MG. ramonyeduc@yahoo.com.br



do Papa João Paulo II”, de Arnaldo Jabor. Aqui analisamos o Sujeito Discursivo que se apropria das ideologias para mudar e transformar a visão que se tem do Pontífice.

Para tal, utilizamos a teoria da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, baseado em M. Pêcheux. Acreditamos que essa teoria elucidará a nossa hipótese desse sujeito polifônico que se constrói e se contradiz em relação ao seu objeto. Abordamos os conceitos da AD como o discurso, formação discursiva, interdiscurso, condições de produção do discurso, heterogeneidade mostrada e constitutiva, polifonia, entre outros conceitos que definimos e que evidencie a (des)construção de sujeito analisado.

O *corpus* dessa pesquisa foi extraído da obra *Pornopolítica: paixões e taras na vida brasileira*, uma coletânea de crônicas organizadas e escritas por Arnaldo Jabor. Escolhemos especificamente a crônica “Eu não gostava do Papa João Paulo II” para a análise, por apresentar relações discursivas antagônicas e um sujeito discursivo polifônico e complexo que se permite essa dualidade.

## 2. A Teoria do Discurso

Iniciada em meados dos anos 1960, com os trabalhos de Michel Pêcheux, A Análise do Discurso de linha francesa tem como base a articulação da Linguística (como teoria dos mecanismos sintáticos e da enunciação), o Materialismo Histórico (como teoria das formações e transformações sociais e ideológicas) e a Teoria do Discurso (como teoria da determinação histórica dos processos semânticos) e essas três regiões serão marcadas e atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

Segundo Pêcheux (1997), há três espaços distintos na AD: O primeiro – fechado-restrito – de natureza estruturalista, em que se concebido como uma máquina autodeterminada e fechada, e o sujeito é completamente assujeitado. Também chamado de 1ª época para Pêcheux, esse espaço trata-se de uma proposta teórica metodológica impregnada por uma releitura de Saussure, em que Pêcheux desloca o objeto, pensando a “*langue*” – sistema de signos linguísticos – (sua sistematicidade; seu caráter social) como base dos processos discursivos nos quais estão envolvidos sujeitos e História, criando assim uma polêmica, no tocante ao corte saussureano entre língua/fala, e mostrando algumas consequências como o abandono dos estudos semânticos e a abertura para o formalismo e o subjetivismo.

Pêcheux propõe uma mudança de terreno, o que implica a introdução de novos objetos tomados em relação ao então novo campo teórico. Duas ideias básicas saussurianas são

mantidas por Pêcheux: a ideia de língua como sistema e a de língua como instituição social.

A partir dessas ideias serão pensados os processos discursivos; e assim, Pêcheux desloca/rompe com o objeto saussureano e propõe que a Análise do Discurso trate de um novo objeto (discurso) que funde Língua, Sujeito e História. Daí a necessidade de propor um quadro teórico em torno de Saussure, Marx e Freud relidos, respectivamente, por Pêcheux, Althusser e Lacan.

No segundo espaço (a segunda época da AD), há a inserção do sujeito da enunciação, como processo do assujeitamento. Pêcheux marcará esse sujeito como assujeitado pela ilusão de ser a origem do discurso, afetado pela ideologia.

Teremos ainda nesse espaço a noção da Formação Discursiva (FD) e a noção de Interdiscurso que marcará o conceito FD que, posteriormente, trará à tona discursos outros e a constituição da materialidade histórica.

E no último espaço, a chamada terceira época, Pêcheux, por meio dos estudos sobre a subjetividade psicanalítica, apresenta um sujeito que se constitui e se realiza no “outro” existente na interação social, surgindo assim um sujeito heterogêneo, múltiplo e que apresenta o seu discurso atravessado por outros discursos norteados de heterogeneidades que o constituirão.

Nas palavras de Pêcheux (1997, p. 228), “o sujeito do discurso não se pertence, ele se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina”. Trata-se então do “fenômeno da interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso (...) pela identificação do sujeito com a FD que o domina” (...).

Pêcheux então afasta-se das posições dogmáticas alimentadas anteriormente pela vinculação com o Partido Comunista e acontece o momento do encontro com a “nova história”, da aproximação com as teses de Foucault, em que Pêcheux critica duramente a política e as posições derivadas da luta teórica (primeiro e segundo espaço da AD) e, assim, abre várias problemáticas sobre o discurso, a interpretação, a estrutura e o acontecimento.

Nas palavras de Gregolin (2003), quando adotamos o ponto de vista da Análise do Discurso, focalizamos os acontecimentos discursivos a partir do pressuposto de que há um real da língua e um real da história, e o trabalho do analista de discurso é entender a relação entre essas ordens, visto que o sentido é produzido pela relação do homem com a língua e com a história.

A Análise do Discurso propõe, portanto, descrever as articulações entre a

materialidade do enunciado, seu agrupamento em discursos, sua inserção em formações discursivas, sua articulação por meio de práticas, seu controle por princípios relacionados ao poder, suas inscrições em um arquivo histórico.

## 2.1 Alguns Conceitos da AD

O discurso é concebido como “uma prática do homem na sociedade”, sendo um conjunto de enunciados que derivam de uma mesma formação discursiva, ou seja, ele é constituído de uma série de enunciados para os quais podem se definir um conjunto de condições de existência. O discurso assim é “palavra em movimento”, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Para Fernandes (2005, p. 10), o discurso, que se revela como um objeto da análise do discurso, “não é a língua nem texto, nem fala, mas necessita de elementos linguísticos para se ter uma existência material”. O discurso é um objeto que envolve o meio social no qual se desenvolve e está integrado e impregnado de aspectos de níveis sociais e ideológicos que se exteriorizam por meio da língua.

Cardoso (2005, p. 21) diz que

o discurso é fruto do reconhecimento de que a linguagem tem uma dualidade constituída e que a compreensão do fenômeno da linguagem não deve ser buscada apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora do pólo da dicotomia língua/fala.

O discurso é um lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sugestões interagindo em situações concretas. O discurso para Foucault é atravessado não pela unidade do sujeito, mas pela sua dispersão, ou seja, vários indivíduos podem ocupar um lugar de sujeito no discurso, um mesmo discurso pode ser analisado sobre diferentes olhares.

Bakhtin considera o discurso como sendo sempre ideológico, pois se atribui à constituição do discurso outros discursos. O discurso nunca é independente, desprovido da inserção dos pensamentos pré-existentes.

É no discurso que encontramos o sujeito discursivo que, para Fernandes (2005, p. 28),

deve ser entendido não como seres que tem uma existência particular neste

mundo, mas como um ser social, que convive e se desenvolve em dinâmica coletiva tendo a sua existência fundamentada em um espaço social e ideológico em diferentes momentos da história.

Bakhtin (1992) elabora o conceito polifônico, visando ao sujeito discursivo como um ser que se multiplica assumindo vários lugares ou papéis no discurso. Já Ducrot (1972) concebe o sujeito discursivo como locutor, sujeito falante e enunciador do próprio discurso.

O sujeito e o discurso fazem parte da interação social em diferentes meios sociais: daí entrelaçamento de diversos discursos que possibilitam a formação do sujeito. Ao abordar sua formação, somos levados a compreender o porquê da existência, ou o porquê do dito. Para Fernandes (2005, p. 43), “o sujeito é plural, isto é, é atravessado por uma pluralidade de vozes e, por isso, inscreve-se em diferentes formações discursivas e ideológicas”. Por ser assim, o sujeito-discursivo se encontra constantemente em construção, podendo sofrer mudanças e mutações nas práticas discursivas, a formação discursiva própria além do discurso.

Tendo em vista a existência do discurso proferido pelo sujeito discursivo, trazemos nesta discussão as Formações Discursivas que se constroem com o surgimento do discurso. Foucault (1986, p. 147) define Formação Discursiva como

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercícios da função enunciativa.

Já a formação ideológica é assim definida por Pêcheux & Fuchs (1990, p. 166):

um conjunto complexo de atividades e de representações que não são nem individuais nem universais, que se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classes em conjuntos umas com as outras.

A ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos que se concretiza em aparelhos e práticas, sendo ligada ao inconsciente por meio da interpelação dos indivíduos em sujeitos. A ideologia é inerente ao signo, sendo assim diante de toda ou qualquer palavra podemos verificar a qual ideologia se integra o discurso.

Apresentadas as formações discursivas e ideológicas, enfatizamos as condições em que os discursos são produzidos pelo sujeito discursivo. São essas condições de produção do discurso, assinaladas pelos aspectos históricos, sociais e ideológicos que o envolvem, ou que possibilitam a produção do discurso enunciado pelo sujeito. E esse sujeito discursivo – dito

anteriormente – é constituído na interação social, não é o centro de seu dizer, em sua voz, mas um conjunto de outras vozes, heterogêneas, que se manifestam. O sujeito é polifônico e é constituído por uma heterogeneidade de discursos e se manifesta por meio da linguagem. Trazemos aqui a definição de heterogeneidade constitutiva que é “a condição de existência dos discursos e dos sujeitos uma vez que todo discurso resulta do entrelaçamento de diferentes discursos dispersos no meio social” (FERNANDES, 2005, p. 38). Já a heterogeneidade mostrada é “a voz do outro e se apresenta de forma explícita no discurso do sujeito e pode ser identificada na materialidade linguística” (FERNANDES, 2005, p. 38). A heterogeneidade pode ser confundida com a polifonia. Mas a polifonia são as “vozes oriundas de diferentes espaços sociais e diferentes discursos, constitutivas do sujeito discursivo” (FERNANDES, 2005, p. 43).

Quando dispomos analisar o discurso de um sujeito específico dentro de uma formação discursiva existente, buscamos entender como surgiram essas formações discursivas, além de questionarmos sobre as condições que o discurso foi produzido. Para isso recorreremos ao conceito de memória discursiva que nos permite verificar o espaço da memória como condição de funcionamento discursivo. Esse espaço constitui um corpo sócio-histórico-cultural em que os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos.

O mesmo sujeito discursivo pode proferir vários enunciados dentro de um espaço enunciativo – a enunciação. Nesse espaço surge o discurso e, por conseguinte, a formação discursiva. À presença de diferentes discursos, que advêm de diferentes momentos, chamamos de Interdiscurso o qual surge de diferentes lugares sociais e históricos, entrelaçados no interior de uma formação discursiva. Os diferentes discursos entrecruzados constitutivos dentro uma formação discursiva – o interdiscurso – podem se imbricar ocasionando um consenso e/ou dissenso nas formações discursivas e ideológicas, como ocorrem nos discursos do sujeito do *corpus* que a seguir será analisado.

### 3. Análise do *Corpus*

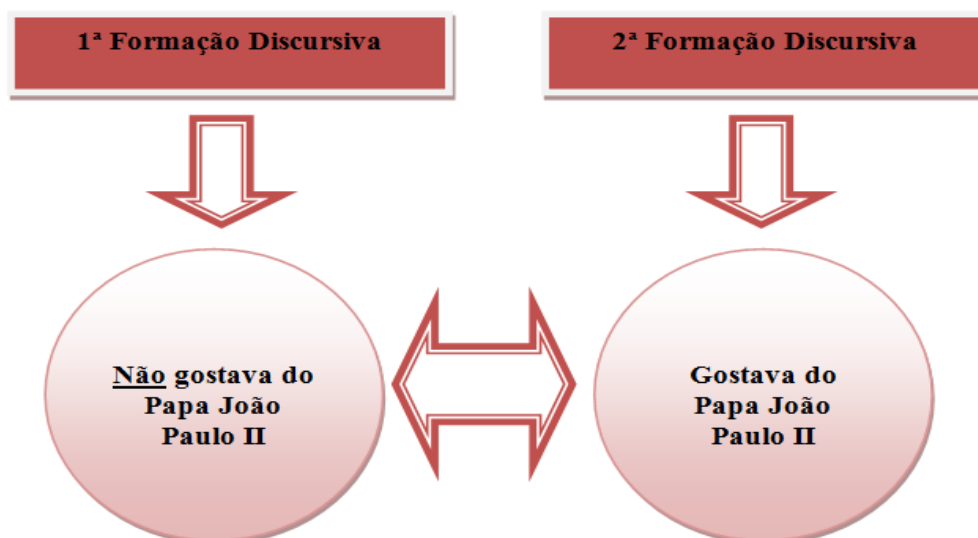
Com o objetivo de articular os conceitos da teoria da Análise do Discurso, abordados no tópico anterior, selecionamos a crônica **Eu não gostava do Papa João Paulo II**, extraída do livro *Pornopolítica: paixões e taras na vida brasileira de Arnaldo Jabor*. A crônica, enquanto *corpus* da pesquisa, foi analisada e apresentada em fragmentos, à medida que

apontamos cada elemento discursivo que nos mostra a construção e (des)construção do sujeito. Deixamos as sequências em negrito para nortear a análise e situar o leitor para os elementos discursivos.

O título **Eu não gostava do Papa João Paulo II** vai revelar a primeira Formação Discursiva (FD) daqueles indivíduos que não admiravam ou não gostavam do Papa, ou ainda, que não seguiam os dogmas católicos, ou era um ateu convicto. Mas como os discursos são marcados por ideologias, revelamos outra Formação Discursiva de confronto daqueles que eram católicos, admiravam a postura do Papa, conheciam sua história, sua trajetória de sacerdócio.

Para ilustrar esses confrontos de Formações Discursivas, apresentamos o esquema a seguir:

**Figura 1:** Esquema I - O confronto das Formações Discursivas



Fonte: Elaboração dos autores (2016).

No início do texto o sujeito apresenta a sua posição como sujeito discursivo: a posição subjetiva daquele que, a partir da comoção das pessoas que estavam unidas no falecimento do Papa, também é comovido.

**Escrevi este texto enquanto assistia à morte do papa na TV. E me espantava com a imensa emoção mundial, e também comigo mesmo: “Como estou sozinho”! Pensei.**

O sujeito fazia parte da FD – daqueles que ignoravam a morte do Papa, sem qualquer pesar. Inserido nessa FD, o sujeito tem a ilusão perpassada pelo inconsciente de que ele está

só. Essa solidão é tomada pela comoção da morte do Papa. O sujeito se coloca na mesma linha de igualdade com o Papa, e ainda que o mundo esteja comovido pela morte ele se encontra isolado e sozinho. A morte materializa a sensação de perda o que o leva a uma sensação de abandono.

Aparece então a segunda FD que é aquela das pessoas que têm fé e que rezam, para duelar com a primeira FD dos ateus:

**Percebi que tinha de saber mais sobre mim, eu, sozinho, sem fé alguma, no meio desse oceano de pessoas rezando no Ocidente e Oriente.**

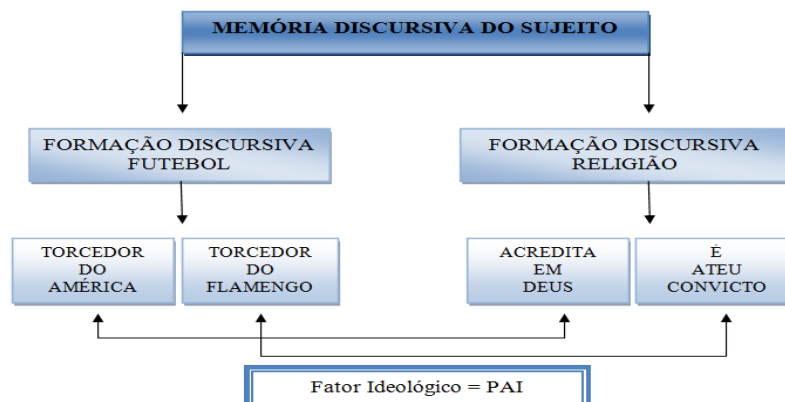
O sujeito se vê excluído e traído pela própria ideologia religiosa. O fato de contrapor suas convicções religiosas com o restante do mundo o direcionava a um “eu” completamente isolado. Foi marginalizado por si próprio de um conjunto de ideias que poderia assemelhá-lo com as pessoas de fé.

Ele só começa a fazer esse processo de reflexão a partir do momento em que vai acionar a sua Memória Discursiva (MD) e reportar a sua infância para poder, a partir dessa MD, reconstruir um lugar de discurso:

**Meu pai, engenheiro e militar, me passou dois ensinamentos: ele era ateu e torcia pelo América Futebol Clube. Claro que segui seus passos. Fui América até os 12 anos, quando “virei casaca” para o Flamengo (mas até hoje tenho saudade da camisa vermelha, garibaldina, do time de João Cabral e Lamartine Babo), e parei de acreditar em Deus.**

A memória discursiva é a própria representação do interdiscurso que se materializa nela e através dela. Temos nessa sequência a explicitação do interdiscurso daquele que não tem fé, daquele que é ateu. O sujeito só reforça isso com seu fanatismo de torcedor. O interdiscurso aparece com o paralelo feito entre os dois termos: “virei casaca” e “parei de acreditar em Deus”. O sujeito faz uma manobra ideológica quando utiliza o pai como seu fator de ideologia de transformação. Vejamos o esquema 2 que ilustra, através da Memória Discursiva, o fator ideológico que influenciam as formações ideológicas do sujeito.

**Figura 2:** Esquema II - Memória Discursiva do Sujeito



Fonte: Elaboração dos autores (2016).

O sujeito procura justificar as suas crenças e as suas convicções ideológicas usando o artifício da memória discursiva e traz à tona as lembranças do pai como um fator ideológico que o influenciou em algumas escolhas. A incompletude discursiva sempre será evidenciada no sujeito discursivo. O sujeito tem a ilusão de ser a origem do dizer, porque é encoberto de um esquecimento (bloqueado pela consciência). A memória discursiva, de certa forma, desbloqueia esse esquecimento e traz à baila a raiz do dizer algo exclusivo.

Na justificativa de suprir a lacuna do fato de pertencer àquela classe que não gosta do Papa, o sujeito se posiciona da seguinte forma:

**Sei que “de mortuis nihil nisi bonum” (“não se fala mal de morto”), mas devo confessar que nunca gostei desse Papa. Por quê? Não sei. É que sempre achei, nos meus traumas juvenis, que Papa era uma coisa meio inútil, pois só dava genéricas sobre a insânia do mundo, condenando a “maldade” e pedindo uma “paz” impossível, no meio da sujeira política.**

Temos um sujeito discursivo politizado e convicto em suas ideologias. A sua subjetividade é puramente racional quando diz (...) **pedindo uma “paz” impossível, no meio da sujeira política.** Trata-se de um sujeito descrente na política e possivelmente no homem. Ele vê a figura do Papa como algo fútil e sem importância para o cenário mundial.

Nas formações discursivas temos as presenças de vários discursos que se imbricam formando o interdiscurso. Na sequência, veremos o interdiscurso quando o religioso e o histórico perpassam o literário e o jocoso:

**Quando João Paulo entrou, eu era jovem e implicava com tudo. Eu achava vigarice aquele negócio de fingir que ele falava todas as línguas. Que papo era esse do Papa? Lendo frases escritas em partituras fonéticas... Quando ele começou a beijar o chão dos países visitados, impliquei mais ainda. Que demagogia! – reinando na corte do vaticano e bancando o humilde (...).**



Além de encontrarmos nesse enunciado o interdiscurso, vemos a recorrência da memória discursiva em que o sujeito retoma a memória coletiva para explicar a sua repulsão pelo Papa.

Para os católicos, o Papa representa a doutrina do cristianismo e a Igreja Católica fundada por Pedro a pedido de Jesus Cristo. O sujeito discursivo incomoda com o comportamento do Papa que tenta seguir o evangelho de Cristo nas suas palavras e nos seus atos. Para o sujeito, o Papa se transforma em um demagogo quando procura seguir os ensinamentos de Jesus Cristo narrados nos evangelhos da Bíblia. A ideologia que existe no ato de João Paulo é ideologia da Igreja Católica. O sujeito vê uma ironia no gesto do Papa, caracterizada pela ideologia do cristianismo.

Na próxima sequência encontramos os discursos literário, religioso, histórico e político. Esses discursos geram o interdiscurso da FD e fortalece as convicções do sujeito em relação ao Papa:

**Depois da euforia inicial dos anos 90, vi aquela esperança de conciliação política no mundo, capitaneado pelo Gorbachev, fracassaria. Entendi isso quando vi o papai Bush falando no Kremlin, humilhando o Gorba, considerando-se “vitorioso”, prenunciando as nuvens negras de hoje com seu filhinho no poder. Senti que o sonho de entendimento socialismo-capitalismo ia ser apenas o triunfo triste dos neoconservadores. O mundo foi piorando e o Papa viajando, beijando pés, cantando com Roberto Carlos no Rio. Uma vez ele declarou: “A Igreja Católica não é uma democracia.” Fiquei horrorizado naquela época liberalizante e não liguei mais para o Papa “de direita”.**

A heterogeneidade constitutiva está implícita em vários momentos nos discursos do sujeito. Como foi dito anteriormente, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do dizer, mas tudo que é dito em um discurso já foi falado antes, de outra forma, de outro lugar e por outro sujeito. A heterogeneidade mostrada também aparece nessa sequência discursiva quando o sujeito especifica a autoria do enunciado do Papa quando diz: **“A igreja Católica não é uma democracia”**.

Na próxima sequência vemos um sujeito na sua incompletude, mas que tomado pela figura do Papa: **“aquele rosto retorcido era o choro de uma criança, um rosto infantil em prantos”** se permite a refletir sobre suas ideologias.

**Essa foto é um marco, um símbolo forte, quase como as torres caindo em NY. Parece um prenuncio do juízo Final, um rosto do apocalipse, a cara da nossa época. É aterrorizante ver o desespero do homem de Deus, do Infalível, do**

**embaixador de Cristo. Naquele momento, Deus virou homem. E, subitamente, entendi alguma coisa maior que sempre me escapara: aquele rosto retorcido era o choro de uma criança, um rosto infantil em prantos! O Papa tinha voltado a seu nascimento e sua vida se fechava. Ali estava o menino pobre, ex-ator, ex-operário, ali estavam as vítimas da guerra, os atacados pelo terror, ali estava sua imensa solidão igual à minha. Então, ele morreu.**

Ele deixa um espaço para o inconsciente vir à tona (Onde já se viu falar mal do Papa, um homem de Deus, um homem santo? Sabendo que todos irão ler). A comparação da foto do Papa com as torres gêmeas dos EUA é a representação do poder em decadência. O Papa representando o poder da Igreja Católica, da religião e a torres representando o poder econômico, do capitalismo. O sujeito faz uma comparação entre o poder religioso e o poder econômico. E leva a um discurso histórico de outros tempos quando a igreja interferia na política. Existe nessa sequência um percurso sendo traçado para o Papa, de onipotente para um homem comum com fraquezas e sentimentos comuns e um percurso para (des)construção do sujeito discursivo. A seguir, a Figura 3 ilustra essa comparação:

**Figura 3:** Papa João Paulo II e as Torres Gêmeas dos EUA



**Fonte:** <http://catolicismoemsegredo.spaceblog.com.br/>; [www.publico.pt/mundo/noticia](http://www.publico.pt/mundo/noticia)

Em busca do objetivo de comprovar o deslocamento do sujeito, vemos o seguinte enunciado:

**E ontem, vendo os milhões chorando pelo mundo, vendo a praça cheia, entendi de repente sua obra, sua imensa importância. Vendo a cobertura da Globo,**

**montando sua vida inteira, os milhões de quilômetros viajados, da África às favelas do Nordeste, entendi o Papa.**

O sujeito inicia seu deslocamento na Formação discursiva quando obtém novas informações a respeito da vida do Papa. E se vê distante das ideologias que o constituiu enquanto sujeito:

**Emocionado, senti minha intensíssima solidão de ateu. Eu estava fora daquelas multidões imensas, eu não tinha nem a velha ideologia esfacelada nem uma religião para crer, eu era um filho abandonado do racionalismo francês, eu era um órfão de pai e mãe. Aí, quem tremeu fui eu, com olhos cheios d'água.**

Ao sentir a dor da ausência, o sujeito se emociona com as suas escolhas e se coloca numa posição de luto pela própria vida. Com a morte do Papa, o sujeito passa a construir ou desconstruir todas as impressões sobre o pontífice:

**E vi Karol Wojtyla, tachado superficialmente de “conservador”, tinha sido muito mais que isso. Ele tinha batido em dois cravos: satisfiz a reacionaríssima Cúria Romana, implacável e cortesã, e, além disso, botou o pé no mundo, fazendo o que italiano algum faria: rezar missas para negões na África e no Nordeste, levando seu corpo vivo como símbolo de uma espiritualidade perdida. O conjunto de sua obra foi muito além de ser contra ou favor da camisinha. Papa não é para ficar discutindo questões episódicas. É muito mais que isso. Visitou o Chile de Pinochet e o Iraque de Saddam e, ao contrário de ser uma “adesão alienada”, foi uma crítica muito mais alta, mostrando-se acima de sórdidas políticas seculares, levando consigo o Espírito, a idéia de Transcendência acima do mercantilismo e ditaduras. E foi tão “moderno” que usou a “mídia” sim, muito bem, como “Madonna ou Pelé”.**

Existe aí um sujeito que se desloca e, do lugar da subjetividade, constrói um sentimento, passando a gostar do Papa. Utiliza o recurso da memória discursiva e por meio das expressões do interdiscurso que traz à tona uma reflexão sobre a figura do Papa. Da relação do Sujeito com o social, a mobilização das multidões, a sua ideologia e a do Papa, o fazem refletir, e a partir desse momento ele se vê diante de uma nova ideologia, percebe-se enquanto um novo sujeito. Aquele Sujeito fragilizado, emocionado, cheio de incompletude, se constitui enquanto aquele que pode vir ser a favor do Papa.

Na próxima sequência discursiva surge um novo interdiscurso, em que o discurso literário se entrelaça no discurso social. O sujeito concorda que o Papa foi um homem que conseguiu estar além da igreja, foi além da ideologia:

**E, nisso criticou a Cúria por tabela, pois nenhum cardeal saíria do conforto do palácio para beijar pé de mendigo na América Latina. João Paulo cumpriu seu**

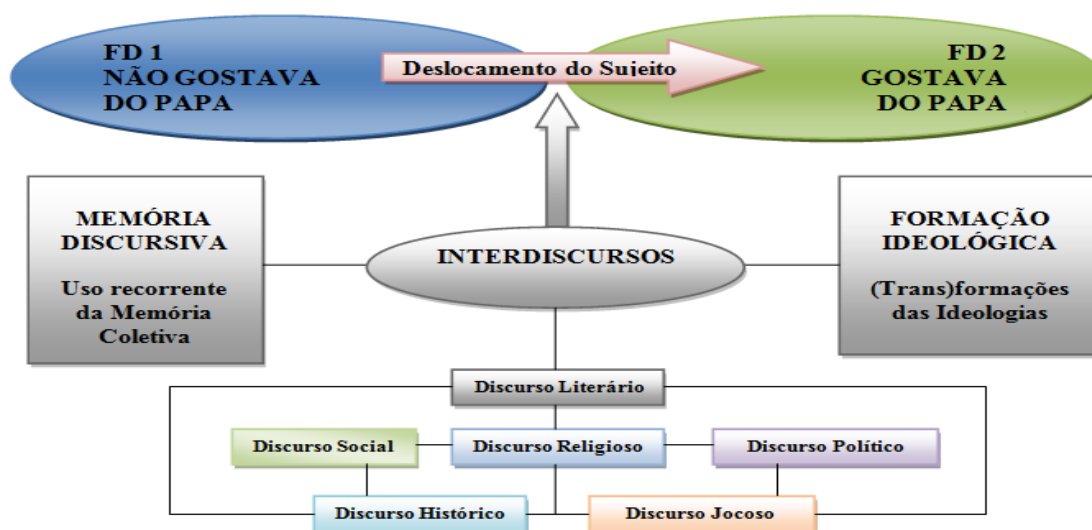
destino de filósofo acima do mundo, que tanto precisa de grandeza e solidariedade.

Por fim, o sujeito se (des)constrói e se desloca da Formação Discursiva daqueles que não gostavam do Papa João Paulo II e passa para a Formação Discursiva daqueles que gostavam do pontífice:

Sou ateu, sozinho, condenado a não ter fé, mas que se há alguma coisa que precisamos hoje, é de uma nova ética, de um pensamento transcendental, de uma espiritualidade perdida. João Paulo na verdade deu um show de bola.

Independentemente da espiritualidade ou religião, o Sujeito passa a respeitar a história de vida do pontífice. Ele não deixou de ser ateu, mas confessa que o Papa cumpriu seu papel enquanto homem de Deus, enquanto cidadão na sociedade. Vejamos o esquema 3 que mostra o deslocamento do sujeito discursivo.

**Figura 4:** Esquema III – Deslocamento do Sujeito Discursivo



Fonte: Elaboração dos autores (2016).

#### 4. Considerações Finais

O artigo em voga privilegiou o estudo discursivo e enfatizou a questão das Formações Discursivas e seus desdobramentos. Identificamos os momentos em que o sujeito constrói e ao mesmo tempo reconstrói seu percurso discursivo a partir de duas Formações Discursivas: Aqueles que **não** gostavam do Papa (FD1) e aqueles que gostavam do Papa (FD2). A partir

das Formações Discursivas – constituídas pelos interdiscursos que foram formados pelos intercruzamentos dos discursos político, literário, social, histórico, religioso e jocoso – foi possível traçar o percurso da construção e (des)construção do sujeito discursivo. Por meio das sequências discursivas reportamos à Memória Discursiva para entender os diferentes lugares discursivos distintos do sujeito e assim evidenciar os momentos em que as formações discursivas se duelam e se aliam.

O processo de (des)construção somente foi possível devido à exposição do sujeito discursivo aos fatores sociais, políticos, culturais. O movimento interpretativo do discurso possibilitou que o sujeito sofresse uma (des)construção ideológica.

Por saber que toda interpretação é marcada pela incompletude constitutiva do próprio processo de interpretar, acreditamos que a ilusão do fechamento do texto marca apenas a possibilidade de outras interpretações.

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **Discurso e Ensino**. 2.ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DUCROT, O. **Direct ne pas Dire**. Paris: Herman, 1972.
- FERNANDES, Claudemar A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Série Sala de Aula. Trilhas Urbanas, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise; BARONAS, Roberto. **As Materialidades do sentido**. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2003.
- JABOR, Arnaldo. **Pornopolítica**: paixões e taras na vida brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. Análise do Discurso: Três Épocas. In. GADET, Françoise & HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

## ANEXO I

## EU NÃO GOSTAVA DO PAPA JOÃO PAULO II

Escrevo enquanto vejo a morte do papa na TV. E me espanto com a imensa emoção mundial. Espanto-me também comigo mesmo: "Como eu estou sozinho!" - pensei. Percebi que tinha de saber mais sobre mim, eu, sozinho, sem fé nenhuma, no meio deste oceano de pessoas rezando no Ocidente e Oriente. Meu pai, engenheiro e militar, me passou dois ensinamentos: ele era ateu e torcia pelo América Futebol Clube. Claro que segui seus passos. Fui América até os 12 anos, quando "virei casaca" para o Flamengo (mas até hoje tenho saudade da camisa vermelha, garibaldina, do time de João Cabral e Lamartine Babo), e parei de acreditar em Deus.

Sei que "de mortuis nihil nisi bonum" ("não se fala mal de morto"), mas devo confessar que nunca gostei desse papa. Por quê? Não sei. É que sempre achei, nos meus traumas juvenis, que papa era uma coisa meio inútil, pois só dava opiniões genéricas sobre a insânia do mundo, condenando a "maldade" e pedindo uma "paz" impossível, no meio da sujeira política.

Quando João Paulo entrou, eu era jovem e implicava com tudo. Eu achava vigarice aquele negócio de fingir que ele falava todas as línguas. Que papo era esse do papa? Lendo frases escritas em partituras fonéticas... Quando ele começou a beijar o chão dos países visitados, impliquei mais ainda. Que demagogia! - reinando na corte do Vaticano e bancando o humilde...

Um dia, o papa foi alvejado no meio da Praça de São Pedro, por aquele maluco islâmico, prenúncio dos tempos atuais. Eu tenho a teoria de que aquele tiro, aquela bala terrorista despertou-o para a realidade do mundo. E o papa sentiu no corpo a desgraça política do tempo. Acho que a bala mudou o papa. Mas, fiquei irritadíssimo quando ele, depois de curado, foi à prisão "perdoar" o cara que quis matá-lo. Não gostei de sua "infinita bondade" com um canalha boçal. Achei falso seu perdão que, na verdade, humilhava o terrorista babaca, como uma vingança doce.

E fui por aí, observando esse papa sem muita atenção. É tão fácil desprezar alguém, ideologicamente... Quando vi que ele era "reacionário" em questões como camisinha, pílula e contra os arroubos da Igreja da Libertação, aí não pensei mais nele... Tive apenas uma admiração passageira por sua adesão ao Solidariedade do Walesa, mas, como bom "materialista", desvalorizei o movimento polonês como "idealista", com um Walesa meio "pelego". E o tempo passou.

Depois da euforia inicial dos anos 90, vi que aquela esperança de entendimento político no mundo, capitaneado pelo Gorbachev, fracassaria. Entendi isso quando vi o papai Bush falando no Kremlin, humilhando o Gorba, considerando-se "vitorioso", renunciando as nuvens negras de hoje com seu filhinho no poder. Senti que o sonho de entendimento socialismo-capitalismo ia ser apenas o triunfo triste dos neoconservadores. O mundo foi piorando e o papa viajando, beijando pés, cantando com Roberto Carlos no Rio. Uma vez, ele declarou: "A Igreja Católica não é uma democracia." Fiquei horrorizado naquela época liberalizante e não liguei mais para o papa "de direita".

Depois, o papa ficou doente, há dez anos. E eu olhava cruelmente seus tremores, sua corcova crescente e, sem compaixão nenhuma, pensava que o pontífice não queria "largar o osso" e ria, como um anti-Cristo. Até que, nos últimos dias, João Paulo II chegou à janela do Vaticano, tentou falar... e num esgar dolorido, trágico, foi fotografado em close, com a boca aberta, desesperado.

Essa foto é um marco, um símbolo forte, quase como as torres caindo em NY. Parece um prenúncio do Juízo Final, um rosto do Apocalipse, a cara de nossa época. É aterrorizante ver o desespero do homem de Deus, do Infalível, do embaixador de Cristo. Naquele momento, Deus virou homem. E, subitamente, entendi alguma coisa maior que sempre me escapara: aquele rosto retorcido era o choro de uma criança, um rosto infantil em prantos! O papa tinha voltado ao seu nascimento e sua vida se fechava. Ali estava o menino pobre, ex-ator, ex-operário, ali estavam as vítimas da guerra, os atacados pelo terror, ali estava sua imensa solidão igual à nossa.

Então, ele morreu. E ontem, vendo os milhões chorando pelo mundo, vendo a praça cheia, entendi de repente sua obra, sua imensa importância. Vendo a cobertura da Globo, montando sua vida inteira, seus milhões de quilômetros viajados, da África às favelas do Nordeste, entendi o papa. Emocionado, senti minha intensíssima solidão de ateu. Eu estava

fora daquelas multidões imensas, eu não tinha nem a velha ideologia esfacelada, nem uma religião para crer, eu era um filho abandonado do racionalismo francês, eu era um órfão de pai e mãe. Aí, quem tremeu fui eu, com olhos cheios d'água. E vi que Karol Wojtyła, tachado superficialmente de "conservador", tinha sido muito mais que isso. Ele tinha batido em dois cravos: satisfizes a reacionaríssima Cúria Romana implacável e cortesã e, além disso, botou o pé no mundo, fazendo o que italiano nenhum faria: rezar missa para negões na África e no Nordeste, levando seu corpo vivo como símbolo de uma espiritualidade perdida.

O conjunto de sua obra foi muito além de ser contra ou a favor da camisinha. Papa não é para ficar discutindo questões episódicas. É muito mais que isso. Visitou o Chile de Pinochet e o Iraque de Saddam e, ao contrário de ser uma "adesão alienada", foi uma crítica muito mais alta, mostrando-se acima de sórdidas políticas seculares, levando consigo o Espírito, a idéia de Transcendência acima do mercantilismo e de ditaduras. E foi tão "moderno" que usou a "mídia" sim, muito bem, como Madonna ou Pelé.

E nisso, criticou a Cúria por tabela, pois nenhum cardeal sairia do conforto dos palácios para beijar pé de mendigo na América Latina. João Paulo cumpriu seu destino de filósofo acima do mundo, que tanto precisa de grandeza e solidariedade.

Sou ateu, sozinho, condenado a não ter fé, mas vi que se há alguma coisa de que precisamos hoje é de uma nova ética, de um pensamento transcendental, de uma espiritualidade perdida. João Paulo na verdade deu um show de bola.

JABOR, Arnaldo. **Pornopolítica**: paixões e taras na vida brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

Recebido em: 04 de outubro de 2015.  
Aceito em: 05 de dezembro de 2015.



# TABULEIRO DE LETRAS

## RESENHA

***Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna,***  
**de Celso Ferrarezi Jr. Parábola Editorial, 2014.**

Karine Correia dos Santos de Oliveira<sup>1</sup>

O livro *Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna*, de Celso Ferrarezi Jr., é um texto que expõe abertamente alguns dos problemas envolvidos com algumas maneiras de trabalhar, na escola e na sala de aula de língua materna, as habilidades de falar, ouvir, ler e escrever. Alguns passos ligados ao que o autor denomina “pedagogia da comunicação” são apontados. Para isso, diversas pesquisas foram feitas, com alunos e professores, além de mais de trinta anos de magistério. Dizeres de alunos e professores podem ser facilmente imaginados e recuperados, pois são abordados com uma sensibilidade de quem realmente sente as dificuldades das condições físicas das escolas, dos péssimos salários dos professores, da repetição dos conteúdos, do excesso de carga horária de trabalho, entre outros. A temática do silenciamento é, sem dúvida, central. O silêncio grita na escola, um silêncio protagonizado, de diversas formas, pelos formadores e pelos alunos. O silêncio daquele aluno que não entende, mas não se manifesta; daquele que dorme na aula, porque trabalhou o dia inteiro e do professor que vê isso; daquele que “não consegue colocar as ideias no papel”; daquele que “lê e não entende nada”, daquele professor que se angustia ao querer resolver as dificuldades singulares etc. Diante desse cenário, o excesso de barulho também pode ser uma forma de amenizar o incômodo causado por saberes estranhos e não apropriados, uma nova forma de fechamento para o outro, por meio da rotina exagerada que imobiliza. A concepção de formação humana do autor é explicitada em:

□

<sup>1</sup> Doutoranda em Linguística no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). [karineletras@yahoo.com.br](mailto:karineletras@yahoo.com.br)

Gosto da ideia de uma “homo communicans” no sentido de um homem que sabe algo e que consegue expressar esse algo que sabe na mesma medida em que consegue ampliar o que sabe, porque é hábil em relação a aprender aquilo que os outros lhe comunicam. (p. 68).

Celso Ferrarezi Jr. é formado em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), mestre em Linguística – Semântica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), doutor em Linguística – Semântica pela UNIR e fez pós-doutorado em Semântica pela UNICAMP. Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Semântica, atuando principalmente nos seguintes temas: semântica, educação, alfabetização, descrição e teoria linguística. Na Amazônia, fez carreira como professor, a partir dos 16 anos, quando terminou o curso de magistério. Trabalhou em todas as séries básicas (da Alfabetização ao Ensino Médio), com povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos, em escolas urbanas, no sistema federal de universidades e em programas de formação de professores.

A obra organiza-se em quatro capítulos com inúmeros subtítulos. A capa e a contracapa são ilustradas com desenhos de três crianças tampando os ouvidos, a boca e os olhos, assim como desenhos muito divulgados em murais de redes sociais nos quais sujeitos, com diferentes intencionalidades, se autodenominam “cegos, mudos e surdos”. Tais imagens apenas sinalizam a reflexão aprofundada que o autor faz sobre o silenciamento nas escolas, ao longo do livro.

No primeiro capítulo, “O silêncio dos pecadores”, encontra-se um estudo histórico da educação, desde antes de Cristo. A herança cristã já pregava uma atitude de submissão e aceitação (sem compreensão!) de uma ordem, sem questionamentos, mesmo diante dos fantasmas da existência. A formação laica, no Brasil, introduzida no período militar, não promoveu mudanças significativas nesse cenário autoritário. A alteração da disciplina língua portuguesa para comunicação e expressão, segundo Ferrarezi, não mudou a estrutura das aulas conteudistas e que pouco consideravam da bagagem cultural do alunado. Qualquer discussão era uma subversão. Assim como muitas atitudes de alunos. O professor conta diversas histórias de como a criatividade dos alunos não era aproveitada nas aulas, as quais focalizavam essencialmente a apreensão de regras. Em sala de aula, os alunos criavam (e ainda criam!) mecanismos de interação: os bilhetinhos, os olhares, os barulhos, a técnica de ir até a lixeira para levantar e

conversar com os colegas, entre outros. O curioso é que, mesmo diante de tantas críticas aos seus professores de comunicação e expressão, Ferrarezi, assim como eu, escolheu ser professor por admirar um determinado professor de Português. A imagem positiva do professor aparece em “Existem bons professores, professores que tentam ser barulhentos em suas escolas.” (p. 27). Sobre os livros didáticos, o professor faz um desabafo:

Aliás, pouca coisa mais absurda existe na educação deste país do que dizer que os livros didáticos distribuídos em nossas escolas estão adaptados aos PCN. Os PCN representam um “grito pelo barulho”, nossos livros didáticos são a voz onipresente do silêncio! (p. 28).

É claro que os livros didáticos não funcionam sozinhos. O autor se refere a uma prática de trabalho com esses materiais em que o cronograma precisa sempre ser seguido à risca, mesmo diante de dificuldades de aprendizagem, aos exercícios repetitivos, à falta de outras opções de materiais, à ausência de propostas de exercícios totalmente elaborados pelo professor, enfim, por inúmeros entraves. Cada livro didático mereceria um estudo voltado para críticas específicas, com certeza. Pesquisas voltadas para os livros didáticos possibilitam escolhas mais produtivas para o ensino. Só que o foco da crítica de Ferrarezi é a não importância ao direito de liberdade e direito de expressão nas escolas. Nessa linha de raciocínio os PCN propõem:

A sociedade brasileira demanda uma educação de qualidade, que garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam ver atendidas suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas (p. 21).

Com isso, eu concordo e muito, sem pensar que esse seja um problema de fácil resolução. Trata-se de algo complexo também ligado ao hermetismo dos currículos repetitivos, (re) pensados pelas escolas e pelos professores. Assusta saber que muitos conteúdos, em Língua Portuguesa, são estudados no Ensino Fundamental I, repetidos no Ensino Fundamental II e até no Ensino Médio. E o critério da subjetividade? É outro problema que merece atenção. Quando eu estava no quinto ano do Ensino Fundamental, havia um professor de Matemática que nunca chamava os alunos pelo nome, apenas por “zé” e “maria”. Eram inúmeros os motivos, mas isso me incomodava. Exemplos como esse, que podem ser mais ou menos importantes, dependendo

da situação, em sala de aula, são detalhadamente explorados pelo professor, que recorda, em diversas passagens, sua época de aluno no Ensino Fundamental.

Ferrarezi, no segundo capítulo, “Uma tentativa de mudança”, a LDB 9394/96 e os PCN são considerados documentos que representam um marco importante para o ensino de Língua Portuguesa. Apesar disso, ainda significa um desafio a apropriação desses documentos por muitas escolas e professores. O pesquisador ministrou vários cursos sobre a proposta de um novo currículo e diz ter enfrentado inúmeras dificuldades: falta de comprometimento de estados e municípios com a proposta do governo, professores que pensavam não lhes dizer respeito a (re) elaboração do currículo, dificuldades de entendimento dos PCN e dificuldades com diretores que se negavam a consultar os pais. Por fim, também faltaram acompanhamento e investimentos em debates por parte do MEC (novamente, o discurso da falta!), visando ao cumprimento das leis federais sobre a mudança do currículo da disciplina. O autor reproduz as vinte e oito metas do governo, em 2007, para a educação. Entretanto, não explora as avaliações nacionais de qualidade da educação. Buarque (2007), citado pelo autor resenhado, também reclama da falta de compromisso com a educação, direcionando seu dizer à comunidade escolar.

Na sequência, com o seu terceiro capítulo, “As quatro habilidades básicas da comunicação na sala de aula”, Ferrarezi defende ser imprescindível, para a formação de sujeitos aptos a se comunicarem, em diferentes instâncias sociais, a integração das habilidades de ler, escrever, falar e ouvir. A interdisciplinaridade dessas habilidades não pode ser esquecida e necessita de esforços para a elaboração de atividades voltadas para cada uma delas, nas diferentes disciplinas da formação escolar.

No quarto e último capítulo, “A urgência da mudança”, Ferrarezi comenta vários textos de alunos, considerando o que o professor solicitou e o que foi realizado. Verificou muitas dificuldades em expressar ideias e, quase em todos os casos, os textos dos terceiro, quarto e quinto anos do Ensino Fundamental I eram ininteligíveis. Alunos que, apesar de frequentarem a escola, não aprenderam a ouvir e, muito menos, a expressar suas próprias reflexões. Diante dessa realidade, a conclusão não poderia ser outra:

Não conseguiremos mudar nosso atual estágio de subdesenvolvimento escolar com “açõezinhas-do-bem”: precisamos de uma revolução! (p. 106).

Uma revolução na educação, nos currículos, nas prioridades do ensino, nas avaliações, nas atividades de sala e na estrutura de cada escola. Essa é uma luta de cada comunidade escolar. (FREIRE, 2005). Outra preocupação é pensar a escola em sua realidade, sem prejudicar seu andamento devido a questões que não estão envolvidas pela sistemática dos processos de ensino e aprendizagem. A proposta que ele faz é de que

[...] uma escola pensada sob a ótica de uma pedagogia da comunicação será uma escola aberta para a vida: uma escola em que a vida penetra invariavelmente (p. 108).

Essa proposta é muito semelhante à interação verbal, sob a perspectiva dos gêneros discursivos bakhtinianos. Uma responsabilização do sujeito inserido em grupos socialmente organizados. A integração da escola com a comunidade não pode ocorrer sem limites. O próprio PCN explica isso:

A educação escolar deve constituir-se em uma ajuda intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças, adolescentes e jovens durante um período contínuo e extensivo de tempo, diferindo de processos educativos que ocorrem em outras instâncias, como na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nos demais espaços de construção de conhecimentos e valores para o convívio social. (p. 42).

Se a escola servir para tudo, ela também correrá o risco de perder o foco dos seus objetivos, organização e identidade, o que também vale para o projeto de ensino do professor de Português.

O livro *Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna* é um texto que expõe vários desafios ligados a busca por formações mais autônomas e menos silenciosas. Aprender é entender o outro, mas sob o meu prisma também, pois ninguém vive sozinho, nem os autores dos conteúdos estudados e nem os estudantes. (BAKHTIN, 2003). Hoje, a perspectiva de ascensão social, por meio dos estudos e do trabalho, no Brasil, segundo os PCN, aumentou. Entretanto, muito ainda necessita ser alterado, considerando os incômodos recuperados por meio da leitura da obra resenhada e os grandes números de repetência e evasão, ainda existentes, no país. As respostas aos problemas que o autor delimita e que foram recuperadas nesta resenha, não podem ser rápidas e muito menos se pautarem no que deve ou

deveria ser feito apenas, mas frutos de estratégias de ensino pensadas pelo professor, junto com seu grupo de trabalho e em pesquisas voltadas para as práticas de ensino e para as diversas formas de aprendizagem.

## Referências

BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In.: **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261 a 335.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução**. Brasília: MEC/SEF.

BUARQUE, Cristóvão. **Crematório de cérebros**. O Globo, 27/10/2007.

FERRAREZI Jr., Celso. **Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna**. 1ª. ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Recebido em: 08 de junho de 2015.  
Aceito em: 22 de novembro de 2015.

# TABULEIRO DE LETRAS

## RESENHA

**BUARQUE, Chico. *O irmão Alemão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.**

Márcia Moreira Pereira<sup>1</sup>

Soaria clichê afirmar que Chico Buarque se reinventa a cada nova publicação. A verdade é que o autor, ao lançar qualquer obra, já se torna alvo de destaque em todos os meios. Aos 70 anos e com letras musicais que dispensam floreios analíticos, Chico Buarque também se estabelece definitivamente como escritor literário.

Seu quinto romance, *O irmão alemão*, lançado em 2014, já arranca suspiros dúbios, seja de seu público cativo, seja dos críticos fervorosos de plantão. A obra estreia de modo particular, envolvendo algo que Chico sempre preservou, sua vida íntima, especificamente a existência de um irmão alemão, fruto de uma aventura de seu pai Sérgio Buarque de Hollanda, durante uma estada em Berlim da década de 1930.

O livro retrata, de modo verossímil e bem humorado, a busca do narrador pelo seu meio-irmão alemão. A procura se dá entre andanças, descobertas e aventuras pela cidade de São Paulo, até sua ida a Berlim, em busca do irmão, Serge. A questão familiar também é bem evidente em diversas passagens: a relação peculiar com o irmão mais velho; a dedicação à casa e os dotes culinários da mãe; o mergulho sempre profundo do pai no universo dos livros e sua influência na vida do autor: "Posterguei meu serviço, subi ao quarto e me recostei na cama curioso pelos livros novos, talvez os primeiros de toda uma vida que eu me permitia folhear sem terem passado pelas mãos do meu pai" (p. 217), diz o narrador a certa altura. Amigos desaparecidos e a busca angustiada por eles remetem ao regime ditatorial brasileiro, assunto presente na vida do autor e igualmente retratado nesse e em outro romance

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação. Doutoranda em Estudos Literários na Universidade Presbiteriana Mackenzie. [marcia.moreirapereira@gmail.com](mailto:marcia.moreirapereira@gmail.com)

(Benjamim, 1995) de sua autoria.

Durante a leitura da obra, é praticamente impossível não se lembrar de várias passagens da vida de Chico Buarque. Por este e outros motivos, trata-se de uma obra de extração autobiográfica, na qual realidade e ficção se confundem, recurso muito presente na literatura contemporânea, mas um tanto inovador no conjunto da obra do autor. Além disso, em *O irmão alemão* pode-se dizer que há não um único, mas vários "Chicos", ali representados na multiplicidade de "situações" e motivos literários que povoam o romance. Não se tem, assim, apenas o Chico "família" em busca do irmão, mas em alguns trechos o Chico "poeta" também se impõe ("mas ainda que esteja aleijado para sempre, considero uma dádiva ter olhos de ver o céu azul, os fiapos de nuvem, o balanço das saias plissadas das meninas do Colégio Des Oiseaux", p. 100); em outros momentos, é o Chico "crítico-do-comportamento-humano" que se afirma ("compreendo que mamãe se ofendesse, mas depois de uma vida ao lado do meu pai, ela deveria ter aprendido que um homem com comichão por livros está sempre sujeito a perder a compostura", p. 183); enfim, o Chico "político", retomando um mote comum às suas canções, também está presente ("lá em casa não se falava pouco de política, se bem que meu pai, pelo que sei tendia a ideais socialistas. Não as expressava ultimamente em público decerto porque, como supervisor geral da Cambesp, era subordinado a um governador partidário do regime militar", p. 48).

O narrador, determinado e obsessivo por encontrar o irmão, vê a possibilidade de encontrá-lo em contato com o professor de piano, nos bilhetes escondidos nos livros do pai e na embaixada alemã. Essa busca é narrada por meio de sonhos, pequenos namoros, mentiras e tudo aquilo que um adolescente em dúvida pode fazer; depois de adulto, a busca continua, mas desta vez mais precisa, com sua ida a Berlim. É a partir de sua chegada ali que o leitor tem melhor dimensão do significado da procura do protagonista, em passagens de emoção contundente: "Mas à medida que a câmera fechasse sem Sergio, mais eu veria nele o rosto oblongo, o nariz de batata até os óculos do meu pai. Seria do pai sua maneira de pitar o cigarro retraindo os lábios e de atirar longe a bituca com um peteleco. E muito me engano ou seria meu o seu bico, quando ele pegasse a assobiar uma triste melodia, num silvo potente e preciso de que poucos são capazes como eu" (p. 226).

A aparente brincadeira de esconde-esconde entre irmãos – por parte apenas do narrador, é claro – passa a ser, ao final do livro, uma esperança ingênua e de grande beleza fraternal: "Depois me daria vontade de rir do seu jeito de andar, feito eu e meu pai, não muito diferente de um pinguim, ao som dos acordes russos de uma orquestra invisível. E me viria



um ciúme gostoso ao ver correr ao seu encontro aquela mulher de saia rodada, que seria a garota Maria Helena tal e qual. Por fim eu reconheceria não sei de onde os versos que ele cantaria para ela à beira do Rio Spree: *Dizem / Que em algum lugar / Parece que no Brasil / Existe um homem feliz*" (p. 226).

Ao final, cabe uma pergunta talvez surpreendente: o que mais os Buarque de Hollanda poderiam nos oferecer? Um talentoso irmão alemão?

Recebido em: 07 de julho de 2015.  
Aceito em: 20 de novembro de 2015.

# TABULEIRO DE LETRAS

## ENTREVISTA

Murilo Peixoto da Mota é Doutor pela Escola de Serviço Social da UFRJ; Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ; Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ; Sociólogo da UFRJ lotado no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos - NEPP-DH/UFRJ. É Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu Políticas Públicas e Cultura de Direitos - NEPP-DH/UFRJ. Desenvolve pesquisas na área de gênero, diversidade sexual e direitos humanos. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CEP-CFCH) da UFRJ. [muriloufrj@gmail.com](mailto:muriloufrj@gmail.com)

Murilo Mota esteve em Salvador em maio de 2015 para participar do IV Seminário Enlaçando Sexualidades, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, ocasião em que realizamos esta entrevista. A ideia foi relacionar o universo das mídias digitais, com o advento do hipertexto, ao objeto investigado pelo sociólogo, publicado em livro de sua autoria intitulado “Ao sair do armário, entrei na velhice... Homossexualidade masculina e o curso da vida”, recém-lançado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ e pela Editora Mobile.

**Ricardo Freitas (RF): Murilo, sobre o que trata o seu livro “Ao sair do armário, entrei na velhice: homossexualidade masculina e o curso da vida”?**

*Murilo Mota (MM)- Este livro é o resultado de minha pesquisa para obtenção do título de Doutor em Serviço Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com o título original de “Homossexualidade Masculina e a Experiência de Envelhecer”, financiado com recursos da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).*

*Gostaria de destacar que o tema em questão focaliza a construção do envelhecimento com base em reflexões sociológicas. Esse tema tem produção recente no Brasil, com importantes contribuições de intelectuais, como Júlio Assis Simões, Andrea Moraes, Miriam Lins de Barros, Guita Debert, Miriam Goldenberg, Alda Motta, entre tantos outros que buscaram analisar os lugares ocupados por sujeitos com mais de 60 anos, no âmbito de seu espaço social. Assim, de modo mais amplo, o livro busca analisar o indivíduo moderno, tomando como enfoque homens gays em suas sociabilidades, afetividades, medos, angústias e o enfrentamento das mazelas distintivas das concepções*

*entre velhice e homossexualidade, solidificadas e construídas por esta sociedade, que segrega e despreza todos aqueles que, de alguma maneira, ousaram ser o que são em meio à heteronormatividade e no contexto de uma sociedade hedonista.*

*Na elaboração para o livro fiz uma releitura da tese, simplificando alguns conceitos e modifiquei o título. Assim, o título do livro resgata uma frase de um dos entrevistados ao afirmar que “ao sair do armário, entrou na velhice”. Apesar de a geração desses homens entrevistados não acentuar essa metáfora do “armário” como questão social. Tal aspecto é recente na luta por direitos. O entrevistado, ao proferir essa frase, acentua o fato de que há muitas lutas para a afirmação social, cujo pronunciamento em assumir-se gay se construiu em meio à representação da homossexualidade como doença e muitas perdas e ganhos, que revelam muitas questões para as novas gerações de indivíduos que hoje são jovens e amanhã serão velhos.*

*Então, os sujeitos entrevistados, hoje velhos – ou para ser mais respeitoso, como alternativa de aproximação do ideal de juventude, coroa, maduro, idoso, da terceira idade ou senhores –, mostram-se agentes intencionais de suas existências em meio às experiências sociossexuais vividas de maneiras clandestinas, desviantes e subalternas. A percepção de suas narrativas sobre as próprias trajetórias é um campo fértil para a análise do que hoje entendemos por diversidade sexual, identidade gay, comunidade simpatizante, daquilo que vai além das experiências heterossexuais, além de colocar pluralidade na experiência do que se classifica como homossexual.*

*Não há como negar que o tema do livro aponta para certas particularidades por envolver uma dinâmica de questões pouco elucidadas em debates acadêmicos e no âmbito das políticas públicas, apesar de estarem na ordem dia. Talvez isso ocorra porque esse sujeito seja um “outro” que não se quer ver, desviante, que traiu os papéis da masculinidade sob o crivo da heteronormatividade. Assim, as narrativas dos entrevistados trazem à tona o olhar que esse sujeito velho constrói sobre si e sobre os outros que os olham. O diferencial é que esse “outro”, muitas vezes, são seus pares identitários, pois a segregação aos velhos gays advém do próprio circuito gay em determinados territórios, que os impulsiona para maior invisibilidade no espaço social. Assim, se “sair do armário” foi uma luta para muitos em meio à heteronormatividade, voltar para o “armário” na velhice também tem sido uma consequência do duplo preconceito, estar sobre o crivo da velhice nos espaços gays e ser gay no espaço social.*

*De todo modo, o livro trata da velhice e amplia os questionamento do quanto há ganhos e perdas em meio à experiência de envelhecer. Mas, já que as perdas se sobressaem aos ganhos, na ordem dos significados para a vida contemporânea sobre envelhecer, o que dizer sobre esse sujeito, quando ele agrega a si sua a identidade gay? Apesar de muitos velhos se perceberem em duplo estigma, sem autonomia e independência para prosseguir, os entrevistados relataram o quanto perseveraram com seus projetos de vida, vontade de amar e manter novas relações sociossexuais, a fim de reinventar a felicidade no tempo presente de suas vidas.*

**RF: Há no seu livro alguma referência ao uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) por homens maduros, idosos e gays?**

*MM: É bem interessante essa pergunta e ela aponta para dois campos no livro. O primeiro, sobre as estratégias que utilizei para a busca de entrevistados, de maneira que pudesse ter amplas redes de homens diversificadas em seus extratos sociais. Esse é um objetivo de todo pesquisador, obter ricos depoimentos a partir de diferentes trajetórias de vida. E foi nas salas de bate-papo on-line que iniciei minhas abordagens, deixando transparecer meus objetivos e sem perder de vista a ética em pesquisa. O segundo, a maneira como os homens usam e se percebem nessas redes – e eles falaram muito disso.*

*A partir de uma metodologia qualitativa, com referenciais sociológicos e antropológicos, entrevistei quinze homens com mais de sessenta anos e os usos das redes sociais para encontros sexuais e buscas de relações aparecem como um fato evidente para eles. Apesar dos aplicativos serem cada vez mais especializados na busca de parceiros ideais, as estratégias de tecnologias de informação e comunicação para encontros sexuais não são novas, elas se aprimoraram e vão se consolidando para atender às demandas cada vez mais diversificadas. Esses mecanismos da TIC estão “bombando” como veículo de “pegação”, pois possibilitam cada vez mais a especialização dos fetiches e o trânsito entre identidades sexuais, quebram assim o paradigma das classificações homo, hetero e bi. No universo masculino, o que se quer, muitas vezes, é poder experimentar o potencial de encontros sexuais com liberdade em meio ao anonimato ou, porque não dizer, mantendo as fantasias “por baixo dos panos”, entre “quatro paredes” como sempre o fez.*

*Vale lembrar que a geração dos sujeitos entrevistados estabeleceu encontros sexuais fortuitos com outros homens valendo-se de pequenos anúncios em classificados de jornais alternativos, valendo-se das singelas caixas postais dos correios para manterem correspondências anônimas. Os atuais sites e aplicativos começaram a ser utilizados por eles com particularidades e inovações e, como acentua um dos entrevistados: “Nestes sites não digo minha idade verdadeira, sessenta anos eu acho muito, eu digo que tenho cinquenta”. De todo modo, apesar de omitir a idade verdadeira, os entrevistados demonstram que não estão ingênuos diante da valorização do ideal de juventude e que em tudo investem a fim de se manterem no jogo sexual.*

*Há histórias muito engraçadas contadas por eles. São encontros que deram certo entre outros que foram verdadeiras armadilhas, mas a experiência proporcionada pela idade lhes possibilitou saírem ilesos de determinadas situações de risco.*

*Esses entrevistados me mostraram que não “penduraram a chuteira sexual” – como dizem os heterossexuais mais velhos. Estão em busca de novas relações, não se percebem velhos, são velhos aos olhos dos que os veem. Fora isso, eles reinventam formas de experimentar a vida e enfrentam com humor a degeneração do corpo. Eles se valem das tecnologias e desses aplicativos para manterem-se no jogo sexual já que há poucos espaços para suas sociabilidades e necessidades. Afinal, tem público para todos!*

**RF: De que modo acredita que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) contribuíram para a “saída do armário”?**

*MM: É um debate interessante e você faz uma pergunta que eu venho me fazendo.*

*Se levarmos em conta o quanto ainda há de sentidos de homofobia na casa, na rua, na escola, na igreja, nas instituições estatais, nas empresas, podemos entender que os sentidos e possibilidades de expressar emoções e sentimentos, para os homossexuais, ainda são determinadas por diferentes maneiras de não dizer aquilo que se deseja, nem o que se é publicamente em torno da sexualidade. Então, ainda há muitas lutas em torno da “saída do armário” para os homossexuais. Os gays ainda têm que enfrentar muitos silêncios – se saem do “armário”, ou se voltam a ele em determinadas circunstâncias a fim de não se subjulgarem a injúria, difamação e violência de toda ordem frente a essa sociedade heteronormativa.*

*Esse debate me chama muita atenção e ele elucida muitas reflexões de ordem sociopolítica. Na ordem da ideia de “armário” há duas perspectivas que nos confrontam. Uma diz respeito à luta pelo reconhecimento à diferença e passa pela questão das injustiças culturais de uma sociedade heterossexista. Outra, diz respeito à liberdade e aos direitos relativos à orientação sexual, que articula toda discussão das relações de gênero, na qual o feminino e suas representações são subalternizadas simbolicamente por essa cultura na qual o masculino tem hegemonia. Como a homossexualidade ainda tem o estereótipo da feminilidade, acarreta para os homens muitas dificuldades subjetivas em sua experiência. Se por um lado a feminilidade para os homens homossexuais pode representar repulsa e desprezo, para outros possibilita grande admiração e identificação. São dois campos de discussões que implicam o debate do “sair do armário” e o sentido de “assumir-se” como homossexual. De todo modo, para se lutar por cidadania, o gay tem que dizer o que é, e para isso tem que mostrar a sua cara, tem que pronunciar-se, a fim de obrigar o entorno social a respeitar a diferença e ter tolerância com a diversidade. Ser homossexual não está na cor da pele como para os negros que também lutam por igualdade; ninguém tem a homossexualidade escrita na testa. Assim, para se ter direitos é preciso se assumir e se dizer que se está do lado dos diferentes. O que se pergunta é: será isso que ocorre em um ambiente do aplicativo?*

*O “armário”, em todos os seus sentidos, refere-se a regulação da vida social de indivíduos homossexuais que temem expressar seus interesses, desejos sexuais, afetos e amores pelas consequências demarcadas por uma sociedade que segrega, exclui e violenta aqueles que estão sob o crivo da diferença em relação à heteronormatividade. Então, a expressão “sair do armário” diz muito sobre o momento em que o indivíduo sai da dimensão na qual se mantém isolado em sua subjetividade. O “armário” é a representação simbólica do quanto é opressor o sistema sexo-gênero-heterossexual. Assim, para sair dele tem que ter poder no espaço social e esse poder está muito associado ao contexto hierárquico que o indivíduo ocupa em seu convívio. Não é por acaso que os gays se sobressaem nas artes, na criatividade, nas relações cotidianas.*

*De fato, “sair do armário” se configura no contexto de muitas consequências coletivas, que prenunciam violações de direitos humanos, a expulsão de homossexuais do seio das famílias, de suas comunidades são exemplos corriqueiros de intolerância aqueles que tiveram a coragem de dizer aquilo que são.*

*Em contexto mais amplo, o “armário” para os homossexuais desnuda o sentido de busca por autoproteção individual, já que a homossexualidade é elaborada sob o crivo da repressão e vigilância. Então, há todo um movimento político para se mostrar a cara e se*

*lutar por direitos. Vale lembrar que a ideia de “sair do armário”, como posição política, articula todo um movimento que hoje é brindado com as Paradas Gays, mas surgiu na Revolta de Stonewall.*

*Não podemos deixar de relativizar o fato de que, o despertar homossexual expõe questões que envolvem ritos, brincadeiras na infância, os vínculos da amizade, o projeto de sair de casa, entre outros aspectos, que explicitam a dificuldade de ser aquilo que se deseja ou expressar a sexualidade como estilo de vida. Assim, eu me pergunto: que rupturas, mudanças e avanços ocorreram entre os espaços públicos e privados, que favoreceram a aceitação do indivíduo homossexual e lhe permitiu “sair do armário” e “assumir-se” como gay nas relações familiares, no universo das amizades e nos espaços coletivos? Há uma consciência coletiva contemporânea nas diferentes trajetórias da vida que buscam subverter a ordem heterocêntrica? As relações e encontros, que se intensificam pelo uso dos aplicativos, possibilitam a ampliação dessa luta política?*

*Segundo Kosofsky Sedgwick [refiro-me ao artigo: SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. Campinas-SP, Cadernos Pagu, n. 28, jan./jun., 19-54, 2007], muitos indivíduos homossexuais se submetem ao “armário” pela falta de amparo social e de garantias de possibilidades de aceitação social. Assim, o “armário” significa não só a proteção pelo silêncio, mas também atesta a prática subjetiva entre as oposições casa e rua, privado e público, dentro e fora em todo um contexto heteronormativo permeado pela violência simbólica fortemente caracterizada por homofobia. O que se verifica no “armário” não é o colapso dessas oposições, mas uma violação do primeiro termo e, de certa forma, uma permanente elasticidade com o segundo termo, como estratégia para se manter em sociabilidade.*

*Neste contexto, percebo que os aplicativos possibilitam intensificar encontros, encurtamento de distâncias entre os indivíduos, novas intensidades e ofertas no âmbito das práticas sexuais, realização de fantasias para todos os grupos fetichistas e estilos corpóreos, uso imagético da sexualidade e novas combinações eróticas. Mas nesse caldeirão do prazer, o corpo é o objeto e está em partes como numa vitrine em que se escolhe o melhor pedaço da alcatra do boi. Pênis, bundas, peitos, cabelo, pelos, barba, altura, atividade, passividade, idade, peso vão se agrupando para possibilitar um encontro. São as especializações dos desejos agrupados em tipos distintivos, que criamos imagetivamente, a fim de constituirmos o roteiro da prévia sexual.*

*Na ordem imagética entra em questão, o sentido de “sou discreto” anunciado por muitos homens nestes aplicativos. Trata-se de um fato a se pensar. Até que ponto anunciar-se como discreto não encobre a ideia de estilo de vida gay marcada pelo estereótipo do feminino? O que se configura é que nesses aplicativos a clientela não estabelece a “saída do armário” como proposição política de luta pelo reconhecimento, nesse espaço o que há são modos de se obter encontros sexuais fortuitos numa grande vitrine. Posso salientar, quem está fora do “armário” tira maiores proveitos dele. Não há nada mais libertador para um homem quando ele aceita para si e para os outros a virtude de amar abertamente outro homem, rompendo com as amarras do legado dos papéis de gênero a ele imposto a ferro e fogo.*

*Não podemos demonizar os aplicativos. Eles exercem seu papel de articular um jogo de mercado em busca de consumidores loucos por sexo. Mas com certeza, ainda temos que*

*analisar os impactos deles na subjetividade deste sujeito moderno cada vez mais hedonista, narcisista em busca de autonomia e independência a qualquer custo.*

**RF: Você consegue apresentar pontos negativos e/ou positivos do uso de aplicativos por homens que fazem sexo com outros homens?**

*MM: Eu percebo que os mecanismos de encontros sexuais fortuitos foram se especializando ao longo do tempo. Então é preciso saber que as estratégias para a realização da prática sexual clandestina, escondida, silenciosa e anônima sempre existiram, já dizia Luis Mott, muitas foram as escapadas dos senhores de engenho às senzalas em busca de seus escravos mais dotados. Mas, a simplificação do acesso, a partir de mecanismos que possam estabelecer esses encontros com o uso das redes sociais e aplicativos popularizou as possibilidades dessa prática de encontros casuais, o que faz, às vezes, se acreditar que é uma novidade.*

*O que temos hoje é um gigantesco painel de possibilidades na vitrine, com tipos infinitos de homens à disposição para se escolher, a qualquer tempo e lugar. No tempo dos meus entrevistados, a tecnologia era rudimentar, mas nem por isso deixavam de se articular em rede. Mas para isso era necessário acionar os anúncios sexuais em revistas pornográficas ou ir com a cara e com a coragem em certos guetos. Hoje basta alguns minutos em chats, sites, aplicativos e redes sociais específicos, para marcar encontros ou satisfazer-se por ali mesmo. O impacto disso na subjetividade do indivíduo moderno ainda temos de assistir!*

*Acho um avanço você planejar ir a uma cidade qualquer neste país ou no mundo, a trabalho ou turismo, entrar em um aplicativo, iniciar uma conversa com quem te atrai sexualmente e efetivar esse encontro. Estamos diante da possibilidade de exercitar uma liberdade individual jamais vivida antes, do ponto de vista da acessibilidade, intensidade e sociabilidade. Resta saber se essa liberdade faz avançar as relações no âmbito da esperança no outro, no ideal de uma experiência de vida menos solitária, volúvel, mecanicista, descartável, e até que ponto vivemos práticas que nos dignificam e nos tornam menos egoístas com relação a esse outro e ao mundo.*

*Podemos observar que esses aplicativos produzem uma intensidade de encontros a partir das facilidades que ele apresenta de maneira surpreendente. Então, para não nos tornarmos mercadorias de uma máquina que produz encontros casuais, é preciso ter ponderação para não cair em armadilhas. O efeito colateral dessa facilidade aponta possível risco de violência e maior vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis.*

*O que se deve prever é que um sujeito que sai do virtual para o real em um encontro deverá criar suas estratégias para amenizar os riscos. Como se diz na Bahia, em certos contextos é preciso sair à rua com as “armas de Jorge”, ou seja, sem ingenuidade. O problema é: o que esperar de um homem no “armário”, mal assumido, sem entender seus desejos sexuais, cheio de clichês com relação ao homoerotismo e que clama por sigilo a qualquer preço? O que poderá acontecer quando em quatro paredes esse*

*preconceito vir à tona? A rejeição à própria homossexualidade pode se manifestar pela violência? De todo modo, nada disso é culpa dos aplicativos.*

*É preciso ressaltar que todo homem iniciante no mercado homossexual, com pouca experiência, tem reações emocionais constrangedoras ao se confrontar com seu próprio desejo. Trata-se de uma consequência do nível de socialização a que foram orientados ao longo da vida, ou seja, para uma vida heterossexual. Assim, a prática homossexual nem sempre está livre de culpas e sentimento de desprezo por si mesmo, o que pode acarretar inúmeras reações comportamentais contraditórias. Raro são os homens que se sentem liberados muito cedo desse modelo heterossexista que predomina em nossa cultura. Então, há muitas angústias nessa busca pelo “sair do armário”, o que faz com que a volta a ele seja uma constante.*

*A maioria dos homens com desejos homossexuais vivencia esse duplo contexto de entradas e saídas do armário ao longo da trajetória da vida. Vejo que os aplicativos de interação homossexual podem ajudar a minimizar essa clausura ofertada pelo aprendizado heteronormativo, pois facilitam o acesso ao meio gay e à possibilidade de interação com a diversidade, mesmo que de maneira sigilosa. Mas a “saída do armário” não se dá em meio a uma mera “pegação” on-line, nem a partir de encontros sexuais fortuitos – é algo subjetivamente mais amplo.*

*Verdade seja dita, os aplicativos não tiram ninguém do “armário”, mas ajudam a fazer uma festinha dentro dele.*

**RF: Quais considerações tem acerca da relação entre espaço virtual (on-line) e espaço atual (“real”, off-line). Você acredita que a substituição de um espaço pelo outro pode alterar os modos de organização entre homens gays?**

*MM: As relações dos indivíduos mudaram e vêm se transformando com os usos das redes sociais. Mas não vejo que a questão passa por substituição entre espaços que se representam como real versus virtual. Parece que aos poucos vai havendo uma simbiose entre o que representa ser real e virtual e isso vai influenciando na subjetividade dos indivíduos modernos, mas isso não significa substituição do uso de espaços para as relações.*

*Outro dia li que uma mulher afirmava amar integralmente um rapaz que morava em outro país, mas nunca haviam se visto de modo real. Nesse caso, real e virtual aparecem para ela como uma questão menor, pois o sentimento que alimentava é puramente real, afinal, “nosso amor a gente inventa para se distrair e quando acaba a gente pensa que ele nunca existiu”. Outra questão que se evidencia nos comportamentos cotidianos, no que diz respeito ao real versus virtual, é a quantidade de pessoas que andam nas ruas escrevendo e se comunicando no celular, ao mesmo tempo em que comem, andam, olham a sinalização. Ali parece haver esse enlace entre real e virtual, o que não significa dizer que são a mesma coisa, mas que a representação simbólica do agir entre ambos passa a implicar em novos comportamentos. Importa pensar é quais são os efeitos colaterais disso.*

*Para os homens que fazem sexo com homens, ou seja, os não assumidos, eu penso que as possibilidades para os encontros com diferentes pessoas, aos poucos, podem ajudar a*



*transformar certos preconceitos. Pois, para quem está no virtual é muito provável que seja latente o desejo de ir para o real. Esse deslocamento articula o imprevisível no sentido de que todos os sentimentos podem surgir, seja para uma boa relação ou realização sexual que possa redundar inclusive em afetividade, seja para uma péssima experiência entre ambos.*

*Para o homossexual fora do “armário”, assumido, que se percebe como gay, que sabe o que quer, penso que os usos de aplicativos para encontros passaram a ser como um novo espaço de sociabilidade. Mas não significa que se possa substituir nada, mas somente pelo fato de ter mais um campo de ação para se encontrar novos parceiros, me parece algo extraordinário da tecnologia que veio para alimentar esses encontros como se estabelece um jogo.*

*Mas há quem exercite pelo aplicativo o voyeurismo, e nesse caso a prática sexual já está colocada sem desejo do encontro real. Mesmo assim não vejo que isso signifique substituição do real versus virtual, como um prenúncio de tendência a um comportamento coletivo contemporâneo.*

*Conversando com um amigo sobre isso, ele ressaltou o quanto os aplicativos também podem reduzir os custos de se ter que ir a uma boate ou a um bar para encontrar algum parceiro sexual, pois basta entrar e escolher com quem se possa ter uma atração sem pagar o ingresso de entrada. Não tenho um estudo sobre isso, mas é uma questão a se investigar: será que as redes sociais e os aplicativos com suas amplas possibilidades vêm sendo acessados como possibilidades também de redução de gastos nas baladas? Tudo depende de como utilizamos tais recursos em nossas vidas.*

*De sua pergunta eu me faço outras: neste contexto on-line somos uma mercadoria da engrenagem imagética ou estamos utilizando mais uma ferramenta para a possibilidade de encontros afetivos-sexuais? Estamos imersos em um jogo sexual em meio à mera troca orgástica ou nos valemos de mais uma ferramenta que possibilita diversificação das relações?*

**RF: Para você haverá, de fato, uma substituição de espaços (off e on-line)?**

*MM: Como alinhavi acima, não vejo que haverá substituição entre real e virtual, mas convenhamos, o ilusório influenciará fortemente o sujeito moderno por muito tempo. Ou seja, ainda precisamos de fetiches para encenar e perceber o real.*

*O fetiche, como sendo a ideia de um valor ao objeto feito pelo homem ao qual se atribui poder inanimado, foi bem elucidado por Karl Marx, ao analisar o valor simbólico das mercadorias para além de seu valor constitutivo do trabalho humano. Então, o valor social que determinamos as coisas, muitas vezes, é fantasmagórico, mas não deixa de ser simbolicamente real.*

*Para alguns, em determinados contexto da vida o off e on-line podem se articular de tal maneira para quem se insere nele, que o que há é só real. De todo modo, o impacto das redes sociais na subjetividade ainda está para ser analisada com profundidade, é cedo para se concluir a amplitude disso nas relações do sujeito contemporâneo.*

## RF: O que significa “pegação” ou “cruising” hoje?

*MM: O que se pode ressaltar da ideia de “pegação” é o fato de, uma vez desejando uma prática homossexual, o homem entra em busca de interação sexual, que, segundo Michel Pollak<sup>1</sup>, mais parece um mercado que alimenta um jogo, por se estabelecer a partir de meras trocas de orgasmo por orgasmo.*

*Todo homossexual sabe que sua experiência sexual, para ser bem sucedida, depende dos lugares de paquera que incluem parques, praças, bares, banheiros, saunas, cinemas etc. Todos esses lugares possuem uma diversificada clientela que anda lado a lado com a especialização do desejo sexual e tipos de homens que frequentam e se atraem. O cinema, por exemplo, possui uma frequência de adoradores do sexo oral, pois se trata de uma prática possível nesse ambiente, o que não significa que não haja outras.*

*Então, a “pegação” é em certo sentido uma paquera no espaço público, o que requer certos conhecimentos de suas sutilezas para não cometer enganos e seduzir o homem errado, justamente aquele que nada tem a ver com o sentido erótico que se deseja – seduzir um homem errado pode ter implicações violentas no espaço público que é ideologicamente homofóbico. Vale destacar que quanto mais o sujeito é assumido sexualmente menos ele comete erros nessa abordagem. E é aí que entram a “pegação”, os sentidos de sinais de reconhecimento e das encenações sutis, que possibilitam entender que o outro aceitou interagir sexualmente.*

*Para os gays mais velhos, em certos espaços de “pegação”, a interação perde a eficácia, na medida em que as pressões estéticas são cada vez mais exigentes e valorativas do mito da juventude. Assim, a “pegação” é seletiva e os critérios étnicos e corporais também estruturam o mercado e os espaços específicos para seus públicos. Há determinados espaços que possibilitam agregar certos tipos, como os mais gordinhos, peludinhos, malhados etc. Os gays mais velhos, por exemplo, também estabelecem seus espaços, que são frequentados por jovens que desejam velhos e por velhos que buscam outro de mesmo perfil, e assim vai se percebendo que há público para todos.*

*Não dá para ser romântico ou ingênuo. A “pegação” para todo homem homossexual já se estabelece com suas regras em um jogo, e a separação entre sexo casual de relacionamento afetivo já está colocada. “Pegação” é troca de orgasmo e ponto, é como ir para um feirão e escolher como e com quem se quer gozar. É um jogo. Mas, como em todo jogo se pode avançar em novas possibilidades, acredito que qualquer gay poderá inclusive encontrar seu esperado parceiro, inclusive, num banheiro de “pegação”.*

*Na era dos aplicativos também há tipos corpóreos. Ali as intensidades nas espacialidades, possibilidades e diversidade de redes de contato têm efeito de ampliação de descobertas, mas também de riscos em uma imbricação de objetos-corpos na vitrine. Mas no virtual, o real é relativo, não precisamos falar a verdade, logo, podemos ser quem bem entendemos. Ali a “pegação” ficou mais fácil e diversificada. Um homem de sessenta anos se anuncia como cinquenta, pode ser o modelo de idade ao qual ele se*

<sup>1</sup> O entrevistado faz referência ao seu artigo: POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no gueto? In: Ariés, Philippe; Béjin, André (Orgs.) **Sexualidades ocidentais**: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. São Paulo: Brasiliense, 1985.

*percebe e assim ganha mais atrativos por se aproximar do ideal de juventude, cuja valorização se dá em detrimento a certos espaços. Mas, há os que aumentam a idade a fim de buscar outros atores sexuais que os atraíam.*

*Seja nos aplicativos, seja nos espaços públicos de “pegação”, sempre teve aqueles que buscam o termo discreto para interagir fora do “armário” e voltar a ele pelo anonimato, como bem entendem. Isso faz parte do jogo. Mas há consequências. Quem está fora do “armário” está mais protegido pela luta por direitos. Quem é assumido ao sofrer injúria está mais fortalecido para fazer a denúncia e botar a “boca no trombone”. Os que se escondem no “armário” muito provavelmente vão dormir com o medo e, em caso de violência, não fazem o registro policial, em decorrência do próprio preconceito, pois uma delegacia lhes dará visibilidade pelo seu ato homossexual.*

**RF: Entre seus entrevistados, você consegue quantificar o percentual dos que utilizam tecnologias de informação e comunicação (TIC)?**

*MM: Os meus entrevistados todos relataram valerem-se das redes sociais. Mas somente os solteiros afirmaram sua utilização como canais para busca de parceiros.*

**RF: Quais as TIC mais utilizadas? Computador com acesso à Internet, celular, tablet...?**

*MM: Como não foi uma questão colocada nas entrevistas, não sei precisar isso.*

**RF: Qual acredita que será o futuro da condição de ser gay frente aos avanços no universo das TIC?**

*MM: Não acho que a condição de ser gay seja tão articulada com as TIC a ponto de se analisar mudanças futuras que venham influir na sua condição. É o contrário, o futuro das TIC vai se especializando de acordo com as necessidades de novas interações entre os sujeitos, para além de ser gay, a fim de ganharem mais mercados consumidores.*

*Mas aos poucos esta ideia, inclusive, de ser gay como uma condição, vai perdendo a importância, assim como a existência do “armário”. Para as novas gerações já é uma evidência o fato de que ser gay está além do sentido de ser homossexual, e a homossexualidade não necessariamente articula mais um sentido de um estilo de vida gay. Afinal, o que interessa saber o que o outro faz na cama, se já não mais o controlamos? O que interessa a vontade de saber sobre o sexo, se o que mais interessa agora é fazer?*

**RF: É possível exercer homossociabilidade on-line (por meio de redes sociais, por exemplo)?**

*MM: Acho que se exercita certo sentido de homossociabilidade virtual sim. O ambiente on-line das redes sociais possibilita que os indivíduos comunguem certos preceitos de suas vidas, desejos, alegrias, cristalizem a construção de novas identidades a partir de certas redes sociais. Então, há um espaço de homossociabilidade, pois o sentimento de consolidação de pertencimento está presente. O indivíduo isolado atrás do computador passa a exercer seu direito de opinar e manifestar seus gostos e visões de mundo e assim passar a exercitar novas relações sociais pelos meios eletrônicos, que pode avançar ou não para um encontro real. Muitas vezes, tece-se uma rede de relacionamento, que se desloca entre a confiança para a confiança, entre trajetórias de vidas comuns e histórias de vida sobre a experiência gay, muitas vezes, compartilhadas pelo ambiente virtual, e isso é, em certo sentido, homossociabilidade pelas redes sociais.*

*O que se pode perceber é que através das redes sociais há uma eficácia nas trocas de informações e denúncias sobre o poder heteronormativo os quais são fontes de conflitos para muitos homossexuais. Neste sentido, o ambiente on-line passa a ser fonte de interatividade, livre expressão, o que potencializa as articulações entre os sujeitos identitários e suas lutas.*

Entrevista realizada em maio de 2015.